

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CLEITON LUIZ FREITAS DE OLIVEIRA

**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA ESCOLA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL
A PARTIR DOS INJUSTIÇADOS AMBIENTAL E EDUCACIONALMENTE NA
DUPLICAÇÃO DA BR-392 NO EXTREMO SUL DO BRASIL**

RIO GRANDE
MARÇO 2016

CLEITON LUIZ FREITAS DE OLIVEIRA

**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA ESCOLA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL
A PARTIR DOS INJUSTIÇADOS AMBIENTAL E EDUCACIONALMENTE NA
DUPLICAÇÃO DA BR-392 NO EXTREMO SUL DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre. Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental – FEA.
Orientador: Prof. Dr. Carlos R S Machado.

RIO GRANDE

MARÇO 2016

Ficha catalográfica

O482n Oliveira, Cleiton Luiz Freitas de.
No meio do caminho tinha uma escola: Educação Ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392 no extremo sul do Brasil / Cleiton Luiz Freitas de Oliveira.
– 2016.
140 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2016.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

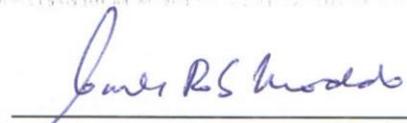
1. Educação Ambiental 2. Conflitos socioambientais 3. Injustiça Ambiental 4. Projetos de desenvolvimento 5. Escola I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37

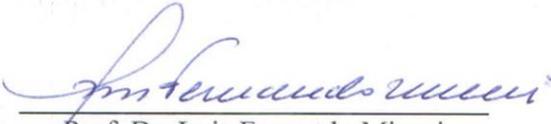
Cleiton Luiz Freitas de Oliveira

“No meio do caminho tinha uma Escola: Educação Ambiental a partir dos Injustiçados Ambiental e Educacionalmente na duplicação da BR-392 no Extremo Sul do Brasil”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(Orientador – PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Luis Fernando Minasi
(PPGEA/FURG)



Prof^a. Dr^a. Michelle Tatiane Jaber da Silva
(UFMT)



Prof^a. Dr^a. Eugênia Antunes Dias
(UFPel)

Dedico essa dissertação à Minha mãe Anadir e meu Pai Luiz. Meus maiores exemplos. Obrigado por partilhar suas vidas comigo. Vocês me fazem ter fé na Vida!

*“Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa contra a mola que resiste
Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera”
(Secos e Molhados – Primavera nos Dentes)*

*A nossa escola ela tinha um grande histórico meus pais estudaram aqui, minha avó estudou aqui, então eu tenho uma grande sequência de familiares aqui [...] mas eu que apaguei as últimas luzes da escola, foi bem emocionante até apagar aquelas luzes que um dia te ascenderam né, onde tu aprendeu tudo, foi bem triste. E infelizmente eles não nos deram o prédio, óbvio, a gente não queria um prédio novo, a gente queria aquele de volta por mais, o que fosse, era o que a gente tinha.
(CARTOLA. Entrevistado, 2015)*

AGRADECIMENTOS:

Ao querido orientador Prof. Dr. Carlos Machado, que entre tantas coisas me ensina um pouco sobre coerência e luta rumo a um mundo justo. Aos professores e professoras Claudia Cousin, Luis Fernando MInasi, Michelle Jaber e Eugênia Dias, pela leitura atenta deste trabalho e pelas contribuições nas bancas.

À Minha irmã Kelen, professora e amiga de todos os dias, desde que nasci, à minha sobrinha Sofia, que me enche a vida com tanta alegria e saudade, e ao meu cunhado André, irmão que a vida oportunizou. Ao meu irmão mais novo Cleverton, grande orgulho da minha vida, e minha cunhada Marília, minha mana do coração! Vocês todos(as) são parte do que sou!

À minha companheira Elen, que com valentia e beleza luta por um mundo justo e humano. Obrigado pelo apoio e dedicação de tempo e esforço, sobretudo para me ajudar a aceitar meu tempo, meu processo.

Àqueles que não sei distinguir entre amigos e mestres: Leonardo, Vinícius, João, Caio, Débora Amaral, Bruno Moraes, Ana Lourdes. As reflexões que faço com vocês me ajudam a ser mais. Aos colegas Álvaro, Eron, Kate, Marcela, Alexandre Cougo, Alexandre Macedo, Thami, Alana, Mauro Xavier, e demais colegas do PPGEA.

Às amigades de Fernando, Cleverson, José Daniel, Júnior, Geovane, Bruno, Égon, Valdeci, Andreia, Mariano, Débora Jara, Cristina, Bia, Ro, Gregor (pai e filho).

Ao povo da música: Lucas, Thaís, Jair, Rodrigo, Michel, Herick, Cristiano, Jean e outros amigos e alunos do TóCaic. Ao Dionísio, Vini, Paola e Be, por essa grande parceria chamada Goiaba de Casa que me ensina, entre tantas coisas, a partilhar novos sons no mundo, a colocar minha voz nele.

Às outras partes da grande família, Clenilton, Nerildo, tia Aneli, tio Nereu, Janice e família, Fabiane e filhos, tia Adeli, tio Alvorino, Tio Alírio e família, Ane e família, Thaís e família, tio Aldoniro.

À Comunidade Escolar da E. E. E. M. Alfredo Ferreira Rodrigues.

Ao povo brasileiro, que por meio da CAPES, tornou possível esse estudo.

Em memória dos meus avós e da minha madrinha, Geraldina.

RESUMO

Nesta dissertação objetivamos pesquisar os processos de injustiça ambiental e educacional decorrentes da duplicação da BR-392 a qual liga a metade sul do estado ao Porto de Rio Grande que ocasionou a demolição de parte do prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, situada no distrito do Povo Novo, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, entre os anos 2007-2015. A questão central da pesquisa indagou sobre quais as relações entre as retóricas ambientais e desenvolvimentistas e a realidade sentida e relatada pela Comunidade Escolar do Povo Novo na duplicação da BR-392. A pesquisa de natureza qualitativa foi elaborada a partir do grupo de estudos do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. Como metodologia utilizou-se de observações, da análise de matérias veiculadas em jornais, entrevistas semi-estruturadas e grupo focal com membros da Comunidade Escolar e, ainda, materiais de comunicação da cidade e região. As informações coletadas foram analisadas criticamente à luz de categorias como conflitos socioambientais, injustiça ambiental, (de)colonialidade, entre outras. Realizamos um estudo sobre o projeto desenvolvimentista que sustenta a duplicação para escoar a “produção” pelo Porto do Rio Grande, e as ações de Educação Ambiental promovidas pelas empresas (DNIT e consultores). Como resultados, a pesquisa revelou o descontentamento da Comunidade Escolar com os efeitos do projeto no local, bem como, explicitou que as ações de Educação Ambiental promovidas pela empresa se limitaram a algumas práticas voltadas para a fauna e flora, desconsiderando as necessidades concretas da população.

Palavras Chave: Educação ambiental; Conflitos Socioambientais; Injustiça Ambiental; Projetos de Desenvolvimento; Escola.

RESUMEN

En esta disertación se busca investigar los procesos de injusticia ambiental y educacional consecuentes de la duplicación de la BR-392, la cual conecta la mitad sur del Estado al puerto de Rio Grande, lo que ocasionó la demolición parcial del predio de la escuela estatal de enseñanza media Alfredo Ferreira Rodrigues, ubicada en el distrito de Povo Novo, en la ciudad de Rio Grande, Estado Rio Grande do Sul, entre los años de 2007 y 2015. La pregunta central de la pesquisa indagó sobre cuáles son las relaciones entre las retóricas ambientales y desarrollistas y la realidad sentida y relatada por la Comunidad Escolar de Povo Novo en la duplicación de la BR-392. La investigación de naturaleza cualitativa fue abordada a partir del grupo de estudios del Observatorio de los Conflictos urbanos y Socioambientales del Extremo Sur del Brasil. Como metodología se hizo uso de observaciones, del análisis de materiales de prensa, entrevistas semi-estructuradas y grupo focal con miembros de la Comunidad Escolar y, además, materiales de comunicación de la ciudad y a región. Las informaciones recolectadas fueron analizadas críticamente a la luz de categorías como: conflictos socioambientales, injusticia ambiental, (des)colonialidad, entre otras. Realizamos un estudio sobre el proyecto desarrollista que sustenta la duplicación para drenar la “producción” por el Puerto de Rio Grande, y las acciones de Educación Ambiental promovidas por las empresas (DNIT y Consultores). Como resultado, la investigación reveló el descontento de la Comunidad Escolar con los efectos del proyecto en lo local, bien como, explicitó que las acciones de Educación Ambiental promovidas por la empresa se limitaron a algunas prácticas enfocadas para la fauna y la flora, sin considerar las necesidades concretas de la población.

Palabras Clave: Educación Ambiental; Conflictos Socioambientales; Injusticia Ambiental; Proyectos de Desarrollo, Escuela.

LISTA DE SIGLAS

CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base
DNITE	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
E.E.E.M.	Escola Estadual de Ensino Médio.
EA	Educação Ambiental.
EPIA	Estudos Prévios de Impacto Ambiental
GPD'S	Grandes Projetos de Desenvolvimento
IIRSA	Iniciativa para a Interligação da Infraestrutura Regional Sul-Americana.
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior
Observatório	Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PJ	Pastoral da Juventude
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RS	Rio Grande do Sul.
STE	Serviços Técnicos de Engenharia AS
TRF	Tribunal Regional Federal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Eixo Mercosul - Chile.....	62
Figura 2: O butiazeiro em frente ao antigo prédio da escola.	80
Figura 3: O transplante do butiazeiro.....	80
Figura 4: Cercas de proteção do DNIT na BR-392.	84
Figura 5: O mascote Mão Pelada	85
Figura 6: A escola antes da demolição	104
Figura 7: A escola no meio do caminho.....	105
Figura 8: Viaduto e via de acesso no local do antigo prédio escolar.	105
Figura 9: Proximidade entre a estrada e a escola.	117

SUMÁRIO

PRIMEIRO CAPÍTULO	13
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Prelúdio sobre caminhos e pedras	13
1.2 Desdobramentos Metodológicos	22
1.2.1 Caminhos do pesquisador	22
1.2.2 O andamento do processo de pesquisa: A inserção na Escola	23
1.2.3 A coleta e o público: a rede de contatos	24
1.2.4 Aspectos metodológicos da Pesquisa	28
SEGUNDO CAPÍTULO	34
2 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL DOS FUNDAMENTOS DA INTERPRETAÇÃO	34
2.1 Referencial conceitual utilizado na pesquisa	40
2.1.1 Desigualdade ambiental	40
2.1.2 (In)Justiça Ambiental	43
2.1.3 Conflitos socioambientais	44
2.1.4 (De)colonialidade	46
2.1.5 O Povo Novo como lugar de pertencimento	49
2.1.6 A escola do/no Povo Novo	53
TERCEIRO CAPÍTULO	58
3 A ESCOLA NO CAMINHO: RETÓRICAS E PRÁTICAS DESIGUAIS E DIFERENTES	58
3.1 Retóricas na mídia, da Empresa e do Governo: desenvolvimento, Qualidade de vida e Sustentabilidade, para quem?	59
3.1.1 Educação Ambiental empresarial	68
3.1.2 O Novo Prédio	88
3.2 A Resistência da Comunidade Escolar	95
3.3 As injustiças decorrentes da duplicação a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente: a escola, os ruídos, os assédios e a insegurança na estrada	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	136
ANEXOS	139

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, objetivamos possibilitar ao(à) leitor(a) uma visão geral daquilo sobre o que trata essa produção. Também buscamos descrever os caminhos pelos quais ela foi elaborada iniciando então, pelas relações que compreendemos entre ela e a poesia que inspirou o seu título.

1.1 Prelúdio sobre caminhos e pedras

*No meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho (...)
Nunca esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra (...)
Carlos Drummond de Andrade.*

A Escola de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, situada no Povo Novo, cidade do Rio Grande, RS, foi parcialmente demolida, tendo em 2012 o seu prédio histórico destruído para a duplicação da BR-392. Sua demolição aconteceu num período que durou cinco anos depois do anúncio de desapropriação do local, após diversas replicações da promessa de um novo prédio escolar com mais espaço e qualidade do que o anterior. Após mudanças de governos e coordenações da Coordenadoria de Educação, houve atropelamentos de alunos/as e moradores da comunidade próxima à escola dentre outras injustiças cometidas em nome do desenvolvimento. Com a destruição do prédio da escola foram construídas em seu lugar salas que deveriam ser provisórias, as quais, conforme os participantes desta

pesquisa eram “galpõezinhos”. (MERCEDES¹. *Entrevistada*, 2015). E até hoje, no ano de 2016, a escola funciona em condições precárias, quase invisibilizada por um viaduto que foi erguido sobre parte do terreno da escola destruída e pela própria estrada duplicada. Essa história de injustiça ambiental e educacional² que ocorreu no extremo sul do Brasil se constitui como a base material e de informações para o nosso processo de pesquisa cujo relatório contendo os resultados originou a presente dissertação de mestrado.

Para a visão “empreendedora” e/ou dos interesses do desenvolvimentismo a Escola Alfredo Rodrigues não passou de “uma pedra” no meio do caminho. Precisava, portanto, ser removida para que o caminho do “progresso” pudesse continuar. Esse caminho, sincronizado com o aprofundamento das raízes do capitalismo na região na região sul do Rio Grande do Sul (RS), materializado, entre outras coisas pela duplicação da estrada, teve ainda no processo de licenciamento a urgência do desenvolvimento econômico em detrimento das necessidades e anseios das pessoas que vivem às suas margens (DIAS, 2014). Mas a escola e a injustiça ambiental e educacional não impediram a duplicação da BR-392. O prédio da escola foi desapropriado e demolido. Contudo, o ocorrido não foi aceito passivamente pela comunidade escolar. Houve protestos e manifestações contrárias, sobretudo à demolição do prédio, partindo da população que vive nas mediações do local. Diversos conflitos³ demonstraram o descontentamento da Comunidade Escolar⁴.

Referenciando a epígrafe, trazemos a “pedra escola”, que está no meio do caminho de um grande projeto e que assim, parece ser entendida como uma “pedrinha” que inevitavelmente vai ser retirada de onde se encontra. É a escola que

¹Para a coleta de dados foram realizadas cinco entrevistas individuais com a comunidade escolar e uma com um grupo de seis alunos da Escola Alfredo Rodrigues e uma entrevista na modalidade de Grupo Focal. Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1) os nomes dos entrevistados foram mantidos sob sigilo e substituídos por nomes de músicos latino americanos.

² A concepção de *injustiça educacional* utilizada nessa dissertação, conforme será melhor desenvolvido no corpo do trabalho, parte da constatação de que apesar do sistema político brasileiro compreender a possibilidade de partidos políticos divergentes governarem em diferentes instâncias durante os anos que compreendem o processo de construção da BR-392, há uma prática hegemônica no diz respeito à continuidade do projeto desenvolvimentista.

³ Conforme a noção de conflitos desenvolvida no item 2.1.3 *Conflitos socioambientais*.

⁴ Denominados comunidade escolar a intersecção entre estudantes, pais, professores, moradores do Povo Novo, ou seja, os envolvidos e afetados pela duplicação, mais especificamente com relação ao caso da escola Alfredo Rodrigues.

“[...] já se encontrava no traçado da duplicação da BR”⁵, como referida em abordagens jornalísticas sobre o caso. A análise dessa afirmativa demonstra que o traçado da rodovia se deu *a priori* à existência da escola, não importando a historicidade da Instituição, seu prédio, as relações que nela se davam. Ela estava no traçado.

Entretanto, a partir de nossa perspectiva, como resultado de pesquisa entendemos que o caminho é também outro e, nele, “tem” uma pedra. Aqui, desta vez, a pedra é o próprio desenvolvimento capitalista materializado na duplicação. Conforme a poesia⁶, a pedra no meio do caminho, em nossa interpretação, pode ser entendida como de rompimento com as acomodações do cotidiano por parte daqueles que se levantaram contra a injustiça perpetrada. “No meio do caminho tinha uma pedra” – há, portanto, um caminho, e nele um obstáculo que incondicionalmente rompe com a continuidade do andar. Utilizando-se de analogia, entendemos que apenas o obstáculo que havia no meio do caminho do projeto de desenvolvimento foi retirado - a escola.

No caminho da escola na perspectiva dos injustiçados pesquisados⁷, ao contrário, se adicionaram outras tantas pedras, como fica expresso nas palavras de Marisa: “*Não foi a construção da escola, que a gente não teve, muita coisa mudou, muitos problemas vieram*”. (MARISA, *entrevistada*, 2015). Dentre os problemas

⁵ Esta expressão encontra-se na reportagem gravada no dia 07 de dezembro de 2012, que trata da demolição da escola. Pode ser vista integralmente em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/mp-espera-decisao-sobre-obras-na-escola-alfredo-ferreira-rodrigues/2283283/>> Acesso em 20 de abril de 2014. A reportagem que aborda a reclamação dos moradores sobre as dificuldades de travessia pode ser vista na gravação publicada no dia 14 de novembro de 2012, disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/moradores-reclamam-das-obras-na-br-392-em-rio-grande/2244193/> Acesso em 20 de abril de 2014.

⁶ Carlos Drummond de Andrade sofreu críticas sobre a redundância proposta em seu poema publicado inicialmente na *Revista de Antropofagia*, em 1928. Posteriormente, em 1930, o poema foi incluído no livro *Alguma poesia*. Os críticos do poema afirmavam que aquilo não era poesia. (MACHADO, 2002). Ocorre que “*No meio do caminho*” apresentava uma crítica que “*simboliza o nosso cotidiano marcado pela rotina e a nossa consciência anestesiada pelas ideologias amplamente divulgadas pelos meios de comunicação que nos colocam na impessoalidade e subtrai a nossa singularidade*” (SILVA, 2012) Aqui propositalmente também nos utilizamos da redundância para afirmar a semelhança com a qual se materializa o projeto desenvolvimentista nas diferentes localidades.

⁷ Na defesa da dissertação foi sugerida a substituição do termo “injustiçados educacionalmente” do título da dissertação, pois, o mesmo não foi discutido em profundidade no desenvolvimento do trabalho. No entanto, optamos pela permanência do mesmo devido a atual conjuntura educacional no Rio Grande do Sul, no campo educacional de descaso com a escola pública, o que acaba corroborando a pertinência do termo e a necessidade de ser aprofundado, refletido, ponderado como pertinente em pesquisas futuras.

estão: a falta de segurança ao atravessar a rodovia devido à ausência de passarelas e a alta velocidade dos veículos, inclusive nas vias de acesso ao local, motivo de muitos acidentes, alguns fatais, durante e após as obras; a poluição sonora da qual foi vítima a comunidade escolar durante meses com as instalações das bases do viaduto e, ainda agora, em decorrência da proximidade com a BR-392; a alta exposição dos alunos devido a falta de um muro na escola, sobretudo das alunas, as quais sofreram assédios (verbais) dos homens, trabalhadores na construção, durante as obras, bem como de caminhoneiros que por ali passam; a queda na economia local como no caso dos pequenos agricultores que comercializavam seu produtos às margens da rodovia, pois com a duplicação "*São poucos os motoristas que param para comprar, hoje em dia*", conforme explicita José Daltro Siqueira Pinto, comerciante de produtos agrícolas das "barracas do Povo Novo", localizadas na beira da estrada que foi entrevistado na reportagem de periódico local, etc.⁸ (JORNAL AGORA, 01/02/2015)

Ao anunciarmos, tanto a escola quanto a estrada como uma pedra, não estamos nos referindo apenas a um prédio, mas também às relações educativas, das possibilidades e sonhos, de relações de solidariedade, amizade e de trabalho, dentre outras que ocorrem no interior da escola. Ela é ainda, um local de encontros, de conflitos, de disputas de interesses e de diversidades e, assim como a estrada, não pode ser entendida se, separada de um contexto global e das vidas das pessoas em sua relação com a natureza/meio ambiente. Assim, compreendemos que a precarização das condições da educação e do ensino, sobretudo, da vulnerabilidade de um grupo de estudantes em sua maioria da zona rural do município de Rio Grande e periferia dos centros do poder político e econômico, vai no sentido contrário aos discursos dos gestores e empresários.

"No meio do caminho tinha uma pedra [...] Nunca esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas." (ANDRADE, 1930). A pedra no caminho da escola. O choque de realidade, o "puxão" repentino da vida na sociedade capitalista e seus desdobramentos presentes e materiais sob uma agenda veloz na qual "tempo é dinheiro". O Estado em sua organização articulada

⁸Entrevista completa disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=68803#comentario>> 1º de Fevereiro de 2015. Acesso em 13 de abril de 2015.

ao modo capitalista de produção financia a implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD's) garantindo os lucros às empresas privadas e à apropriação desigual dos resultados da transformação da natureza, bem como, dos impactos negativos deste processo. E, de outro lado, retoricamente se afirma e diz beneficiar a sociedade como um todo.

Mas, a existência da “pedra” no caminho se fez resistência, e com ele a comunidade almejando a defesa da sua pedra contra a deles, produziu um momento de possível ruptura com a hegemonia instaurada (MACHADO; LEITE, 2014). O obstáculo obrigou a comunidade escolar a manifestar publicamente por diversas vezes o seu descontentamento e gestores e empresas revidaram com promessas da construção de um novo prédio com três andares, quinze salas de aula, sete salas de apoio mais área administrativa, as quais soavam como a oferta de mais dignidade para a educação no Povo Novo, em alternativa a perda do prédio histórico da escola.

No entanto, desde a época do “impasse” em que era mais visibilizada a situação da escola, e a partir de quando foi erguido o viaduto, pouco foi referido sobre as precárias situações em que a instituição se encontra, bem como pouco sobre a efetivação das promessas de construção do novo prédio escolar.

No decorrer das ações, no aguardo da realização das obras e da construção dos prédios provisórios a empresa STE⁹, responsável pela Gestão Ambiental, realizava palestras e atividades de Educação Ambiental (EA) na escola decorrente das medidas de compensação do empreendimento de acordo com os processos legais. Mas, também outras atividades de comunicação social foram desenvolvidas em defesa do meio ambiente, dos animais, da proteção da natureza, etc. No entanto, sobre o caso da demolição da escola, das manifestações, das mortes de pessoas e animais¹⁰ na estrada a empresa não publicizou sequer uma nota. Portanto, ~~de um lado~~ nega a situação de injustiça, conceito que os mesmos não utilizam ou se referem, tal atitude corrobora para o esquecimento do caso. Contudo,

⁹STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S. A. é uma empresa de engenharia criada no Rio Grande do Sul, em 1º de outubro de 1973 (conforme o sítio eletrônico da empresa - <<http://www.stesa.com.br/entrada>>)

¹⁰Sobre os animais atropelados apareceu nos folders do DNIT, mas sempre culpando os motoristas e das atividades de conscientização que o mesmo desenvolve para evitar tais mortes. (DIAS, 2014).

a pedra que é este caso de injustiça para a comunidade escolar ainda obstrui o caminho.

Essa pesquisa se ateve a observar a realidade do caso em questão, a demolição da escola para a duplicação da BR-392 e os processos de Educação Ambiental que nela ocorreram, para discutir então este caso de injustiça ambiental e educacional ocorrido no extremo sul do Brasil em nome do desenvolvimento. A partir da fala dos sujeitos pesquisados, professores, ex-professores, gestores, alunos e ex-alunos, de reportagens em jornais, dos materiais lúdicos, didáticos e de divulgação da empresa buscamos contribuir com o não esquecimento, de um lado e, ao mesmo tempo, de outro, com a resistência dos injustiçados e do resgate de suas memórias para uma Educação Ambiental que se faça junto aos atingidos, para o enfrentamento aos projetos que como esse que são impostos pela agenda capitalista com seus apoiadores nos governos e empresas públicas.

O mote principal da pesquisa decorreu inicialmente, a partir de trabalhos anteriores de pesquisadores integrantes do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil (Observatório)¹¹. Então, a partir do conflito midiático, resolvemos ampliar as informações do acontecido gerando esta dissertação. Esta pesquisa aborda os casos de injustiça relatados pela população entrevistada e as ações e produções teóricas da Educação Ambiental realizada pelas empresas como compensação ambiental pelos danos à comunidade do Povo Novo.

A concepção de mundo na qual se emerge essa produção considera que as opções de empresas e governos visam aprofundar as “raízes do capitalismo” em território brasileiro, com o maior acúmulo de riqueza por uma pequena parcela da população e investimentos governamentais que garantam o “desenvolvimento”. Estas diretrizes internacionais marcam o “lugar” do Brasil e América Latina no capitalismo global. Seus desdobramentos, no caso brasileiro é o movimento de “neodesenvolvimentismo” (ZHOURI, 2011) que é um momento marcado por grandes investimentos, com apoio do Governo Federal¹², por meio de financiamento e isenção fiscal, para megaempreendimentos com vistas à exploração de recursos naturais. (Santos et al. 2015, pp.41-54).

¹¹(AGUIRRE; RODRIGUES; MACHADO, 2013; DIAS, 2014)

¹²Autoridade máxima do país; Governo brasileiro.

Este panorama pode ser compreendido por uma série de atividades e investimentos lucrativos como a produção e exportação de *commodities* – eucalipto, pinos, soja, mineração, etc. (SVAMPA, 2013; GONÇALVES; MACHADO; PALUDO 2015) – para os quais, há necessidade de investimentos na produção energética e melhoramentos nas condições de estradas e duplicações de vias interligando toda a América Latina em pontos estratégicos para o escoamento das exportações. O caso da BR-392, entre Rio Grande e Pelotas, visando facilitar a acessibilidade ao porto do Rio Grande¹³, no qual também se encontram em desenvolvimento Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD's) com os estaleiros para construção de plataformas da Petrobrás¹⁴, faz parte daquele projeto estratégico maior¹⁵.

A metade sul do Estado do Rio Grande do Sul (RS), que tinha vivido durante a ditadura civil-militar um “boom” de exportação de produtos agrícolas e outros (anos 1970, no chamado milagre econômico) convivia em crise até os anos 2005. Neste período, após a emergência do governo Lula¹⁶ em alternativa ao projeto neoliberal do Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é retomado o desenvolvimentismo que se vê refletindo num contexto de produção e de exportação de *commodities*. Tal desenvolvimento econômico, midiaticamente anunciado, no RS e mais particularmente na metade sul como ato “salvífico” fundamental para solucionar o estigma de estagnação que “assola” essa região por muitas décadas. Tais discursos alicerçados, ao menos retoricamente, na produção de postos de trabalho e na empregabilidade¹⁷, seja nas atividades direta, e indiretamente ligadas à expansão portuária, ao polo naval e às obras de infraestrutura das empresas.

¹³Porto situado em Rio Grande com grande importância econômica para o Estado do Rio Grande do Sul e Região.

¹⁴Sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é a União Federal (representada pela Secretaria do Tesouro Nacional), atua como uma empresa integrada de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. (conforme sítio da empresa: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>>)

¹⁵Este ponto está detalhado no capítulo três, item 3.1

¹⁶ Luis Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil (2003-2011).

¹⁷De fato, no período do ciclo de desenvolvimento de projetos da indústria naval (em torno de 10 anos), no auge do mesmo, se empregou em torno de 20 mil pessoas nestas atividades. Agora no período de refluxo talvez, se mantenha empregado de 5 a 7 mil pessoas, com dispensas semanais, uma vez que não tem demanda de trabalho para todos. (SANTOS, 2016).

A duplicação da BR-392, portanto, se insere neste contexto atingindo as localidades em decorrência da duplicação da estrada, nesse processo o DNIT¹⁸ e a empresa responsável pela gestão ambiental da obra distribuíram de forma massiva e frequente, materiais da empresa, chamados Boletins Informativos, sobretudo em locais com concentração de população como as escolas.

Compreendemos tal distribuição, na época da duplicação, como estratégia de marketing, mas também de redução das críticas à injustiça que ia se processando na medida em que problemas ambientais e sociais se avolumavam. Diz Violeta (entrevistada, 2015): “*Eu nunca vi tanto jornalzinho na minha vida*”. No conteúdo presente nestes boletins, podemos encontrar as retóricas de desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul.

A duplicação da BR-116/392, no trecho que liga Rio Grande a Pelotas, tem o objetivo de promover a segurança viária e o desenvolvimento da região contemplando as questões ambientais e sociais. [...] A duplicação da BR-116/392 pretende contribuir com o crescimento e desenvolvimento das pessoas e da região, preservando a vida e valorizando o meio ambiente. (Boletim Informativo, STE. Agosto de 2011)¹⁹

Não nos atemos neste momento a problematizar cada item do enunciado, como “segurança viária” e “questões ambientais e sociais”, tampouco a perspectiva ambiental em disputa, pois isso será detalhado em capítulo adiante. Queremos, por hora, chamar atenção que em decorrência dos objetivos e opções econômicas para a região se produz aquilo que Ana Esther Ceceña chama de “*discursos de verdade*” (CECEÑA, 2005, p. 37), em que os interessados – empresários, meios de comunicação e governo em suas diferentes instâncias e, enfim, os beneficiados primeiros – destacam as grandes possibilidades dos projetos de desenvolvimento. Em nosso caso, das melhorias e maior qualidade de vida para a população com a

¹⁸O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela lei 10.233, de 5 de junho de 2001. A legislação reestruturou o sistema de transportes rodoviário, aquaviário e ferroviário do Brasil, extinguindo o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). (DNIT, 2012).

¹⁹STE/DNIT, Boletim. Especial Povo Novo. Agosto de 2011.

duplicação da BR-392, fazendo parecer ser da apropriação de todos, o que será apenas os ganhos de alguns.

Portanto, as atividades de publicização da empresa STE e DNIT, objetivam produzir a aceitação popular, para isso, transformam o interesse e objetivo de parte da sociedade como sendo de todos/as, produzindo a idéia de consenso, afirmando que nesta região são bem-vindos e aclamados por todos. Porém, estas produções partem justamente desses a quem mais interessa "pregar" que os investimentos trarão o desenvolvimento.

Tendo em vista essas promessas de desenvolvimento e a materialização da construção da BR-392, a partir das concepções e práticas de Educação Ambiental promovidas pela empresa STE e como estas se materializaram no caso da demolição Escola Alfredo Ferreira Rodrigues, buscamos investigar qual a compreensão da comunidade escolar sobre esse processo. A partir disso elaboramos o problema de pesquisa que orientou a investigação que aqui apresentamos com resultados sistematizados:

Quais as relações entre as retóricas ambientais e desenvolvimentistas de empresas e governos e a realidade sentida e relatada pela Comunidade Escolar do Povo Novo na duplicação da BR-392?

Para dar conta do nosso problema de pesquisa nos atemos à análise do caso da escola e do envolvimento da comunidade escolar na busca de resistir às mudanças impostas à realidade escolar. Compreendemos que tais problemáticas formam um corpo fundamental na orientação da pesquisa e assim elaboramos **os objetivos:**

- Analisar como o processo da duplicação da BR-392 e da demolição da escola, na qual se produziu promessas de um novo prédio e retóricas de proteção ambiental, foi compreendido pela comunidade escolar, bem como a sua organização e formas de resistência ao projeto neodesenvolvimentista;
- Pesquisar as concepções de Educação Ambiental promovidas pela empresa a partir da concretude de sua retórica e ações;
- Compreender a partir da materialidade do caso da escola – do processo, das mobilizações e dos argumentos dos injustiçados –

contribuições que nos ajudem a construir alternativas viáveis de uma Educação Ambiental para a justiça que se proponha a resistir aos processos de neodesenvolvimento causadores de injustiça ambiental e educacional.

1.2 Desdobramentos Metodológicos

Nos itens a seguir, desenvolvemos os desdobramentos metodológicos da pesquisa. Apresentamos os caminhos que trilhamos para respaldar nossos objetivos, nossa inserção no campo da pesquisa, a coleta de informações e o público entrevistado.

1.2.1 Caminhos do pesquisador

Na construção de nossa pesquisa traçamos um caminho que foi processualmente nos levando até o que apresentamos no presente estudo. Logo nos primeiros momentos, assim que ingressamos no mestrado, nossa caminhada se fez na intenção de pesquisar as relações da Educação Ambiental com a Educação Musical, a partir de uma experiência prática escolar, realizando para isso um estudo inicial sobre possibilidades dessa abordagem.

Como desdobramentos, fizemos o levantamento de material bibliográfico, em parte já conhecido por nós sobre as relações entre “Ambiente e Música”, sobretudo a partir dos estudos do músico e pesquisador canadense Murray Schafer (1991; 2001), e de outros estudos nesta perspectiva como Cavalieri (2011). Como parte do processo do nosso estudo na época, publicizamos a síntese da nossa intencionalidade de pesquisa (OLIVEIRA; MACHADO, 2014), com a participação em um evento no país vizinho, Uruguai.

Entretanto, nos deparamos com alguns desafios como o da escassez de materiais bibliográficos e empíricos nos quais pudéssemos nos debruçar, sem correr o risco reducionista de um debate sobre a área da Educação Musical apenas a partir de uma das suas propriedades: o conteúdo de letras musicais. Visando as possibilidades tangíveis de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento do

conjunto de produções realizadas pelo Observatório dos Conflitos, alinhados com as produções da linha de pesquisa *Fundamentos da Educação Ambiental*, fomos gradualmente reescrevendo nosso objeto sem abrir mão daquilo que já estava no nosso horizonte: evidenciar as relações de desigualdade e injustiça socioambientais, na busca de contribuições e possibilidades para uma “outra Educação Ambiental”.

1.2.2 O andamento do processo de pesquisa: A inserção na Escola

Como continuidade da construção da nossa pesquisa, decidimos partir de um estudo antecedente realizado por pesquisadores do Observatório dos Conflitos sobre o caso da Escola Alfredo Ferreira Rodrigues (AGUIRRE; RODRIGUES; MACHADO, 2013). O trabalho apresentou a injustiça socioambiental sofrida pela comunidade escolar e foi base material fundamental para o nosso processo de pesquisa. Embasamo-nos também, em uma pesquisa realizada como tese de doutoramento sobre os processos de licenciamento ambiental na duplicação da estrada BR-392 (DIAS, 2014) a qual apresentou, além de outras questões, a inexorabilidade da obra de duplicação.

O nosso primeiro contato com a comunidade escolar da Alfredo Rodrigues ocorreu por ocasião de uma apresentação musical realizada por dois músicos que já haviam trabalhado com alguns colegas integrantes do Observatório. A apresentação foi realizada no dia 03 de Outubro de 2014, para o grupo da escola. Ela aconteceu em um salão da localidade do Povo Novo devido à falta de espaço físico da escola. Quando soubemos da mesma, entendemos que seria um bom momento para a aproximação com a Comunidade Escolar, pois haveria grande concentração de professores e alunos. A partir da intermediação dos músicos, conversamos com alguns membros da comunidade escolar e expomos o interesse em realizar a pesquisa.

Após esta visita realizamos outras duas nos dias 29 e 30 de outubro de 2014, na escola. Nestas conversamos informalmente com a atual e a ex-diretora sem o registro do conteúdo em áudio ou vídeo. Porém, foram momentos muito importantes da pesquisa que nos concederam outras pistas sobre o caso da escola e sobre indicações que poderíamos elencar para a coleta de dados.

A definição da amostra (LAVILLE; DIONNE, 1999), foi sendo construída ao longo da coleta de dados, por meio de uma rede de contatos. As indicações para busca mais informações e sujeitos partiram de sugestões dos próprios entrevistados. Nesse sentido, foi a partir de algumas contribuições das mesmas que elaboramos boa parte da rede de entrevistados.

1.2.3 A coleta e o público: a rede de contatos

Ao todo, levantamos mais de trinta reportagens que abordam diretamente o caso da escola explicitando as condições precárias, a demolição, as promessas de um novo prédio. Acessamos também outras publicações sobre as passarelas, as mortes na BR e os impactos econômicos para os pequenos produtores que comercializavam produtos agrícolas às margens da BR-392. Apesar da notificação feita à escola sobre a desapropriação, as notícias sobre o caso começaram a ser publicadas apenas em 2011. Nosso recorte de análise das matérias em jornais se dá considerando o período de nove anos, de 2007 a 2015.

Este momento específico da nossa pesquisa foi exposto em duas ocasiões: em um seminário (OLIVEIRA; RODRIGUES; AGUIERRE, 2014) e em um livro publicado pelo *Observatório dos Conflitos*, (MACHADO et al, 2015) problematizamos questões sobre as injustiças sofridas pela comunidade do Povo Novo, sobretudo na Escola Alfredo Rodrigues.

Além de uma reportagem na principal rede de televisão local, a notícia de uma das manifestações aparece em outros meios como na citação a seguir.

Um protesto ocorrido na manhã desta quarta-feira (3) no Povo Novo, em Rio Grande, reivindicou melhorias na estrutura da Escola Estadual Alfredo Ferreira Rodrigues. O movimento foi organizado por alunos, pais e pessoas da comunidade. Durante o ato, os manifestantes trancaram por meia hora a BR-392. A obstrução da faixa ocorreu entre às 8h30min e às 9h. Parte do prédio do educandário foi derrubado em outubro do ano passado para possibilitar a duplicação do trecho. Desde então, o colégio funciona com apenas seis salas de aula. A instituição possui 500 alunos. (Diário Popular, 03 de abril de 2013).

Chamamos a atenção para o fato de que as notícias sobre os conflitos e a condição em que se encontrava a escola foram divulgadas em sua maioria na região do município de Rio Grande. Poucas vezes, essas publicações ocorreram em nível estadual. Já a empresa STE, responsável pela Educação Ambiental nas escolas das localidades atingidas pelas obras, não fez referência em suas publicações aos conflitos e às mortes de pessoas na estrada. Por outro lado, noticiou o transplante do butiazeiro que ficava em frente ao prédio que foi demolido propagandeado como uma festividade em comemoração à chegada da Primavera²⁰ e mencionou também em suas publicações as mortes de animais na estrada, divulgando o seu trabalho de monitoramento da fauna no local, como no caso do “*Alto índice de atropelamento de répteis na BR-392*”. (BOLETIM STE/DNIT, janeiro de 2012).

Os critérios para a constituição da rede de contatos se justificam pela participação e/ou organização das manifestações por conta da demolição do prédio ou da insegurança na rodovia, como também pela presença nos projetos e ações de Educação Ambiental do DNIT/STE realizados na escola. Assim, elencamos quatro professoras, as quais já ocuparam postos de trabalho tanto na docência, quanto na gestão em cargos de equipe diretiva da escola, um ex-aluno e outros seis alunos, dois do segundo ano do Ensino Médio e quatro do terceiro ano da mesma etapa.

Na apresentação do nosso trabalho denominamos “comunidade escolar” os sujeitos que extrapolaram os “muros” da escola para reivindicar suas problemáticas. Dela faz parte a intersecção entre estudantes, pais, professores, e moradores do Povo Novo e a população entrevistada, a qual também se caracteriza por moradores, pais, professores e estudantes. Além de terem a questão da escola Alfredo Rodrigues em comum, esta população é também denominada comunidade escolar em algumas reportagens de jornais como na publicação de periódico local do dia 20 de julho de 2011 na qual, conforme a reportagem, o “*Dnit tranquiliza comunidade escolar do Povo Novo*” (JORNAL AGORA, 20 de julho de 2011).

²⁰ Notícia esta que também foi veiculada em pelo menos dois jornais locais: Jornal Agora, em 25 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=17823>> Acesso em 10 agosto de 2014. E Click RBS, publicado em 22 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/09/22/inicio-da-primavera-sera-marcado-por-conversas-sobre-meio-ambiente-e-transplante-de-arvore/>> Acesso em 11 de agosto de 2014.

Conforme já referenciamos no início do trabalho, os participantes da pesquisa, lembramos, são pessoas reais, envolvidas na causa da escola sejam elas professores(as), estudantes, ex-alunos(as), moradores(as), etc. São referenciados com nomes de personagens do cenário musical-popular latino-americano a fim de não serem identificados. Optamos pela utilização dos nomes de personagens que representam de alguma forma, para nós as “vozes” da América Latina em suas resistências, dores, denúncias, alegrias e sonhos e têm o peso simbólico, nesse trabalho, de dar voz à comunidade entrevistada.

Foram entrevistadas quatro professoras as quais chamaremos de Elza S. em alusão à cantora carioca Elza Soares; Juçara M. em referência à cantora carioca Juçara Marçal; Mercedes S. em homenagem à cantora argentina Mercedes Sosa, e Violeta P. em lembrança à cantora chilena Violeta Parra. Também integram a população entrevistada, sete jovens que são alunos(as)/ex-aluno os(as) quais chamamos de Cartola, em menção ao sambista carioca; Julia, em alusão à cantora argentina Julia Ortiz; Tom, em homenagem ao cantor baiano Tom Zé; Naná em referência ao percussionista pernambucano Naná Vasconcelos²¹; Marisa, em lembrança à cantora carioca Marisa Monte e, por último, Cássia e Rita em homenagem às cantoras carioca e paulista, respectivamente, Cássia Eller e Rita Lee.

A coleta de informações com os entrevistados constituiu-se em dois momentos distintos. No primeiro deles, entrevistamos as quatro professoras e o ex-aluno, todos individualmente. No segundo momento, a partir de inserções em uma turma de segundo e outra de terceiro ano, apresentamos sucintamente os objetivos das entrevistas convidando-os para uma reunião no dia seguinte. Esta contou com a presença de seis estudantes.

Como parte dessa etapa do processo da coleta de informações, realizamos ao todo seis horas, trinta e dois minutos e cinquenta e três segundos de entrevistas nas quais os participantes discorriam sobre os temas geradores apresentados a partir de notícias e outros materiais. Estas gravações foram transcritas e

²¹Naná Vasconcelos é o único músico referenciado que não é cantor, mas instrumentista. Essa escolha se deu, pois o entrevistado pouco falou durante a coleta com o grupo. (O músico Naná Vasconcelos faleceu no dia 09 de março de 2016. Prestamos aqui a ele, que se autodenominava como “um Brasil que o Brasil não conhece”, a nossa singela homenagem.).

sistematizadas. Após leituras sobre o material coletado, sistematizamos como resultado as categorias a seguir:

1. Ocultamento das injustiças

- 1.1. Negação do descontentamento da comunidade
- 1.2. Esquecimento / Acomodação

2. Descrição da materialidade

- 2.1. Imposição do projeto desenvolvimentista
- 2.2. Prioridade econômica “o Porto”

3. Dissenso/contradições

- 3.1. Paisagem sonora
- 3.2. Segurança na rodovia
- 3.3. Retórica da qualidade de vida da população
- 3.4. Assédio às meninas
- 3.5. O caso (ou descaso) da escola
- 3.6. Desenvolvimento econômico do Povo Novo
- 3.7. Mudanças no modo de vida da população (impactos cotidianos)
- 3.8. Retórica da proteção ambiental

4. Questão ambiental

- 4.1. Concepção ambiental da empresa
- 4.2. Concepção ambiental dos entrevistados

5. Organização

- 5.1. Concepções sobre o resistir
- 5.2. Manifestações – conflitos

6. Argumentos e estratégias de convencimento (utilizado pela empresa da EA, governos, mídia e pela própria escola).

7. Pertencimento

- 7.1. Descrição do lugar
- 7.2. A escola No/Do Povo Novo
- 7.3. A escola antes da duplicação

Na categorização agrupamos as entrevistas de acordo com a centralidade dos temas que estavam sendo abordados pelos participantes da pesquisa. Embora em nosso trabalho não tenhamos utilizado diretamente todo o conteúdo das entrevistas, elas nos possibilitaram uma aproximação mais detalhada com o caso da escola e das injustiças sofridas pela comunidade escolar.

1.2.4 Aspectos metodológicos da Pesquisa

Tendo em vista os objetivos da pesquisa e seu problema central, compreendemos que a pesquisa qualitativa, com o viés que considera a centralidade da realidade objetiva (tomando-a como processual, histórica e mutável) foi o melhor caminho que encontramos para respondermos nossa questão: **Quais as relações entre as retóricas ambientais e desenvolvimentistas e a realidade sentida e relatada pela Comunidade Escolar do Povo Novo na duplicação da BR-392?**

Quando do ingresso no curso de Mestrado, nosso conhecimento sobre o processo a ser pesquisado se constituía em um saber incipiente. Conforme refere Triviños, *“Só mais tarde, quando continua o processo do conhecimento do objeto, descobrimos outras características dele: sua quantidade, sua causa, sua essência etc”*. (TRIVIÑOS, 1987. p. 66).

Com o processo de elaboração do projeto de pesquisa, feito durante o período de um ano (2014 e 2015/1) e as orientações realizadas pela banca de professoras avaliadoras do projeto, bem como os encontros de orientação junto ao Professor Carlos R. S. Machado e os colegas do grupo de pesquisa, iniciamos nossa caminhada de investigação com o intuito de conhecermos e sistematizarmos mais informações na direção da totalidade do processo histórico pesquisado. É importante salientar que na perspectiva de onde escrevemos o todo não é a simples soma das partes. *‘[...] a qualidade não é a simples soma de propriedades: a estrutura que tomam as propriedades é determinante para definir a qualidade de um objeto, isto é, o que “uma coisa é”* (TRIVIÑOS, ibidem. p. 66).

Em junho de 2015 realizamos uma visita à BR-392, nas mediações da Escola. A passagem foi feita de bicicleta, saindo de Rio Grande até o Povo Novo. No trajeto foi possível observar mais nitidamente as condições da estrada, as obras da duplicação e, para a proteção da fauna e da flora, as placas de sinalização e as placas ambientais colocadas pela empresa de pedágio que possui a concessão da estrada. No caminho foi possível também conversar com um pequeno produtor que

comercializa seus produtos à beira da estrada, porém sem a sua permissão para a captação da conversa²².

Deste modo, buscamos reunir todas as informações disponíveis com relação ao processo pesquisado e nos organizamos do seguinte modo:

- a) Estudo da literatura disponível: artigos e reportagens de jornais sobre a duplicação e o caso da escola, reportagens (escritas e audiovisuais), revistas/manuais/panfletos da empresa DNIT/STE que tratam da temática de Educação Ambiental;
- b) Estudo de autores e autoras que contribuem para problematizar o neodesenvolvimentismo e seus desdobramentos no território latinoamericano, sobretudo com relação à Educação Ambiental, natureza, conflitos e injustiça ambiental (MACHADO, 2013; CECEÑA, 2005; ZHOURI, 2011; ACSELRAD, 2009; QUIJANO, 2014);
- c) Realização de estudos nas disciplinas disponíveis no Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, bem como seminários e congressos, reunião de estudos junto aos integrantes do grupo de estudos do *Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil*;
- d) A coleta de informações se deu da seguinte maneira:
 - Quatro observações na escola²³, fundamentais para a inserção no espaço da pesquisa, as quais geraram uma maior aproximação entre o pesquisador e a comunidade escolar;
 - Entrevistas *semi-estruturadas* com o corpo docente²⁴, entre os meses de setembro e novembro de 2015. Participaram desse processo a equipe diretiva e um ex-aluno da Escola. Durante as entrevistas, foram utilizados pelo pesquisador materiais produzidos

²²Os motivos pelos quais o pequeno agricultor não permitiu a gravação de sua fala, conforme disse, foi por medo de represálias. Afirmou que a duplicação trouxe muitos problemas a ele e outras pessoas, sobretudo com relação à continuidade de seu trabalho na localidade e à sua saúde, se tornando hipertenso, pois em suas palavras, o período da duplicação foram seis meses de um “verdadeiro inferno”.

²³ Conforme foi relatada com maiores detalhes no item 1.2.2 *O andamento do processo de pesquisa: a inserção na escola*.

²⁴ O roteiro básico da entrevista semi-estruturada encontra-se no Apêndice 2.

pela empresa DNIT/STE utilizados na gestão da obra e Educação Ambiental na Escola²⁵ como textos dos boletins informativos e livros da empresa. Também apresentamos os objetivos do programa de Educação Ambiental da empresa, alguns materiais didáticos desenvolvidos nas ações de EA nas escolas e matérias de jornais sobre a demolição e acidentes na BR-392. As entrevistas foram gravadas com áudio e, posteriormente, transcritas.

- *Grupo focal*, em novembro de 2015. Nesta etapa utilizamos os mesmos materiais – textos, figuras, reportagens – que foram utilizadas no primeiro momento das coletas. O encontro foi registrado com áudio e vídeo. E, posteriormente, os diálogos foram transcritos.

Consideramos aqui a importância de explicitar os fundamentos sobre os quais nos baseamos para a realização das entrevistas semi-estruturadas e o grupo focal. Conforme Trivinõs:

podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante [...] (1987, p. 146)

Neste sentido, a elaboração do roteiro de entrevista não está isolada do campo teórico como uma técnica mecanicista, tampouco possui perguntas genéricas sobre o tema. Pelo contrário, está fundamentalmente ligado à teoria que orienta o estudo. Em nosso caso, coerente com os objetivos de pesquisa elaboramos questões que pudessem nos ajudar a compreender criticamente as relações estabelecidas entre as práticas e retóricas empresariais e a ação da Comunidade Escolar.

²⁵ Os materiais utilizados como disparadores para as entrevistas podem ser visualizados nos Anexo 1 e 2.

Sônia Maria Guedes Gondim, em 2003 publicou um artigo que trata da temática de *grupo focal* como uma técnica de investigação. Seus estudos estão baseados fundamentalmente em David Morgan. Conforme Gondim, esse autor:

define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (2003, p. 151)

Nos estudos realizados sobre a produção teórica de Morgan, a autora expressa que o grupo focal teve origem na Segunda Guerra Mundial em que “os grupos focais foram utilizados para examinar os efeitos persuasivos da propaganda política, avaliar a eficácia do material de treinamento de tropas, bem como os fatores que afetavam a produtividade nos grupos de trabalho” (GONDIM, *ibidem*, p. 151).

Ao utilizarmos esta técnica em nossa pesquisa o fizemos tendo um conjunto de materiais disparadores, conforme já referidos e utilizados nas entrevistas semiestruturadas e conforme os alunos iam discorrendo sobre as temáticas propostas, outras perguntas eram realizadas pelo pesquisador com o objetivo de que os participantes do grupo não apenas interagissem sobre o tema, mas também pudessem aprofundar suas análises sobre o processo.

Optamos por não reservar um espaço específico para exposição das falas dos entrevistados, muito embora haja uma ênfase maior nas mesmas no capítulo três. O motivo de nossa escolha se deu porque partimos do princípio teórico-metodológico do conceito de totalidade, no qual não cabe a separação estanque entre a teoria e a empiria. Reconhecemos que esses dois aspectos são, de fato, distintos. Enquanto um apresenta um conhecimento sistematizado, conceitual, o outro está baseado nas relações práticas, pragmáticas. A unidade aqui significa que buscamos analisar teoricamente o material empírico pesquisado dentro de todo o corpo do trabalho.

Por isso, o capítulo dois apresenta nossos caminhos na aproximação com o processo de pesquisa. Explicita o conjunto de conceitos que utilizamos para

interpretar as informações coletadas, bem como as posições dos participantes da pesquisa, das produções das empresas analisados teoricamente.

O capítulo três explicita os resultados da pesquisa sobre os objetivos e práticas da EA promovida pelas empresas STE/DNIT como mediações fundamentais feitas para justificar a demolição da escola e como a comunidade escolar se sentiu afetada por esse processo.

Por fim, trazemos as nossas últimas palavras sobre o trabalho realizado, apresentando importantes contribuições que ele nos permitiu, bem como as limitações decorrentes nas nossas condições. Nesta parte abordamos as considerações que, a partir da pesquisa, julgamos ser pertinentes ao campo da EA, e, por último, as palavras do pesquisador, e o crescimento proporcionado pela realização do trabalho durante esses dois anos.

SEGUNDO CAPÍTULO

2 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL DOS FUNDAMENTOS DA INTERPRETAÇÃO

Inicialmente realizamos uma breve explanação do campo e objeto da pesquisa, bem como das motivações que levaram às relações com o seu título: “*no meio do caminho tinha uma escola: Educação Ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392 no extremo sul do Brasil*”

Início este capítulo tomando a liberdade de escrever em primeira pessoa. Não por negar o processo coletivo e dialético no qual esta elaboração se faz, mas porque se tornam necessárias algumas considerações a fim de destacar a relevância da pesquisa, bem como a inserção desta na minha vida nos âmbitos que competem à dimensão pessoal, acadêmica, profissional e social.

De forma alguma, os estudos, vivências e sínteses que realizei durante o processo de mestrado podem ser entendidos separadamente da minha formação integral como ser humano. Ser humano que pesquisa, trabalha, se relaciona em distintos grupos, tem ideais, sonhos e utopias. Que produz elaborações a partir dos seus condicionamentos e busca “mergulhar” na sua história, conforme lhe permitem suas limitações. Um ser humano que tem no horizonte um mundo sem desigualdades e injustiças.

Escrever a história é um importante exercício de reflexão que, por se dar posteriormente, acontece em um momento em que já não se é mais o mesmo quando do ocorrido. Há aí, também, uma possibilidade de emancipação, pois se tenciona a reflexão e o reconhecimento do vivido (RANCIÈRE, 2012). No caso da pesquisa é um importante exercício para refinar o conhecimento sobre os motivos e condições que desenham a sua realização.

As intenções iniciais em realizar uma pesquisa de mestrado iniciaram ainda durante a formação em Educação Musical, na Graduação, no Curso de Música – Licenciatura, na Universidade Federal de Pelotas, quando tive várias inquietações a partir de contradições que percebi no confronto com a realidade da prática educativa. As relações de ensino eram pautadas em práticas (e teoria, em geral, separadamente) generalizantes. Não se fazia, por exemplo, diferenciações políticas entre os públicos de escolas centrais e escolas periféricas. Sem mais

generalizações, parecia existir uma música idealizada, pronta, existente independentemente das relações humanas, um conhecimento padrão que precisava ser ensinado aos seres genéricos, sob o nome de musicalização.

Estas contradições ficaram muito nítidas quando comecei a trabalhar em uma escola na periferia da cidade de Rio Grande e perceber que as relações musicais que eu conhecia – ou desconhecia, devido a uma formação precária na universidade – não davam conta de produzir algum trabalho significativo para os estudantes. Nem as músicas, nem as técnicas, nem a teoria, etc. Percebi lacunas que os conhecimentos produzidos na universidade não foram capazes de sanar por, provavelmente, não considerar nas relações materiais de ensino e aprendizagem as desigualdades sociais e os diferentes contextos socioambientais.

No início da adolescência, tive a oportunidade de desenvolver uma atividade relacionada a um instrumento musical com o aprendizado de violão, de maneira informal em uma igreja e, anos depois, tive a possibilidade de ampliar os estudos de música no Ensino Superior. Quando estava na metade do curso comecei a trabalhar em um projeto social²⁶ institucional em uma escola pública localizada em uma grande zona periférica da cidade do Rio Grande, constituída a partir de deslocamento de populações de bairros em local de expansão portuária nos anos 1970 (CIPRIANO, 2015), e de uma “onda de invasões desordenadas” de espaços públicos em decorrência do déficit habitacional nos anos 1990 – o qual hoje ainda é bastante significativo (CHAGAS; CARVALHO, 2015).

Neste contexto escolar, desenvolvo atividades há aproximadamente 10 anos, inicialmente com oficinas de hip-hop e, mais recentemente, devido à presença da Educação Musical em sala de aula²⁷, com composições com crianças de cinco anos de idade e outras experiências de música em conjunto, como também com a constituição de um grupo que produz e apresenta publicamente composições autorais. A formação desse último grupo e minha constituição como profissional professor se confundem, aconteceram mutuamente e uma alimenta a outra num processo de formação pelo trabalho, fenômeno dialético que de acordo com Paulo Freire se dá, pois

²⁶ A ideia de projetos sociais de música na periferia, era apresentada, na graduação, recorrentemente de forma salvífica, sob discurso das “oportunidades”. Não se problematizava as causas da pobreza e exclusão.

²⁷ Em decorrência da lei 11.769/2008 que torna obrigatória a presença da música na escola.

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p. 23).

Fui me constituindo educador, buscando fundamentação para transcender a simples relação de ensino de notas musicais e formas de tocar, mas com o constante questionamento de “pra quê”, “porquê” fazer música, e não somente “como”.

Foi a partir de quando trabalhei com esses alunos mais empobrecidos²⁸ que busquei na Educação Ambiental uma forma de compreender o lugar desses jovens. Os atravessamentos de desigualdades e injustiças exercem influências que condicionam muito acessos à direitos considerados fundamentais pela Constituição de 1988²⁹. Identificar os processos nos quais produzimos nossas visões de mundo é uma tarefa difícil. No fundo, minhas opções profissionais estão intrinsecamente ligadas àquilo que entendo por “ser”, não existindo separação entre as diversas dimensões da vida.

Esta pesquisa se coloca como busca de desenvolver com os outros algumas sínteses na direção de que suas vozes sejam ditas e ouvidas. Este horizonte é o mesmo em que pessoalmente me encontro. Um tipo de luta para tentar “colocar a minha voz no mundo”, mesmo a partir de uma educação escolar com diversas precariedades, na qual fui formado, a partir da vida diária nas muitas condições insalubres de uma periferia de Rio Grande onde cresci e ainda vivo.

Nesta periferia, por nós comumente chamada de “vila”, meus amigos e eu tínhamos como passatempo brincar à beira das “valetas”, como são chamados os canais de esgoto a céu aberto em Rio Grande. Nessa vila, contraímos viroses e doenças infectocontagiosas em decorrência dessas brincadeiras. Não foram raras as vezes que senti a violência que a falta de alternativas, de diversão, de esportes e de iniciativas culturais gera na juventude empobrecida, a cultura da criminalização dos empobrecidos.

²⁸Faço uso do termo empobrecido por considerar que o “empobrecimento” é uma produção, não um processo natural, que priva pessoas de dignidade como moradia, saneamento básico, etc., em detrimento do enriquecimento, bem estar ou ascensão social de outras.

²⁹ Sobretudo o que diz respeito aos Incisos: *II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana.* (BRASIL, 1988)

Neste sentido, escrever a própria história é reconhecer as limitações gestadas ao longo de um processo inteiro de formação que, qualitativamente e quantitativamente, preparava a mim e aos meus amigos para tipos precários de trabalho/subempregos, que negava o acesso a outras culturas, bem como expressões artísticas. Esse exercício de conhecer, indagar sistematizar e escrever é de grande ajuda para aos poucos, compreender os processos históricos que constituem minha condição de classe.

Desta forma, este trabalho tem uma forte inserção na minha vida, sendo difícil separar quais são as justificativas pessoais, acadêmicas e sociais para a sua realização. Ao fazer os estudos teóricos de tentar compreender a realidade de quem são os injustiçados, no caso da pesquisa, em decorrência da sustentabilidade do capitalismo, acabo por entender melhor as relações que constroem a minha própria história.

Os estudantes de música do grupo formado na escola periférica ao qual me referi anteriormente, foram passando por alguns processos neste mesmo sentido. A opção metodológica de instigar o diálogo, a problematização da realidade, dos nossos condicionamentos, em detrimento de um trabalho puramente técnico (como é comum no meio musical), certamente é um dos fatores que possibilitou que os estudantes do projeto TóCaic³⁰, hoje, desejassem colocar sua “voz no mundo” compondo suas próprias canções, e o têm feito com dedicação.

Isto, somado às leituras de Jacques Rancière, quando este problematiza o que chama de embrutecimento (RANCIÈRE, 2012), tem contribuído para que eu questione os conceitos de “inteligência” e de “saber”; tem me ajudado a entender e superar minhas próprias dificuldades como, por exemplo, de mostrar, de compartilhar e dar prosseguimento às minhas produções musicais, artísticas e acadêmicas. Compreendendo que não são naturais quaisquer tipos de idealização e/ou padronização nessas produções, é possível realizar mais livremente as sínteses e fazer a partilha.

A “opção” – sobre a qual tenho consciência que se faz a partir de condicionamentos – de trabalhar na escola pública de uma periferia de Rio Grande, é parte de um projeto de vida. Ainda que em um primeiro momento o “ser professor”

³⁰ Projeto de Educação Musical que criamos em 2008, no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

fosse apenas um condicionante para seguir uma carreira em contato com a música, sobretudo de garantia da sobrevivência. Hoje, vejo nessa profissão a possibilidade de – além de proporcionar os prazeres da música – fazer junto com os alunos muitos questionamentos sobre o mundo e a forma como ele está organizado, bem como de proporcionar a eles essa possibilidade da produção e da partilha de algo elaborado por eles próprios.

Tal discernimento também está ligado a uma experiência na mística das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Pastoral da Juventude (PJ). A partir dela passei a fazer exercícios mais profundos de reflexão sobre minha própria história para a elaboração de um projeto de vida, com o qual busco entendê-la - a vida - como um processo integral. A partir desta espiritualidade das comunidades, tornou-se mais possível para mim a desnaturalização das desigualdades e injustiças, sobretudo para com a vida da juventude empobrecida e marginalizada - até mesmo nas suas possibilidades musicais.

Desta forma, outro ponto de vista, produzido junto a esses “que não têm voz”, excluídos de processos – como no caso da duplicação da BR-392 - desde sua gênese (DIAS, 2014), a partir de um exercício elaborativo, em contínuo processo dialético de questionamentos, partilhas e transformações, com auxílio de colegas, professores, amigos e teóricos, talvez possa contribuir para a “luta” pela justiça social e ambiental.

No desenvolvimento e montagem do relatório de pesquisa, sempre procurei articular o abstrato e o concreto, e mais, vinculando o meu vivido de professor, músico e das minhas experiências no escrito que aqui apresento. Busquei não partir daquilo que é abstrato a fim de elaborar concepções ambientais generalizantes e depois “enquadrar” o real e concreto naquele (típico do pensamento idealista), mas também, de não cair no oposto, de discursos que afirmam partir do real e concreto como existente sem a mediação do processo do conhecimento³¹.

Partimos do caso específico das injustiças expostas pela comunidade escolar, nos atendo a analisar as relações materiais que são produzidas a partir da disputa de visões entre sujeitos com poderes desiguais, bem como formas desiguais de

³¹ Marx (1983) diz que no processo de conhecimento partimos do abstrato avançando através de categorias mais simples às mais complexas e neste processo delineando e ampliando a compreensão do real em dados e informações, relações e contradições; mas ao chegar a esta parte deveremos voltar ao início e, na reconstrução deste relato/estudo agora substanciado pelo processo e caminhada anterior, mas agora como “concreto pensado”. (p. 218-9)

apropriação do ambiente/natureza em que se dão as relações sociais. Assim, buscamos elementos que nos ajudem na produção de uma Educação Ambiental que se proponha a enfrentar o desenvolvimento capitalista materializado nas práticas neodesenvolvimentistas.

No desenvolvimento de tais projetos, como é o caso deste em que uma estrada é duplicada para dar fluidez ao acesso a um grande porto, nem todos são beneficiados. Pelas diversas localidades por onde passa o projeto, muitos são prejudicados. As contradições inerentes ao capitalismo, no caso de disputa e usufruto desiguais da terra e do território em nosso trabalho são abordadas como desigualdade ambiental (ACSELRAD, 2009).

É o que identificamos no caso da nossa pesquisa, com a população do distrito do Povo Novo e a comunidade escolar em questão. O período histórico sobre o qual se debruça este estudo se estende desde a época da notificação de desapropriação e demolição do prédio escolar até os dias atuais, entre 2007 e 2015, embora as raízes da elaboração do projeto de duplicação datem dos anos 1970, período da ditadura militar no Brasil (DIAS, 2015).

As obras de duplicação da BR-392 foram licenciadas e postas em prática por governos e empresas, mesmo com as incompletudes dos estudos técnicos ambientais. Conforme explica Dias essas incompletudes são identificadas por fatores “[...] *como a não apresentação da alternativa locacional, a ausência da previsão de passarelas e o fato de as populações imediatamente afetadas pela obra “não terem tido voz” [...]*” (DIAS, 2015. p.135). Outros indicadores da desigualdade que identificamos são a falta de alternativas para os pequenos produtores cujas famílias dependiam há pelo menos 30 anos da comercialização dos seus produtos às margens da BR-392³². Além disso, diversos acidentes, muitos deles, atropelamentos seguidos por morte em decorrência da falta de passarelas ou outras formas de atravessar a rodovia desde o período do início da duplicação, e o caso emblemático da demolição da escola Alfredo Rodrigues, o excesso de ruídos na implementação da obra, como também após esse período devido a proximidade da escola com a rodovia, entre outros problemas, divergem da aparente situação harmoniosa encontrada nos discursos empresariais.

³²Jornal Agora de 1º de fevereiro de 2015.

Constatamos, a partir dos estudos do Observatório e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) que há uma simulação da realidade nos processos de implantação desses empreendimentos, como em obras de construção ou duplicação de estradas, da instalação de mineradoras, de usinas hidrelétricas, ou em outros casos como na instalação ou ampliação de zonas portuárias em que a população é inviabilizada nos estudos socioambientais (MASCARELLO; SANTOS, 2014).

2.1 Referencial conceitual utilizado na pesquisa

Os princípios dos quais partimos para realizarmos as discussões, são as formas que melhor temos encontrado de problematizar e entender a realidade. Nele estudamos alguns conceitos, algumas categorias essenciais para entender nossa problemática e o ponto de onde escrevemos. São perspectivas teóricas e concepções que têm nos ajudado no desvelamento das “aparentemente simples” relações sociais e, delas com/na natureza.

Tais conceitos e referências, detalharemos a seguir com o objetivo de apresentar uma melhor noção desta “visão de mundo”. Desenvolveremos o nosso referencial teórico em tópicos, sem, obviamente, deixar de realizar as intersecções necessárias, o que, de forma contrária, apresentaria uma visão estanque, diferente do que acontece no movimento da vida.

2.1.1 Desigualdade ambiental

Diversos podem ser os pontos de partida para a produção do nosso referencial, porém, em primeiro momento, gostaríamos de apresentar a noção da desigualdade ambiental. Esta primeira perspectiva contribui no desvelamento dos discursos hegemônicos que, de forma homogênea, seja em pesquisas acadêmicas ou propagandas empresariais, não consideram as desigualdades materiais das diferentes populações. Sobre esta noção da desigualdade ambiental, Zhouri nos diz que:

Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente,

considerado como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material. Além de diversos, os sujeitos se localizam desigualmente na sociedade. São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza. (ZHOURI, 2010, p. 444).

Andréa Zhouri alerta para as desigualdades sociais, tanto de relações e interações com o meio quanto da localização desigual na sociedade. Essas desigualdades sociais inferem inclusive nas possibilidades que os cidadãos têm de tomar decisões segundo o poder de acesso que possuem.

Conforme a divulgação das ações empresariais, nos processos de instalações de empreendimentos como BR-392, a população sempre é chamada para “conversas”, como ocorreu durante a realização das obras. Essas conversas geralmente se configuram como reuniões em que determinada população recebe informações sobre aspectos do empreendimento. Como é o caso do evento “Primavera na Alfredo Rodrigues” em que a empresa divulga que “*O início da estação foi marcado por conversas sobre o meio ambiente e transplante de árvore*” (Boletim STE/DNIT, outubro de 2011), ou da Educação Ambiental nesse outra escola:

(...) estudantes de todos os turnos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac, localizada no bairro Santo Antônio, na Vila da Quinta, participaram de atividades de educação ambiental promovidas pelo DNIT. O objetivo da jornada foi **levar informações sobre o empreendimento e sobre as questões ambientais** envolvidas na obra. (Boletim STE/DNIT, Novembro de 2011. Grifos nossos.).

Estes casos sugerem quem está “habilitado” a falar sobre o que cabe ou não na proteção do ambiente³³. Contudo, como afirma a população por nós entrevistada, os empresários não tinham interesse em ouvir a voz da população. Como afirma Elza:

³³ Consideramos aqui que o direito à fala e o reconhecimento da legitimidade dessa, se faz a partir de relações que traduzem a desigualdade das posições sociais. Um trabalho desenvolvido com base nessa assertiva é o de Puccinelli (2015).

Eles mantiveram com a escola um contato bem efetivo nesse tempo assim, foram dois anos, três anos, mas que é bem isso, faltou mais a parte de ouvir a escola, de ouvir a população, ouvir a comunidade, e talvez levar essa coisa para os órgãos responsáveis [...]. (ELZA S. Entrevistada, 2015)

As informações fornecidas pela empresa, que inclusive desenvolve um programa de comunicação social, produzem “*discursos de verdade*” (CECEÑA, 2005, p. 37) escamoteando as assimetrias e o poder simbólico que possuem, dando a entender que a população foi consultada e que “sua voz foi dita”. Porém, nesses momentos de reuniões, as desigualdades ficam nítidas quando entendemos, a partir das falas dos entrevistados que há um constrangimento por parte da população atingida em dizer algo errado, pois quem se coloca na condição de entendedores do “pensar certo” são empresas. Conforme afirmação de Juçara,

eles vieram, veio o DNIT, veio a empresa que estava construindo, [...] veio várias pessoas, na época, e vieram mostrar como seria. E aí a gente perguntava, né, o progresso que seria? Em que foco o progresso que seria? Meu? Né... De que forma? Os alunos, assim, uns questionavam outros não, assim, o medo de questionar as coisas as vezes é, inibe sabe. Ou de falar alguma coisa errada... Acho que eles não questionaram muito não quanto a isso. (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

Estes sujeitos sociais, conforme Zhouri, estão em posições desiguais – o que no caso da distribuição dos recursos naturais, gera o que chamamos de Injustiça Ambiental. Embora já referenciado parte deste fragmento anteriormente, cabe ratificar que:

São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza. Fato que chama a atenção para as desigualdades na distribuição dos recursos naturais [desigualdade ambiental] e dos riscos do desenvolvimento [injustiça ambiental]. Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre os direitos para o debate sobre interesses. (ZHOURI, 2010, p. 444).

A autora chama a atenção para as construções de debates generalizantes e consensuais sobre a natureza, que acabam por mascarar as desigualdades tanto de obtenção dos “recursos naturais” como de decisão da destinação do próprio meio. Partimos, portanto, da afirmação que há disparidade em relação à obtenção das benéficas ambientais, bem como, desigualdade na “distribuição” das consequências negativas geradas pelo modo de exploração/produção, geralmente direcionadas aos grupos com menores apropriações materiais, informacionais, etc.

2.1.2 (In)Justiça Ambiental

O discurso hegemônico argumenta que a responsabilidade e os efeitos nocivos da “crise ambiental” são de todos e para todos. Conforme esta noção de senso comum, “(...) *a degradação do meio ambiente é um dos grandes males que acometem as sociedades contemporâneas.*”, como exprime Henri Acselrad (ACSELRAD, 2009. p. 11). Por meio de muitas inserções midiáticas sobre o efeito estufa e mudanças climáticas globais, difunde-se “[...] a ideia de que estamos todos igualmente sujeitos aos efeitos nocivos de uma “crise ambiental” (Ibidem. p.11) e, com isso, “*assume-se que todos somos vítimas em potencial porque vivemos no mesmo macro-ecossistema global – o planeta Terra.*” (Ibidem. p.11).

É em contraposição a esta ideia de culpa e risco, democráticos, que utilizamos como perspectiva de análise a conceituação de (in)justiça ambiental. Sobretudo, nos casos de conflitos envolvendo lutas de grupos sociais contra o direcionamento das consequências negativas advindas da exploração feita pelos grupos dominantes. Portanto, por Injustiça e Justiça ambiental, entendemos que:

Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais (ACSELRAD, 2009, p. 9).

Neste sentido, constatamos que é nas populações empobrecidas e/ou grupos étnicos desprovidos de poder que *“recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos [...]”* (ibidem, p. 12). Não é diferente no caso em questão neste trabalho, no qual a população do Povo Novo sofre os riscos derivados das formas de desenvolvimento pensadas para a região sul do RS. Com a noção de Justiça Ambiental pretendemos tanto a desnaturalização desses riscos quanto a politização do debate ambiental o qual é pautado muitas vezes em soluções técnicas.

2.1.3 Conflitos socioambientais

Outra categoria que nos ajudou a desenvolver o presente trabalho é Conflito Socioambiental. Apesar dos discursos homogeneizantes, e conciliadores, para os quais existe um trato social de aceitação comum, produzido por meio do diálogo, de “conversas” na implementação de projetos como no caso da duplicação da BR-392, sempre há o conflito. Para tanto, concebemos conflito como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 294)

No caso da base material do nosso estudo, os conflitos ocorreram, pois a comunidade escolar, mesmo não majoritariamente se colocando contrária a duplicação da BR, reivindicou o direito à preservação do prédio histórico e da construção do novo prédio escolar, quando o primeiro foi demolido, bem como reivindicou o direito à vida que se via ameaçada pelo alto número de acidentes na estrada.

O conflito, pela perspectiva que vimos trabalhando, se opõe ao discurso do consenso, da harmonia. Alinhados a concepção freireana entendemos que:

O diálogo se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. Entre esses, no máximo pode haver um pacto. Entre esses há é o conflito, de natureza contrária ao conflito existente entre iguais e diferentes. (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 5).

O conflito socioambiental é o momento em que a população atingida, extravasa, no caso em questão nesta dissertação, os “muros” da escola e sai às ruas reivindicando justiça. Esse momento é marcado pela quebra da noção de um consenso social dado. Nele, os sujeitos que protestam em posição de injustiçados rompem momentaneamente com a hegemonia do pensamento único, pois não percebem na materialidade esse acordo supracitado.

Nos conflitos, ocorrem processos de construção coletiva de resistência e resposta a decisões autoritárias impostas a esses determinados grupos sociais, geralmente com menor acesso informacional, no caso neodesenvolvimentista, por parte de governos e empresas. Na questão em que se envolveu a comunidade escolar o conflito se deu em decorrência da implantação de projetos de infraestrutura pública, ainda que não seja consenso entre os manifestantes a impugnação das obras, se demonstrou como desejo geral o direito à educação e à vida.

Para Alice Poma o conflito é momento em que “[...] *los miembros de las comunidades elaboran nuevos discursos y prácticas, empoderándose y convirtiéndose en nuevos sujetos políticos y sociales*”. (POMA, 2014. p.1).

Os sujeitos envolvidos no conflito protagonizam o enfrentamento à ideia hegemônica do consenso. Passam por um processo de resistência em que há um empoderamento da vida política, mesmo que momentâneo, e percebem quem estão ao seu lado na defesa dos seus direitos.

Ainda que muitas vezes essa quebra do pensamento hegemônico não resulte necessariamente em uma nova realidade social estabelecida, ela tem a potencialidade de construir novos laços sociais, que conforme Raúl Zibechi (2007) são a argamassa para a construção de um mundo novo, ou seja, podem ser entendidas como experiência de uma outra sociedade com outras formas de relação em que os processos de auto gestão e de emancipação sejam mais possíveis.

2.1.4 (De)colonialidade

Esta perspectiva que foi sistematizada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, tem a potencialidade analítica para que percebamos que mesmo após o Brasil e outros países da América Latina que “deixaram” de ser oficialmente colônias, a herança “das formas de dominação” permanece. Ou seja, a dominação pela colonialidade (que é diferente de colonialismo), como afirma Quijano (2014). Tem efetiva influência em diferentes âmbitos da nossa vida e marca nossa história por construções impostas como, por exemplo, a classificação do Brasil como um país de “terceiro mundo”, a partir dos países autodenominados de “primeiro mundo”, sem contar a colocação do papel do Brasil na divisão mundial do trabalho, com a produção primária.

A colonialidade constituiu um sistema original engendrado especificamente para o caso da dominação e exploração das colônias na América Latina em que foram compreendidas diversas formas de exploração em vários níveis como assalariados, servidão, escravidão, entre outros além de uma hierarquia de raças humanas em que o europeu exercia a “natural” dominação sobre o não europeu. Tal sistema, desenvolvido concomitantemente com a “criação”³⁴ da América Latina. Quijano, entre outros autores, dedica-se ao estudo sobre a Colonialidade – e seu enfrentamento, a Decolonialidade. Ela está profundamente enraizada às nossas relações sociais, compreendendo as dimensões do poder, do ser e o saber.

Ela, opera através do controle do trabalho, do sexo (gênero), da organização coletiva, da natureza, da identidade, da forma do saber (epistemologia) entre outras dimensões da vida humana. O nosso desenvolvimento pessoal, individual, se dá por meio de relações em que estão historicamente imbricados processos de dominação e subordinação em determinados meios “formais” e “informais” de educação como a escola, a religião, as relações de parentesco, os meios de comunicação, determinadas formas de expressões artísticas, seccionadas e destinadas a seus respectivos públicos, como também nas maneiras “corretas” de se relacionar com elas, etc.

³⁴ Faz referência ao surgimento das colônias e a destinação de seu papel como subsídio material e humano para o enriquecimento das metrópoles.

Falar de decolonialidade, sobretudo no campo da EA, portanto, indica a tentativa de um exercício em que sejam reconhecidos esses processos de dominação aos quais estamos submetidos e que com os quais nos relacionamos na (re)produção da realidade (LÉFÈBRVE, 2001).

Na noção de pensamento único se naturalizam as desigualdades e injustiças sociais e há um saber superior que deve ser assimilados por todos. Próximo a essa noção, Freire (1987) explica o que é a educação bancária.

Nesse movimento, há um saber, um sentido e uma população que deve ser conscientizada desse saber e sensibilizada para se tornar apta a sentir. Como diz Grosfoguel:

A expansão colonial europeia institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, a supremacia de uma classe, de um grupo etnoracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. (GROSFOGUEL, 2012, p. 341).

Aspectos que expressam essa noção do “único”, da “verdade”, daqueles que “têm conhecimento” e dos que “não possuem”, dos “ambientalmente insensíveis” e dos “sensibilizados ambientalmente”, está presente nos objetivos da Educação Ambiental realizada pela empresa. Neles os empresários pretendem tornar ambientalmente “sensíveis” e “capazes”, a partir do seu conhecimento “único”, as diversas populações que vivem nos locais por onde a obra passa.

O Programa de Educação Ambiental das obras de duplicação da BR-116/392 tem como premissa informar e **sensibilizar a sociedade como um todo a respeito da sua relação com o meio ambiente** [...] Problematizar questões que discutam o meio ambiente e cidadania, **capacitando a população local para uma atuação sócio-ambiental** mais incisiva e participativa. (STE. Programa de Educação Ambiental. s/d³⁵)

Assim, vemos a necessidade de problematizar essas abordagens que, de acordo com as mesmas, partem daqueles que são capazes para os que não são

³⁵Disponível em: <http://www.br116-392.com.br/secao_1/conteudo_links.php?id=18> acessado em 16 de junho de 2014.

capazes, dos que são sensíveis para os que não possuem sensibilidade. Salientamos, portanto, que a colonialidade contribuiu para o “êxito” do capitalismo. Da mesma forma, buscamos com auxílio deste referencial desnaturalizar as formas de dominação que paralelamente à apropriação do território se utiliza de verdades ambientais como a proteção da natureza para desfocar o que deveria ser o alvo das atenções, que é a negação dos direitos da comunidade escolar em detrimento da expansão das potencialidades de enraizamento e fluidez das relações capitalistas na região.

No caso dessa produção, tecemos a relação entre as formas de colonialidade presentes na retórica empresarial e práticas da empresa e dos governos. Ao apresentar um futuro de qualidade de vida, interferem na vida da população como se fossem capazes de capacitar “[...] a população local para uma atuação sócio-ambiental mais incisiva e participativa.”, conforme um dos objetivos do programa de Educação Ambiental da Empresa em seu sítio³⁶.

Alinhados à perspectiva da (de)colonialidade desenvolvemos outras reflexões que nos permitem entender as formas de dominação por meio das ações e práticas ambientais. Os “educadores ambientais empresariais” se proclamam capacitados para promover práticas corretas e a sensibilidade ambiental à comunidade do Povo Novo por meio da divulgação de “verdades ambientais” através de palestras e panfletos. Fazemos uma comparação disso com a “Elite Especializada” que guia o “Rebanho Desorientado”, desenvolvida por Noam Chomsky (2013)³⁷ e com a noção de “embrutecimento” (RANCIÈRE, 2012) na qual há uma disparidade de inteligências que permite os “inteligentes” conduzirem os “ignorantes”. Dessa forma, no caso deste estudo compreendemos que tais estratégias que divulgam “verdades ambientais” são formas de dominação.

Estes são os principais conceitos que nos ajudam a interpretar a realidade e construir esse trabalho. São as bases sobre as quais realizamos nossa análise do caso da injustiça para com a comunidade escolar. A luta contra as injustiças também são as motivações que nos fazem caminhar na busca de uma proposta de Educação

³⁶ Idem nota de rodapé anterior.

³⁷Noam Chomsky (2013) desenvolve algumas noções específicas utilizadas pelos governos norte americanos com objetivos de convencer a população sobre a presença de tropas estados unidenses em países inimigos, entre outras questões. No caso, ele apresenta produções teóricas que defendem a necessidade de uma “Elite Especializada” que conduza o “Rebanho Desorientado”, que não consegue caminhar pela sua própria razão.

Ambiental que se disponha ao enfrentamento das formas de injustiças materiais e cotidianas, a partir dos que sofrem a injustiça, considerando a noção de ambiente presente e cotidiano, e não aquele externo aos seres humanos.

Salientamos que ainda se fazem pertinentes outras categorias, conceitos, perspectivas, as quais nos ajudam na interpretação do ocorrido com o caso da escola. É fundamental ressaltar que a injustiça acontece em um lugar determinado em nosso trabalho, este “lugar” não é chamado assim por acaso. Há nesse lugar relações entre a vida presente e as experiências históricas entrelaçadas e situadas no tempo e espaço. As categorias que apresentaremos a seguir: “Lugar” e “Pertencimento” auxiliam no entendimento da construção da nossa análise sobre o caso.

2.1.5 O Povo Novo como lugar de pertencimento

O Povo Novo é um distrito pertencente ao município de Rio Grande. Esse último situa-se no extremo Sul do Brasil a aproximadamente 320 quilômetros ao sul da capital Porto Alegre, entre as cidades de Pelotas e Santa Vitória do Palmar. O distrito do Povo Novo se localiza mais especificamente entre o trajeto Rio Grande – Pelotas, o qual é realizado pela estrada BR-392.

O distrito do Povo Novo, mesmo pertencendo a Rio Grande, se localiza mais próximo ao município vizinho, Pelotas. Esse fato é sentido pela população entrevistada conforme nos informa Juçara:

[...] mas referência nós temos Pelotas, mas temos o centro municipal que é referente com eles, é um descaso muito grande sabe, nós somos perto de Pelotas, não sentimos Pelotas por que não somos, mas nem Rio Grande por que estamos muito mais longe, nem como referência. (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

Percebemos com o comentário acima a falta de referência aos centros urbanos como Rio Grande e Pelotas, sobretudo o distanciamento referencial de Rio Grande, como nos esclarece a entrevistada Mercedes “[...] *seja por uma questão de valores, é mais baixo o valor da passagem para tu chegar a Pelotas do que ir em Rio Grande. Os acessos de ônibus da nossa cidade são poucos*”. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015) Contudo, o que pode em primeiro momento parecer a falta de

referências, nos revela também o enraizamento no Povo Novo como um lugar específico, com referências próprias. Entre essas referências certamente, como compreendemos a partir do entrevistado Cartola, o prédio escolar, ou a escola, se configurava como uma das principais.

E a nossa escola era bonita, era velha óbvio, muito velha, bem velha, só que ela era uma arquitetura bem bonita, estilo aqueles casarões antigos. A grossura de cada parede tu não tem noção, a gente viu né, o amadeiramento que tinha em cima, as paredes, tudo, as janelas coisa mais lindas eram grandes, portas enormes que tu não carregava sozinho pra ti ver o tamanho com a força que tu tinha que fazer e o tamanho das madeiras. (CARTOLA. Entrevistado. 2015)

Sendo assim, se faz necessário afirmar que existem processos que acontecem nos lugares e que causam o entrelaçamento da experiência do vivido no local. Essa experiência se explica pela noção de pertencimento como enfatiza Cláudia Cousin,

Considero importante que a sociedade compartilhe o mundo e construa o sentimento de pertencer a um modo de vida e a um contexto que está sendo constantemente produzido e transformado e reflita sobre o seu papel enquanto sujeito envolvido nesse processo. O pertencimento possibilita compreender como os processos das relações sociais estão presentes em cada vivência, e como o local e o global se traduzem em experiências pessoais e coletivas. (COUSIN, 2013, p. 10).

Dessa forma, o Povo Novo, diferentemente do que representa para muitos transeuntes que circulam por cima da rodovia, não é somente um território, uma passagem, mas um lugar. Lívia de Oliveira nos auxilia nessa reflexão afirmando que *“A concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o lugar, o movimento, a matéria.”* (OLIVEIRA, 2012. p. 5). Podemos entender assim que os impactos sobre o Povo Novo não são somente impactos sobre a fauna e a flora, são, sobretudo sobre a vida das pessoas, o modo de vida, a história e a memória da população.

A história, conforme relatos dos sujeitos participantes dessa pesquisa é de grande importância para contar os processos civilizatórios regionais. Conforme Mercedes,

Se tu for especular bastante sobre a história do Povo Novo tu vai ver, tem coisas muito interessantes da nossa cidade que começa lá no Povo Novo. Dos açores que vieram pra cá e ficaram pelo caminho, foram ficando por lá. Tem toda uma história da colonização portuguesa, histórica, importante no Povo Novo. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015)

Contudo, a produção do esquecimento aliada à falta de memória histórica opera como facilitadora das relações de expropriação das potencialidades naturais ou de lucro em cima dos lugares. A derrubada da escola é o desmanche de parte da memória local. Atualmente, segundo Juçara, essa riqueza histórica tem sido deixada de lado:

Sim nós estamos dentro de Rio Grande, mas não sentimos riograndinos, por que a gente vê que é assim que Povo Novo é, muito deixado a mercê da questão política se prioriza centro, Cassino, por exemplo. [...] prioriza o centro, [...] Povo Novo nunca. (JUÇARA M. Entrevistada. 2015)

As reivindicações da comunidade escolar não se limitam à falta de estrutura do prédio da escola. Conforme o relato há descaso para além dos muros da escola, para com todo o distrito do Povo Novo que não se restringe a uma população urbana, mas que abrange diversas localidades rurais no entorno como “*Capão Seco, Barro Vermelho, Torotama, Petroline [...]*”. (CARTOLA. Entrevistado, 2015) População essa que compõe a maioria dos alunos da Escola Alfredo Rodrigues, conforme explicita a professora Elza

(...) a maioria de nossos alunos aqui são do interior. Interior, Arraial, as ilhas, Ilha de Torotama, Domingos Patroline, Palma, assim toda a volta aqui. Então a maioria dos alunos são do interior. (ELZA S. Entrevistada. 2015)

As afirmações de Juçara sobre o descaso com a população do Povo Novo são ratificadas nas palavras dos moradores das áreas rurais que compõem o distrito do Povo Novo. Conforme um periódico local:

A saúde, a falta de iluminação pública e os contantes alagamentos são as principais queixas. Mas o grande problema se refere às ruas e estradas, que em dias de chuva, torna o trânsito um verdadeiro "rally", como no caso do acesso à Ilha de Torotama. (...) Há locais inclusive em que a água entra nas casas, invade pátios e destrói plantações. Tudo porque as valas por onde escorre o esgoto pluvial, sem tubulação, são pequenas e estão sempre entupidas. Conforme o presidente da Associação de Moradores e Amigos do Povo Novo, Cláudio Silva, vários pedidos para a situação ser contornada já foram feitos. **"Mas até agora, nada. Continua tudo igual"**, relata. (JORNAL AGORA, 30 de maio 2011. Grifo do autor).

A falta de estrutura para a população que vive na zona rural traz implicações materiais para a vida das pessoas. Entre os relatos de descaso a falta de acesso à escola é uma das problemáticas decorrentes. Ainda conforme o periódico:

[...] Leide Diogo, estava com sua casa cercada de água por todos os lados. **"E não é só no dia que chove não. O aguaceiro permanece depois"**, lamenta. Ela demonstra ainda preocupação, já que na frente das casas passa a vala por onde escoam um esgoto pluvial, a céu aberto. **"A água passa por cima e emparelha tudo, estrada, vala e pátio. Se uma criança passar por aí, sem dúvida que cai e some"**. Ela classifica de "descaso" a rua estar dessa maneira. **"Dia de chuva não temos como sair de casa. As crianças faltam aula e não há nada o que fazer. Podiam pelo menos limpar as valetas"**. (JORNAL AGORA, ibidem, Grifo do autor)

Há evidentemente uma escolha, no caso material que analisamos, por um determinado desenvolvimento. Estas escolhas, abrigadas no discurso de que a *"Duplicação da BR-116/392 trará mais segurança e qualidade de vida"* (BOLETIM STE/DNIT, dezembro de 2011) são inerentes à perpetuação da desigualdade e injustiça ambiental, aqui compreendida como a negação do acesso ao desenvolvimento financiado pelo estado, bem como o direcionamento das injustiças às populações empobrecidas. A desigualdade socioambiental se materializa quando apesar da retórica empresarial, o desenvolvimento não é destinado para os estudantes moradores das diversas localidades do Povo Novo, os quais "[...]

dependem do ônibus. [...] da estrada, as vezes tá péssimo [...] as vezes não tem [aula] quando chove, por que não tem como o ônibus entrar. (CARTOLA. Entrevistado, 2015). Conforme Acselrad

A distribuição desigual dos danos e riscos ambientais entre os diferentes grupos sociais mostra-se, assim, inerente ao processo em curso de acumulação capitalista: **desigualdades ambientais e acumulação por espoliação são os mecanismos pelos quais os capitais têm obtido ganhos de rendimento por vias não mercantis, contando com o apoio político e financeiro do Estado**, num contexto de crise estrutural e sobre acumulação de capital e renitente queda da rentabilidade dos negócios. (ACSELRAD, 2013, p. 19. Grifos nossos)

Portanto o descaso para com a população do Povo novo, não é entendido por nós somente como uma ausência. Ao contrário entendemos como um caso de exclusão em que se produz as condições pela/para a exploração, o que tem se materializado nas instalações de empreendimentos na região³⁸.

2.1.6 A escola do/no Povo Novo

A escola Alfredo Ferreira Rodrigues foi inaugurada no distrito do Povo Novo ainda na primeira metade do século XX, mais exatamente no ano de 1942³⁹. Observando a história dessa instituição, de acordo com a lógica temporal, São inconcebíveis as afirmações como as realizadas por um telejornal local se referindo à escola do Povo Novo como “*a escola que já se encontrava no traçado da duplicação*”⁴⁰. Há uma intencionalidade explícita nessa afirmação, pois, na ocasião, noticiava uma manifestação realizada pela comunidade escolar bloqueando à BR-392, e causando, com efeito, impactos econômicos.

A mídia que noticiou o ocorrido por meio do grupo da empresa de comunicação Globo, nesta situação, opta por não “tomar partido”, mantendo-se na

³⁸ Usina de placas fotovoltaicas, de construção de torres eólicas, da própria estrada, etc.

³⁹ A escola do Povo novo foi fundada em 1º de abril de 1939 sob o nome de Grupo Escolar do Povo Novo com 106 alunos matriculados no período inicial das suas instalações. Com o passar dos anos o número de alunos aumentou, sendo 256 em janeiro de 1940. Em janeiro de 1941 a prefeitura do município adquiriu um hectare de terra para a construção de um novo prédio. (SBABO, revista Art estação, 2011. p. 14)

⁴⁰ A referência completa encontra-se na nota de rodapé número 5.

aparente “neutralidade” de quem apenas informa. Porém, justificam com essa frase a demolição deixando entender que é merecida a derrubada de um obstáculo que está no caminho da duplicação.

Conforme já afirmamos, o público da escola Alfredo Rodrigues é, em sua maioria, constituído pelos alunos da zona rural no município de Rio Grande. A professora Elza informa que

(...) de 500 alunos, mais de 300 são do interior. É, a grande maioria, a gente sabe assim, por que pela manhã a gente tem um sexto e tem um quarto e quinto ano, sexto e nono ano, a maioria, quase 80 % usa transporte escolar, aí a tarde não, a tarde são pouquíssimo de transporte escolar cento e pouco alunos. E a noite, a maioria usa transporte escolar também. Então a gente sabe. (ELZA S. Entrevistada, 2015)

A população entrevistada fala do valor socioeducativo da escola, pois “É a única de ensino médio” (MARISA. Grupo Focal, 2015) e “A única que tem de quinta a oitava também, porque as outras não têm!” (TOM. Grupo Focal, 2015). Os alunos, entre a população entrevistada, explicam que de acordo com as condições da população local, a escola desempenha a única possibilidade do estudo para muitos jovens:

E aqui que a gente tenta buscar um futuro melhor né! Porque que muitos alunos já foram pra cidade estudar? Porque eles têm uma condição melhor! Porque eles têm como estudar na cidade! Diferente de muitos aqui que não tem, e tem que se obrigar a ficar aqui. (RITA. Grupo Focal, 2015)

Entretanto, a partir da nossa análise sobre a realidade do caso é possível entender para quem é destinado o desenvolvimento econômico propagandeado pela empresa STE/DNIT, uma vez que a opção é pelo desenvolvimento de “[...] uma rodovia que atravessa a região sul do Rio Grande do Sul e que está sendo duplicada para melhorar o Tráfego de veículos até o Porto de Rio Grande, um dos mais importantes do Brasil [...]” (FREITAS, 2015). Com efeito, se precariza as condições para a educação na única escola de ensino médio de toda a região, além de provocar diversos impactos econômicos na localidade.

A escola do Povo Novo não se resume às paredes e a memória do antigo prédio. Paulo Freire⁴¹ ao escrever o poema sobre a Escola, refere que a escola é essencialmente relações humanas. Nesse sentido, para além do valor histórico que era materializado no prédio antigo, a escola do Povo Novo é um lugar no sentido mais estrito daquilo que descreve Relph quando afirma que

Lugar é onde conflui a experiência cotidiana, e também como essa experiência se abre para o mundo. O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha sempre que estender para além deles para compreender o que significa existir no mundo. (RELPH, 2012. p. 29).

Portanto este é o lugar da confluência de populações de diversos lugares, “*Um encontro de cultura, das diferentes culturas (...)*” (JUÇARA M. Entrevistada, 2015). Este lugar é um nó da vida social na região, que permite o encontro da população de diferentes regiões. Ainda para a entrevistada Juçara:

[...] por mais que a gente viva na mesma comunidade, a ilha da Torotama não tem o perfil do Povo Novo, nem o Povo Novo do Petroline, né cada um tem sua cultura do seu lugar, do lugar onde vive. Isso faz com que cada vez mais se enriqueça mais a escola. Porque a gente pega várias pessoas com várias diferenças de vida e acolhe, aglomera aqui, isso é uma das coisas mais importantes que acho. (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

É, portanto o lugar de importantes aspectos educativos como a convivência com o diferente e as partilhas culturais. A escola transcende o papel que muitas vezes, tradicionalmente lhe é atribuída das relações formais de ensino e aprendizagem, da escolarização.

Para nós, é essencial elucidar essas características específicas do lugar, pois ao falar de escola não nos referimos a uma escola genérica e idealizada. A escola do Povo Novo ocupa lugar central na vida da localidade como explica a entrevistada Mercedes. Conforme a professora, a escola:

É, bem o coração. [...] Ali toda a questão social gira em torno da escola na época do ano letivo, tudo. **As festas, os namoros, os**

⁴¹ FREIRE, Paulo. **A Escola**. Poesia. Disponível em: < <http://www.rizoma-freireano.org/index.php/a-escola-paulo-freire>> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

casamentos, a escola, as fofocas boas e ruins, tudo é ali na escola. Vem alunos do interior. Os alunos acreditando que o único lugar social que eles conseguem extravasar, o jovem, é quando eles vão lá para a escola. [...] então a escola, a escola é tudo ali, a escola é tudo. **Tem a parte política, tem a parte cultural, social pra gurizada, os jogos de futebol, a banda tudo** é a escola. Um pouquinho a frente tinha a pracinha, a igreja, as festas, tudo ali, ali é o foco, é o coração da comunidade a parte urbana dentro da rural é ali. Tudo acontece ali. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015. Grifos nossos)

A escola do Povo Novo que é descrita como o coração do local, como lugar de vida, se confirma na análise da aluna Julia que explicita sua própria experiência na Alfredo Rodrigues:

E querendo ou não assim, sabe, sempre tem brigas na sala de aula, sempre tem uma coisa, mas sei lá, acho que essa escola é a segunda casa! Querendo ou não tu te cria! Eu mesma, eu estudo aqui desde o pré, sabe, é a vida toda aqui dentro da escola! (JULIA. Grupo Focal, 2015)

A entrevistada Juçara alinhada à aluna Julia e entrevistada Mercedes, afirma:

A escola era um ponto de referência de encontro né. Que a escola aqui na comunidade é muito importante como centro de convivência social. Porque ela faz com que várias localidades no caso, Ilha da Torotama, Pesqueiro, Povo Novo, Petroline que não tem muitos acessos há tipos ou questões sociais assim onde eles possam conviver então eles convivem muito na nossa escola e isso desde que eu estudei em 1980 aqui já acontecia esse processo de socialização que a escola é né. (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

Portanto ao negar a escola se nega diversas dimensões da experiência da vida para a população do Povo Novo como a política, a vivência cultural, social, as festas, os relacionamentos etc. Nega-se a experiência histórica como a que o entrevistado Cartola compreende quando afirma: *“A nossa escola, ela tinha um grande histórico. Meus pais estudaram aqui, minha avó estudou aqui! Então eu tenho uma grande sequência de familiares aqui.”* (CARTOLA. Entrevistado, 2015). As relações afetivas e laços de pertencimento marcam a experiência da vida na escola do Povo Novo. Na busca por compreender essa experiência Livia de Oliveira nos ajuda a entender que a escola Alfredo Rodrigues não é somente um lugar de passagem, pois, *“[...] a familiaridade com dada porção do espaço, pela experiência,*

faz torná-la lugar. Pois espaço e lugar são designações do nosso cotidiano, indicando experiências triviais, do dia a dia” (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

É a experiência no espaço vivido que permite esses entrelaçamentos. A comunidade escolar não teve somente sua escola demolida para dar espaço à duplicação da estrada. Ela teve negado o direito à memória e à preservação histórica da sua população em relação com o lugar.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 A ESCOLA NO CAMINHO: RETÓRICAS E PRÁTICAS DESIGUAIS E DIFERENTES

Pelos Caminhos da América

Pelos caminhos da América há tanta dor,
Tanto pranto, nuvens, mistérios,
Encantos que envolvem nosso caminhar.
Há cruzes beirando a estrada,
Pedras manchadas de sangue,
Apontando como setas,
Que a liberdade é pra lá.

Zé Vicente.

Os grupos⁴² interessados pelo projeto desenvolvimentista que acarretou na duplicação da Estrada BR-392 devido a sua pertinência para as exportações escoadas pelo Porto de Rio Grande, se dedicaram à produção midiática da relevância da efetivação do projeto. Empresas e Governos, também por meio da consultoria ambiental prestada pela empresa STE, responsável pela gestão e Educação Ambiental em alguns locais vizinhos às obras, realizaram inúmeras produções na mídia local e/ou particular, como o caso dos boletins informativos da STE/DNIT, nas quais enalteciam a estrada como caminho salvífico para as condições de desenvolvimento da região sul do RS.

Em coerência com os desdobramentos dos objetivos da pesquisa, realizamos um estudo com vistas de compreender as concepções de EA promovidas pelas empresas. Neste sentido, realizamos para a produção dessa dissertação a busca nos jornais locais e da região por matérias direta e indiretamente ligadas ao caso da escola, conforme metodologia utilizada pelo Observatório dos Conflitos por meio do mapeamento dos conflitos da região sul do RS (MACHADO et al, 2013. p.189). Este mapeamento se faz a partir dos conflitos publicizados, considerando-os como “[...] *as manifestações públicas realizadas por coletivos, organizados ou não, com*

⁴² De acordo com o Extrato do Parecer Técnico COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA, (DIAS, 2015, p.129) entre as entidades pró “desenvolvimento” estão empresários, governos, associações comerciais, vereadores, sindicatos - trabalhadores de indústrias e cooperativas, restaurantes e hotéis, entre outros.

objetivo de reivindicar algo e/ou explicitar determinada situação.” (Ibidem. p.189). É a partir do conflito publicizado que se deu a realização desse trabalho. Além dos materiais divulgados pela imprensa, governos e empresas, estão presentes nesse trabalho os depoimentos da comunidade escolar, dos quais, algumas falas já foram utilizadas nos primeiros capítulos.

Neste capítulo, apresentaremos primeiramente aquilo que a pesquisa nos revelou como principais objetivos da duplicação da BR-392, a construção de condições por meio da interligação de territórios estratégicos para a acumulação de capital de grandes empresários.

No segundo momento, adentramos às retóricas produzidas por esses grupos, as quais compreendemos como estratégias de convencimento/manipulação, já tecendo críticas e relações com os posicionamentos da comunidade escolar. Em seguida, trazemos os contrapontos, e contradições abordadas pela Comunidade a partir da sua organização em resistência, sobretudo à demolição do antigo prédio, e através dos seus depoimentos sobre as injustiças sofridas em decorrência da duplicação.

Este capítulo da dissertação responde parcialmente à nossa questão de pesquisa, uma vez que nele desenvolvemos alguns dos objetivos propostos inicialmente, sobretudo a análise crítica das concepções de Educação Ambiental promovidas pela empresa a partir das suas ações e retóricas, bem como, analisamos a produção de promessas de um novo prédio e a relação destas produções com o que foi sentido e compreendido pela comunidade escolar.

3.1 Retóricas na mídia, da Empresa e do Governo: Desenvolvimento, Qualidade de vida e Sustentabilidade, para quem?

O que eu penso assim ó, eu acho que tudo, as coisas são sempre de cima pra baixo, né embora eles digam que tem que ouvir a comunidade, que é a base, que tem que ser, tudo em objetivo da comunidade, eu acho que aquilo ali quando eles disseram ó que o, que a duplicação objetiva o porto de Rio Grande, é o porto de Rio Grande (...).

VIOLETA P., Entrevistada, 2015.

Ainda quando a obra se encontrava na fase de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), o “diagnóstico do meio sócio-econômico desconheceu os grupos sociais atingidos, ocasionando a imposição da obra e seus impactos aos mesmos” (DIAS, 2015), portanto desde o princípio dos trâmites licitatórios a comunidade escolar, bem como todas as populações lindeiras à rodovia, não tiveram voz:

“a “comunidade” propriamente dita imediatamente implicada na área de empreendimento não foi ouvida, ela foi sim “caracterizada”. Por exemplo, não constam associações de moradores, ou mesmo na existência destas, os moradores das localidades interceptadas, os quais cruzam o eixo da rodovia e que estariam convivendo com as obras, que merecem desapropriados/indenizados ou ainda deslocados e aqueles que depois conviveriam com a operação do empreendimento **não tiveram voz**. É, portanto, ilegítima a conclusão do diagnóstico quando pretende estender a visão empreendedora e numa entre outras perspectivas desenvolvimentistas daquelas instituições para ao restante da população da AID.” (Extrato do Parecer Técnico COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA⁴³, apud DIAS, 2015, p.129).

Assim, de acordo com DIAS, o IBAMA⁴⁴ relata que os estudos apresentaram diversas incompletudes como a não consideração dos impactos negativos às populações lindeiras, como é o caso do Povo Novo. (Ibidem, p.135). A construção de passarelas, na audiência pública realizada em Rio Grande, foi apenas “mencionada” por um dos pouquíssimos representantes da sociedade civil (Idem, p.133) o que nos permite concluir que não estavam presentes no projeto original. Mesmo assim, a obra recebeu a licença ambiental prévia atestando a viabilidade ambiental. (Idem, p.130).

Em decorrência disso, o Ministério Público Federal impetrou uma Ação Civil Pública, tendo como réus a União Federal, o Ibama, o DNIT, e as construtoras responsáveis pela execução das obras, Ivaí Engenharia de Obras S/A e a Construtora Triunfo S/A. Entre outras coisas, a ação questionou a liberação dessa licença e a realização de outras audiências públicas (Idem, p.130).

No entanto, mesmo com todas essas incompletudes, inclusive a não previsão de passarelas ou alternativas seguras para as populações lindeiras durante e depois

⁴³ Extrato do Parecer Técnico COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA nº107/05, p.299 do processo nº 02001003554/2000-92.

⁴⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

das obras, o pedido do Ministério Público Federal foi negado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região. (Idem, p.130). O mesmo alegou a urgência da obra sob diversos aspectos econômicos como a “defasagem econômica e social da região”, a qual é conhecida como “Metade Sul” o que se faz em atribuição à sua estagnação. O ponto crucial é então a questão econômica e o cenário de “oportunidades” que a expansão portuária, bem como o polo naval-mecânico, além de outros grandes empreendimentos, proporcionariam a recuperação da “difícil situação social de sua população”. Além disso, alegam “*O custo de tal inadequação viária pode ser constatado, além da perda da competitividade econômica do Porto do Rio Grande, pelos espantosos índices de acidentes e de mortes no trânsito [...]*” (TRF, 2014, apud, DIAS, 2015, p.136).

Nesse sentido, a grande questão colocada para justificar a duplicação da estrada BR-392 é a economia da região sul e as oportunidades de seu desenvolvimento. No entanto, nos cabe questionar essas alegações de oportunidades, principalmente quando partem daqueles que são réus por invisibilizar desde os estudos ambientais preliminares as comunidades próximas às áreas de desenvolvimento do projeto. Quando aqueles então afirmam que haverá desenvolvimento, questionamos: para quem? Quem são os grandes beneficiados com tal projeto?

De acordo com Anibal Quijano, “desenvolvimento” faz parte do projeto de reorganização mundial do capitalismo que, após a segunda guerra mundial, descentraliza o poder industrial no novo capitalismo colonial (QUIJANO, 2013). Esta perspectiva de iniciativas “salvíficas” para regiões pobres ou subdesenvolvidas, como é estigmatizada a metade sul do RS, faz parte dos desdobramentos práticos dessa reorganização capitalista.

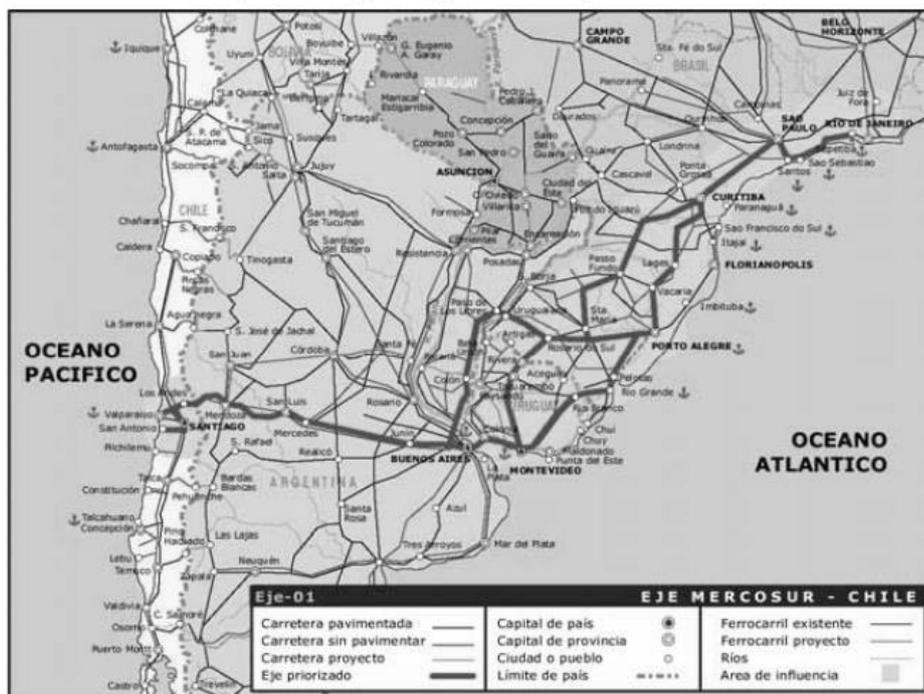
O Lugar em que se realiza a nossa pesquisa, a cidade de Rio Grande, sul do estado do Rio Grande do Sul está inserida em planejamentos de grandes projetos pensados por aqueles “a quem compete”, sob o ponto de vista hegemônico, incidir e decidir sobre os caminhos do desenvolvimento. A planificação da infraestrutura para a interligação de diversos pontos estratégicos da América Latina, a qual previa a

duplicação da BR-392, fez parte dos projetos da IIRSA e atualmente do COSIPLAN⁴⁵.

De acordo com Elisângela Soldatelli Paim, em 2003, para os projetos da IIRSA, o eixo no qual se está desenvolvendo a duplicação da BR-392 “[...] possui o maior intercâmbio comercial da América do Sul”; possui “*Infra-estrutura consolidada, mas necessita melhorias quanto à capacidade das rodovias e à conservação dessas*”; há “*necessidade de novas opções de transporte entre o Rio da Prata e a Cordilheira dos Andes*”; prevê a “*Facilitação do transporte fluvial nos rios Paraguai e Uruguai*”; o “*Investimento nas conexões elétricas entre os países da região*”; e a “*Modernização dos passos de fronteira para aumentar a competitividade das indústrias da região*”. (PAIM, 2003, p.12). Ela apresenta o seguinte mapa (Figura 1) no qual se pode verificar as estradas prioritizadas pelo projeto, as quais possuem o tracejado mais espesso, partindo do Rio de Janeiro/São Paulo em direção sul, passando por Pelotas e Rio Grande e por outras localidades até finalmente chegar no Chile:

Figura 1: Eixo Mercosul - Chile

Eixo Mercosul-Chile (Brasil-Uruguaí-Argentina-Chile)



Fonte: Paim, 2003, p.12

⁴⁵ IIRSA: Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana e COSIPLAN: Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento.

Conforme considera a autora,

Embora não se tenha dados concretos sobre os impactos sócio-ambientais cumulativos de todos os projetos previstos na IIRSA é muito evidente que **a estratégia da integração proposta é realizar os projetos em partes**, para mais tarde interligá-los. **Assim, é mais fácil burlar as leis ambientais**, pois **os estudos são feitos em etapas não prevendo, portanto, os impactos em toda a região de influência dos projetos complementares**. Outro ponto interessante a destacar é que esse modelo de desenvolvimento da infraestrutura que **vem sendo impulsionado pelos bancos multilaterais é apresentado como a solução para os diversos problemas sócio-econômicos que os países da América do Sul enfrentam há muitos anos**. Porém, a implementação desse modelo **não está amenizando esses problemas** e, o mais preocupante, é que **a deterioração dos recursos naturais está se intensificando e quem sofre as consequências imediatas são as populações que vivem à margem do sistema**. Na prática, a IIRSA está em operação desde 2000, mas diversos estudos foram realizados no início da década de 90 já visualizando um plano de integração física para a América do Sul. Atualmente, um questionamento está intrigando uma linha de pesquisadores: **a IIRSA é a base física para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)?** Essa é uma das prováveis finalidades já que muitas das áreas visadas possuem baixa densidade demográfica, como a região amazônica, não comportando tamanhos investimentos para o desenvolvimento das populações. Está claro que o objetivo da IIRSA é **aumentar as exportações de bens de baixo valor agregado e de elevados custos sócio-ambientais para as comunidades locais**. (PAIM, 2003, p.32-3, Grifos nossos.)

Nesse sentido, compreendemos que as estratégias que são realizadas localmente abordando a preservação do meio ambiente e o crescimento econômico das populações diretamente afetadas, são manipulações da realidade, que ao mesmo tempo em que invisibilizam os conflitos, produzem a noção de progresso. Além disso, raras vezes, para não dizer nunca, as produções “pró-desenvolvimento”, explicitam como na realidade cotidiana das comunidades se dará a melhoria na qualidade de vida.

Percebemos que os discursos produzidos a partir dos grandes empresários e governos no território latino americano, são todos similares e aparecem como a solução para os diversos problemas sócio-econômicos que os países da América do Sul enfrentam há muitos anos. Porém, como apresenta nosso estudo, e que confirma Paim “*quem sofre as consequências imediatas são as populações que vivem à margem do sistema*” (2003). Cabe aqui uma observação: na é possível que

essas populações não “vivam à margem do sistema”, mas integradas a ele de tal modo que a elas é direcionada a precariedade de moradia e acesso a educação escolarizada. O projeto da duplicação da estrada foi reelaborado para constar nos planos atuais de interligação de territórios, mas se trata de um plano antigo do projeto desenvolvimentista brasileiro nos anos 1970. De acordo com Eugênia Dias em sua tese de doutoramento,

[...] o projeto da duplicação da BR-116/392 Pelotas – Rio Grande foi apresentado pela primeira vez. Em plena ditadura militar, ancorada na aceleração do crescimento e bancada especialmente pela aliança entre a elite econômica brasileira e estadunidense, em 1974 foi dado início ao projeto, entregue posteriormente em 1976 ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem [...] (FASE; ETTERN, 2011, p. 20, apud DIAS, 2015. p. 38)

Contudo, ainda como explica a autora, somente no final dos anos 2000 a obra foi executada, desta vez por meio do Programa de Aceleração do Crescimento⁴⁶ (PAC). Ao analisarmos as justificativas da duplicação da estrada nas produções da IIRSA, ficam nítidos os objetivos de tal empreendimento. Os quais, segundo o sítio eletrônico do projeto são:

Adequar a capacidade da BR-392/RS, principal via de **acesso ao Porto de Rio Grande**, um dos mais movimentados do País. Hoje a rodovia tem seu volume de tráfego saturado. Por ela circulam boa parte da **produção agrícola do Estado e mercadorias para exportação/importação** (cerca de 10 mil veículos/dia, na maioria caminhões, vindos das BR-116, BR-293 e BR-471) (IIRSA, 2013⁴⁷. Grifos nossos).

A partir de opções pautadas nas movimentações do Porto de Rio Grande os planos globais demonstram as estratégias para o desenvolvimento do “novo capitalismo colonial” mencionado por Anibal Quijano (2013). Essa “nova” forma de organização do capitalismo global ratifica a posição dos países Latino Americanos em seus “papéis” de produtores de *commodities*. A duplicação da estrada é alicerçada na exportação destes produtos hegemonicamente chamados de “produção”. Conforme Maristela Svampa, na América latina a produção de

⁴⁶ Durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

⁴⁷ Disponível em <http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=270> Acesso em 03 de abril de 2015.

commodities está centrada em alimentos como mandioca, soja, trigo, e outros produtos como gás, petróleo, metais e minerais (SVAMPA, 2013).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a exportação de *commodities* é utilizada nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias.

O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias. (MDIC, 2015)

Os empresários e governos lançam mão de estratégias comuns entre si para a implementação desses planos externos à vontade das populações que serão afetadas. Compreendemos que são **promessas de desenvolvimento, qualidade de vida e sustentabilidade**, os meios que os “empreendedores”, como hegemonicamente são chamados, tem utilizado com a finalidade de convencer as populações sobre a “necessidade” da realização de seus projetos.

A “regra comum” trata de tentar fazer com que a população “queira” a concretização dos GPD’s, mesmo que esta não tenha sido consultada sobre o “desejo” dos mesmos. Ainda que no seu desenvolvimento seja garantida à população alguma forma de participação, a finalidade última é a legitimação dos projetos, pois de acordo com Luis Felipe Miguel:

A incorporação à esfera política de grupos antes impedidos de chegar a ela é importante e necessária, mas não significa, em nenhuma medida, a superação do problema da desigualdade de poder. As desigualdades marcam a presença desses grupos e agem de forma permanente no sentido de orientar e limitar sua ação. (MIGUEL, 2014. p.159)

Dessa forma há ainda a desigualdade no poder de tomar as decisões. Assim, praticamente em nada se alteram os planos já desenhados para as regiões previamente determinadas, mesmo com a participação popular nos meios legais que lhes são de garantia como, por exemplo, as audiências públicas.

As alusões feitas localmente à duplicação da rodovia como solução para a melhoria da qualidade de vida da população se inserem no conjunto de estratégias que têm sido utilizadas em todo o território brasileiro para a instalação de GPD's. Por meio de promessas de “desenvolvimento” com a oferta de empregos e/ou da melhoria da “qualidade de vida” da população, esta caracterizada como um grupo homogêneo, empresas e governos se afinam no intuito de dizer às populações afetadas que as injustiças decorrentes da implementação dos “projetos de desenvolvimento” serão, na realidade, boas para elas.

O alinhamento desses grupos governamentais e empresariais se verifica nas suas produções. A empresa responsável pela Gestão/Educação Ambiental na duplicação da BR-392 afirma em seu sítio que a obra tem “(...) o objetivo de valorizar o desenvolvimento da região sul do estado (...)” (STE, Sítio eletrônico, s/d).⁴⁸ Conforme a íntegra das informações obtidas no sítio, o projeto será realizado com uma série de cuidados, sobretudo,

(...) **cumprindo exigências ambientais e sociais** estabelecidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), responsável pelo empreendimento. Atualmente, os 84 quilômetros da BR-116/392 encontram-se saturados pelo volume de tráfego, principalmente de caminhões, cujo **destino é o Super Porto de Rio Grande, considerado o segundo maior em movimentação de cargas no Brasil**. A duplicação da rodovia **vai trazer mais segurança aos usuários e às comunidades lindeiras à BR-116/392**. (IBIDEM, s/d, Grifos Nossos).

Afirmações muito semelhantes a essas se encontram nas planificações da IIRSA. Elas chamam a atenção novamente para a responsabilidade ambiental e social do empreendimento, uma vez que se preocupam com o “aumento dos níveis de segurança” e a “diminuição da poluição atmosférica”. Conforme as informações o objetivos são:

(...) aumentar os **níveis de segurança** para os usuários e pedestres, **em especial nas travessias urbanas**, nos acessos e entroncamentos com outras estradas; permitir o prolongamento da vida útil da atual infraestrutura; diminuir o consumo de combustível e o desgaste dos veículos; reduzir os custos de fretes ao porto de Rio Grande; **reestruturar espaços urbanos; diminuir a poluição atmosférica**, devido à maior fluidez no tráfego de veículos; e

⁴⁸Disponível em <http://www.br116-392.com.br/secao_1/geral.php> Acesso em 30 de setembro de 2014.

favorecer o turismo, atividade econômica em expansão, principalmente no fluxo entre o Uruguai, Extremo Sul com a Região Metropolitana de Porto Alegre e os litorais gaúcho e catarinense. (IIRSA, 2013. Grifos Nossos).

Nitidamente, o objetivo claro - e único que pode ser respaldado - é a melhoria do acesso ao Porto do Rio Grande. Porém, para além disso os empresários e governantes produzem outras formas de envolver a população e garantir consenso sobre seus empreendimentos. A descrição do projeto de interligação da América Latina enfatiza essa afirmação de forma sintética:

Duplicar e adequar trecho da BR-392/RS entre Pelotas e Rio Grande, incluindo o Contorno de Pelotas, sob a perspectiva da **sustentabilidade social, econômica e ambiental, para alavancar o desenvolvimento sustentável na metade Sul do Estado**. (IIRSA, 2013, s/d. Grifos Nossos).

É na promessa de salvação da metade sul do RS por meio da economia, da preservação da natureza e da “sustentabilidade social” que se busca produzir o consenso para então criar as condições necessárias para o “êxito” do projeto de duplicação. Nas pesquisas do Observatório dos Conflitos temos compreendido as argumentações feitas para o desenvolvimento da região como “[...] *vendas de “ilusões” ou “utopias”, que têm como único objetivo provocar a aceitação e evitar manifestações contrárias.*” (SANTOS; MACHADO, 2013. p.194).

Essas produções chegaram à Escola Alfredo Rodrigues na forma de boletins informativos que eram frequentemente distribuídos à época da duplicação. Por meio deles e da presença da equipe de gestão e Educação Ambiental a comunidade escolar entrou em contato com aquilo que a empresa afirmou ser o motivo da duplicação por diversas vezes. Segundo os boletins, a

Duplicação da BR-116/392 trará mais segurança e **qualidade de vida** - A segurança, tanto dos moradores de localidades próximas à obra quanto de usuários da rodovia, são principal motivo da duplicação. (STE/DNIT, Dezembro de 2011, p. 3. Grifos Nossos).

Além dos argumentos, utilizados no local, pautados na segurança, qualidade de vida e desenvolvimento, estratégicos para causar a noção de que se trata de

melhorias com foco nas populações que moram às margens do empreendimento, foi utilizado um segundo argumento, pensado especificamente para o caso, pois havia uma escola no meio do caminho. Os governos lançaram mão de produções que objetivam convencer a comunidade escolar de que terão um prédio novo em um curto prazo.

Entendemos esse caso como “frentes de produção do consenso” nas quais os empresários e governos se empenham nas formas de convencimento da comunidade escolar e população geral do Povo Novo. Nas frentes, de um lado há as ações planejadas pela empresa que presta consultoria ambiental ao DNIT, a STE, com seus programas ambientais, de comunicação social, entre outros. De outro lado há a produção da promessa do prédio garantido ao mesmo tempo, o “sonho” de uma escola em perfeitas condições para atender as demandas sociais locais e a permissão da comunidade escolar para que se destrua o seu patrimônio histórico.

No entanto, a comunidade escolar alerta para as injustiças sofridas em decorrência da duplicação. Sob o nome de “desrespeito” denunciam entre outras coisas o excesso de ruídos durante e após a obra, a falta de passarelas, os acidentes e mortes na estrada, a alta velocidade dos veículos na frente da escola, a falta de sinalização, a injustiça educacional configurada por todas essas questões que precarizam o acesso à escola, bem como pela superexposição dos alunos devido a falta de um muro, causa, entre outras coisas da vulnerabilidade das meninas que sofrem constantes assédios por transeuntes. Todo esse discurso da comunidade escolar contraria as afirmações governamentais e empresariais. Essas injustiças levantadas pela comunidade escolar nos leva novamente à questão: Desenvolvimento, qualidade de vida e sustentabilidade para quem?

3.1.1 Educação Ambiental Empresarial

Antes mesmo da demolição do prédio histórico da Escola Alfredo Ferreira Rodrigues, a mesma passou a receber os agentes da empresa Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (STE), que prestava/presta serviços de consultoria ambiental ao DNIT com a Gestão Ambiental na duplicação da BR-392, de acordo com os trâmites

licitatórios⁴⁹, e por consequência realizando atividades de Educação Ambiental com as populações próximas às obras. O programa de Educação Ambiental da empresa é um entre os dezoito desenvolvidos por ela, de acordo com seu sítio eletrônico⁵⁰, dos quais também faz parte o programa de Comunicação Social. Os materiais produzidos como desdobramento das ações desses dois programas foram analisados para a produção deste trabalho.

A consultoria realizada pela empresa supracitada caracteriza o cenário nacional no qual há um crescente investimento por parte de governos e empresas na contratação de serviços especializados justamente em responsabilidade social e ambiental. Sobretudo para desenvolver aquilo que chamam de “comunicação” com as populações, buscando a obtenção de uma “licença social” para a operação de suas atividades. (ACSELRAD; GIFFONI PINTO, 2009; GIFFONI PINTO, 2013; ACSELRAD, 2014).

No caso do trabalho especializado desenvolvido pela empresa STE na duplicação da BR-392, foram/são produzidas argumentações nas quais medidas técnicas garantiam inúmeras melhorias para a vida da população, que se apropriaria das benéficas do desenvolvimento de forma homogênea. Essas medidas teriam reflexos positivos na economia local, na segurança na estrada, na qualidade de vida da população da região, inclusive para aquelas pessoas mais afetadas pelo empreendimento, bem como ganhos positivos na qualidade do meio ambiente por meio da monitoração de animais, plantas, ruídos, etc.

De acordo com Cleyton Gehardt (2014), há uma espécie de rito para a instalação de GPD's, os quais são cumpridos em todo o território nacional brasileiro como um roteiro de produção cinematográfica. Segundo ele, essas estratégias são caracterizadas por quatro abordagens: a) A exaltação do território; b) Oportunidade de Emprego como argumento irrefutável; c) Projetos de “Responsabilidade Social” e “Educação Ambiental”; d) Total preservação ambiental.

⁴⁹ A Resolução Nº 237 de 1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) – “Considerando a necessidade de se incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua”.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.br116-392.com.br/secao_1/resumo.php?id=&pagina_atual=1>

Para a melhor visualização dessas estratégias, elaboramos um quadro⁵¹ com base nas afirmações feitas pela empresa STE/DNIT nas suas produções veiculadas pelo “Programa de Comunicação Social” durante a instalação da obra de duplicação. Um quadro mais detalhado consideraria não somente os materiais desenvolvidos pela empresa, como também, as frequentes inserções midiáticas que dão voz aos empresários e interessados primeiros nas obras.

No quadro a seguir, a classificação das estratégias se encontra ao lado esquerdo e os exemplos retirados dos textos das produções da empresa STE/DNIT, à direita:

ESTRATÉGIAS COMUNS:	EXEMPLO REALIZADO PELA STE/DNIT:
EXALTAÇÃO AO TERRITÓRIO:	[...] a rodovia é o principal acesso de todo o estado ao Porto de Rio Grande, e na época de veraneio, quando o destino é a praia do Cassino. Ambos os municípios vêm crescendo e se desenvolvendo , e a tendência, é que a quantidade de carros, aumente cada vez mais. (STE/DNIT, dezembro de 2011, p.3. Grifo Nosso)
OPORTUNIDADES DE EMPREGO COMO ARGUMENTO IRREFUTÁVEL:	Além de facilitar o deslocamento de veículos e pessoas na região, a duplicação da BR 392 vai gerar 600 empregos diretos e 1,5 mil indiretos , observa o engenheiro. (Vladimir Casa, superintendente do DNIT no Rio Grande do Sul. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 16 de janeiro de 2010. Grifo Nosso).
PROJETOS DE “RESPONSABILIDADE SOCIAL” E “EDUCAÇÃO AMBIENTAL”:	Para comemorar o início da estação das flores, o DNIT realizou atividades que incluíram palestras sobre meio ambiente e o transplante do butiazeiro que ficava na frente do prédio que será afetado pela duplicação da BR-392. (STE/DNIT, outubro de 2011, p.1. Grifo Nosso).
TOTAL PRESERVAÇÃO AMBIENTAL:	[...] a ecóloga Renata Freitas, coordenadora setorial da STE, falou sobre o cuidado com o meio ambiente durante a implantação da nova pista. “Existe um cuidado muito grande para que o impacto ambiental causado pelas obras seja o mínimo possível. Para garantir a minimização ou até mesmo evitar esses impactos , o DNIT desenvolve 18 programas ambientais durante as obras da rodovia”, diz ela. (Boletim STE/DNIT, dezembro de 2011, p. 4. Grifo Nosso).

⁵¹ Um quadro semelhante foi construído pelos integrantes do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul em artigo que se encontra atualmente em fase final sobre a instalação de uma mineradora e estaleiro no município de São José do Norte, município vizinho de Rio Grande.

Estas afirmações expostas no quadro eram/são veiculadas em sua maioria nos boletins informativos do Programa de Comunicação Social da empresa STE, os quais são uma das formas de levar as produções empresariais à população. Estes boletins apresentavam a voz dos empreendedores sobre os temas por eles selecionados, bem como entrevistas e propagandas das ações da empresa STE e do órgão empreendedor, DNIT. De acordo com a empresa, as atividades desenvolvidas por ela em seus programas,

[...] devem ser acompanhadas e divulgadas pela equipe de Comunicação, principalmente, nos *meio* de comunicação de massa dos municípios de Pelotas e Rio Grande. Além disso, **periodicamente será distribuído para a comunidade em geral, um informativo apenas com informações e ações referentes à obra.** (STE. s/d, Grifos Nossos)⁵².

Conforme já relatado no item 1.2.4, que trata dos *aspectos metodológicos da pesquisa*, aos poucos fomos tomando conhecimento dos materiais produzidos pela empresa. Dentre esses materiais, além dos boletins, encontram-se também aqueles que foram/são utilizados exclusivamente como suporte do Programa de Educação Ambiental, como desenhos, o “*Jogo do Passa Bicho*”⁵³, um livro infantil, entre outros, além de fotos destas. Obviamente, para compreender os processos de Educação Ambiental, contamos, além do que publicado pela empresa, com os depoimentos da comunidade escolar, por meio das entrevistas.

Dentre os outros materiais que tivemos acesso, está também um livro publicado pelo DNIT/STE (BAZZO; CANABARRO; FREITAS, 2013) no qual constam os casos de Educação Ambiental nas BR’s 116 e 392, sob o título “*Estudos de caso: Boas histórias pra contar*” – “*Educação Ambiental no Processo de Licenciamento: Uma Experiência na Gestão Ambiental das Obras de Duplicação da BR-116/392 caso da duplicação da BR-392.*” (ibidem. p. 23).

Há também a já referenciada produção bibliográfica do DNIT/STE, sobre a fauna da região denominada “Nossos Bichos” (FREITAS, 2014), que acessamos na ocasião de uma visita que realizamos a banca do DNIT/STE na 42ª Feira do Livro da FURG, em 2015, na qual conversamos com integrantes da empresa sobre os

⁵² STE. **Programa de comunicação Social**. Disponível em: <http://www.br116-392.com.br/secao_1/conteudo_links.php?id=19> Acesso em 18 de junho de 2014.

⁵³ Disponível no anexo 2.

materiais distribuídos na feira e sobre as ações que aquela realiza. Podemos observar os cartazes que a empresa expunha, os quais divulgavam as ações de gestão/Educação Ambiental. Nesses, havia apenas uma foto relacionada à escola Alfredo Ferreira Rodrigues, a qual mostrava o transplante do butiazeiro durante a “festividade” de “boas-vindas” à primavera no ano de 2011.

A Educação Ambiental empresarial e as ações de Comunicação Social são interdependentes. Muito embora sejam desenvolvidas em programas diferentes, a empresa utiliza o material desenvolvido também por outros programas, como as ações que chama de mitigação nas quais afirmam fazer o monitoramento da fauna e da flora da região, para apresentar em seu material de Comunicação Social, como os boletins informativos. Os mesmos são utilizados nas Ações de Educação Ambiental. Canabarro apresenta qual a etapa em que começam a operar estes dois programas, bem como a finalidade dos mesmos:

A etapa seguinte à LP, com a emissão da LI, inicia-se o pós-licença, período em que o empreendimento tem a aprovação para realizar intervenções no ambiente. Em sua maioria, os programas de Educação Ambiental e também de Comunicação Social iniciam suas atividades nesse momento do processo de licenciamento. [...] é durante o a implantação do empreendimento que os conflitos se agravam, fazendo-se necessário medidas mediadoras, que competem especificamente a ação dos programas ambientais direcionados para as comunidades afetadas, sendo que a eficácia desses programas depende diretamente da qualidade dos estudos e das práticas sociais no período da pré-licença⁵⁴. (CANABARRO, 2013, p. 12)

De acordo com ele a Educação Ambiental e a Comunicação Social possuem o caráter de mediação de conflitos justamente nos momentos de instalação do empreendimento. Compreendemos que a mediação de conflitos é o conjunto de medidas empresarias que buscam convencer a população por meio de estudos das mesmas, suas características, as possibilidades de protestos, no qual a “eficácia” das ações dependem desses estudos. Neles as empresas buscam conhecer o que chamam de *risco social* de determinada população. Os autores supracitados afirmam que a eficácia das *medidas mediadoras* que são *destinadas* à população

⁵⁴ LP – Licença Prévia. LI – Licença de Instalação. São etapas da instalação de um empreendimento como no caso da duplicação da BR-392.

(portanto, não são construídas com elas o que nega já na gênese a ideia de “mediação”) dependem desse estudo nas etapas da pré-licença. O objetivo único da mediação de conflitos, então é garantir a continuidade dos negócios e a ausência de perdas por multas ou mesmo de tempo decorrentes de manifestações contrárias ao empreendimento (ACSELRAD; GIFFONI PINTO, 2009).

É fundamental nessa etapa do trabalho apresentar o que preveem os programas de Comunicação Social e Educação Ambiental da empresa, bem como problematizar a presença da Educação Ambiental empresarial da STE/DNIT na Alfredo Rodrigues, as retóricas ambientais desenvolvidas em suas publicações e o que pensa a Comunidade Escolar sobre as mesmas.

O Programa de Comunicação Social, como comentado acima, é uma das atividades da empresa que faz síntese das ações empresarias e que apresenta (leia-se propaganda) às “comunidades afetadas” aquilo que os empresários julgam ser importante que a população saiba. De acordo com a descrição do Programa, o mesmo,

[...] prevê estabelecer uma interface entre a população e o empreendimento, com o objetivo de manter todos informados sobre a implantação do projeto **e suas possíveis interferências**. A comunicação **deve contribuir para a inserção regional da duplicação**, que contribui com o desenvolvimento sócio-ambiental da região **como um todo**, mas principalmente com os municípios de Pelotas e Rio Grande. **Para isso, é preciso trabalhar permanentemente dentro das comunidades de forma pró ativa, mostrando às pessoas que elas fazem parte do trabalho, que são importantes no processo como um todo** e que existe uma **preocupação com seu bem estar e suas considerações** a respeito da obra. (STE. Programa de Comunicação Social, s/d, Grifos Nossos)

Compreendemos a partir da nossa análise desse trecho dos objetivos do programa de comunicação social da empresa STE, que o trabalho realizado por esse programa é pensado para ser um mecanismo de transmissão daquilo que é externo à comunidade, no qual os agentes procuram com afinco, convencer as populações afetadas que o projeto de duplicação é para elas, que elas fazem parte dele. Dessa forma pretendem nitidamente que a comunicação (lê-se desvio da atenção dos injustiçados para outro foco) contribua para a “inserção regional da duplicação”. Porém, mais do que ninguém, as populações afetadas sabem que elas

fazem parte da duplicação, sobretudo quando se passa longos meses convivendo com o barulho “infernai”, segundo entrevistados das máquinas, ou quando se têm colegas mortos, “[...] *quantos que nós já perdemos nessa estrada, nessa BR? [...]*”. (CARTOLA, Entrevistado, 2015) em decorrência de acidentes na estrada durante as obras, ou mesmo quando se tem seu patrimônio histórico destruído por ela.

O que a população não sabe exatamente é como se dará o desenvolvimento prometido, ou quem se “preocupa com seu bem estar”, ou ainda a quem recorrer para relatar sua insatisfação e que medidas são tomadas a partir das suas reclamações. De que forma e para quem “são importantes no processo como um todo”.

Os empresários também utilizam recorrentemente a ideia de “desenvolvimento como um todo” causando a noção de que todos partilharão do mesmo. Outra expressão da qual fazem uso frequente, é o diálogo, nesse caso entre os impactantes e os impactados negativamente, esses, sem o mínimo de poder de decisão sobre os impactos, fato que se comprova na perda do prédio escolar. Compreendemos, no entanto a partir da afirmação de que não há diálogos entre antagônicos, o que há nesse caso é conflito (GADOTTI, FREIRE, GUIMARÃES, 1985). Apesar da auto afirmação “dialógica” em seu objetivos, o programa de comunicação social da STE afirma que

Para que esses objetivos sejam alcançados de forma significativa, é preciso atuar conjuntamente com os representantes e portanto multiplicadores de informações dentro das comunidades e municípios. Para tanto, foram escolhidos **públicos-alvo a serem atingidos** de forma mais intensa pelas atividades de comunicação que serão desenvolvidas ao longo de toda a obra. (STE. Programa de Comunicação Social, s/d. Grifo Nosso)

A expressão “públicos-alvo a serem atingidos” não deixa dúvidas do caráter unilateral no qual as ações de comunicação da empresa são pensadas. Público alvo, de acordo com a reflexão de Cleyton Gerhardt (2007) sugere uma determinada mensagem a ser destinada a alguém. É, portanto o oposto da ideia de diálogo. A comunicação social da empresa é formada por um conjunto de estratégias metodológicas para por em prática os planos daqueles para quem prestam serviço, o DNIT. Fica nítida essa visão sobre a unilateralidade das informações produzidas

pela empresa, também nos relatos da população entrevistada. De acordo com Elza, a respeito da presença dos empresários na escola nas atividades de Educação Ambiental, “*A ideia era trabalhar com todos os alunos e professores. Então houve discussões, houve demonstrações, **trouxeram muitas demonstrações de como era o trabalho**, [...] sensibilizavam para o problema [...]*”. (ELZA S., Entrevista, 2015 Grifo Nosso). O programa de comunicação da empresa enfatiza a importância de estar frequentemente produzindo e direcionando as informações que elaboram às populações atingidas.

A empresa apresenta aquilo que executam como estratégias para a “informação” da população, muito embora possam afirmar-se como dialógicos. Esse sentido único da produção e divulgação de informações é expresso pela entrevistada Juçara, de acordo com ela,

(...) eles trouxeram coisas prontas. Mas não trouxeram as **ansiedades que estavam presentes. Coisas prontas assim, a flora**, se acharam objetos indígenas ou fósseis ou questões de animais que estavam instintos que acharam... né, mas dentro disso **a visão do que eles queriam, do que eles precisavam ouvir né**, do que poderia **ajudar eles na construção**, mas cidadã assim, do que eles poderiam **ajudar a escola a melhorar** sei lá, **uma estrutura melhor, eu não senti!** (JUÇARA M. Entrevistada, 2015. Grifos Nossos)

Ela relata a partir do vivido, que nem mesmo nos momentos em que os agentes da Gestão/Educação Ambiental estiveram presentes na escola, as “ansiedades que estavam presentes” foram desenvolvidas. A “falta de ouvidos” da equipe da Gestão/Educação Ambiental apresenta o direcionamento das “informações” para aqueles que, mesmo sutilmente aparecem sempre como “desinformados”. Isto, apesar de apresentar como objetivo em seu sítio eletrônico: “*Criar mecanismos que possam promover uma **comunicação democrática e participativa entre os diversos segmentos envolvidos na rodovia***.” (STE. Programa de Comunicação Social, s/d. Grifos nossos).

A entrevistada Elza, complementa nossa análise de que nem mesmo minimamente os problemas e anseios da comunidade escolar foram ouvidos. De acordo com ela o trabalho da equipe de Gestão/Educação Ambiental poderia

apresentar alguma efetividade, se este representasse um canal para possibilitar que os problemas e anseios da comunidade chegassem até as autoridades.

Ao invés de trazer algo pronto que **fosse buscar nas localidades**, no meio ali, **conhecer a realidade**, o **problema ali**, conhecer a problemática, como vamos ter que atuar aqui e eles seriam o caminho para os órgãos político, econômico, a que órgãos da própria construção, DNIT, engenheiros, todos os órgãos maiores que fizeram a coisa acontecer. (...) Senão a coisa não tem muito. Quer dizer para ter sido um trabalho bom, efetivo, penso que deveria ter sido dessa forma. (...) **Eles falavam muito no mão pelada**. (...) **Mudaram o foco**. (ELZA S. Entrevistada, 2015. Grifos Nossos).

Elza exprime a intenção da equipe empresarial ambiental na negação das necessidades e anseios reais e presentes na Comunidade Escolar. Apesar de entender que um trabalho que não fizesse essa negação seria um caminho para um processo menos injusto, em outro momento reconhece e afirma a pouca probabilidade dessa outra concepção mais inclusiva, de acordo com ela,

(...) quer dizer, claro, eles estavam a serviço de quem? (risos), eles estavam a serviço do DNIT, então, aí a coisa se perde. Tu faz a coisa pra quem, então? Entendesse. Porque eles mostrariam uma realidade vivida aqui de uma forma mais profunda se o objetivo do DNIT não era esse? Até era dar um apoio e tal, mas não era ouvir mesmo a realidade, não era ver a realidade né. (ELZA S. Entrevistada, 2015)

Os programas da empresa (EA e Comunicação Social) obedecem à lógica dos meios de comunicação de massa. Abordam uma concepção de ambiente genérico o qual é apresentado como meio ambiente da região, sendo que cabe ao grupo empresarial a divulgação do conhecimento deste em seus panfletos e palestras.

As palestras e atividades relacionadas ao meio ambiente foram/são levadas às escolas próximas às áreas afetadas pela duplicação da BR-392. De acordo com o boletim de dezembro de 2011:

Todas as 16 escolas, localizadas entre os lotes 2 e 3 da duplicação da BR-392, que estão em fase de implantação da nova pista, receberam a equipe de Educação Ambiental para palestras sobre o meio ambiente e o empreendimento. A equipe começou as

atividades em agosto e até o início de dezembro, esteve pelo menos uma vez em cada escola. Aproximadamente 2200 estudantes de todas as séries do ensino fundamental e médio, foram contemplados com as atividades propostas pelo DNIT durante as obras na rodovia. (STE, dezembro de 2011, p. 04)

Chamamos atenção para a quantidade de escolas e alunos “atingidos” pela Educação Ambiental (como diz o título da reportagem) em um curto período temporal (aproximadamente três meses). É possível a realização de algum processo educativo a partir da realização de uma única palestra escolar? Sobretudo de processos como os anunciados pelos empresários:

[...] as atividades de educação ambiental no processo de licenciamento de obras rodoviárias devem estar orientadas pelos preceitos da Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública constituindo-se como um importante espaço de mitigação e/ou compensação ambiental para populações atingidas por empreendimentos que causem impactos ambientais, através de uma prática educativa que objetive a participação e o controle social sobre os usos do espaço público. (CANABARRO et al, 2013, p. 29)

Compreendemos assim o caráter imediatista das atividades de EA. A partir, também das falas dos entrevistados é possível perceber o quanto essas atividades estavam/estão distantes da possibilidade da promoção do “controle social do espaço público” anunciada. Em outro sentido de acordo com os entrevistados como Cartola, são elas uma via de mão única na qual à Comunidade Escolar cabe o papel de receptora: “[...] eles não, não, não explicavam mais ou menos para nós assim, eles não falavam, eles só chegavam despejavam aquele monte de coisas, mas não explicavam, não explicavam como ia ser [...]” (CARTOLA, Entrevistado, 2015).

Muito embora os educadores ambientais tenham também proposto a participação dos alunos nas suas atividades, Cartola chama atenção para o que aconteceu com as informações:

Olha, eles falavam bastante do nosso papel na reestruturação, pediam fotos antigas que eles iriam refazer blá, blá, blá, um monte de bobagem, por que nunca foi feito nada. Sabe a gente só vinha, fazia, eles traziam até uns papezinhos, uns folhetinhos. [...] Uma vez eles trouxeram uma urna para, como eles achavam que nós, sei lá acho que já era deles fazer isso. Eles trouxeram uma urna e a gente colocava pensamentos que a gente queria conforme a duplicação que ia acontecendo. (CARTOLA, Entrevistado, 2015).

A participação social promulgada pela empresa se resumiu ao momento das atividades, nas quais a comunidade escolar pode expressar o que desejava durante o processo em andamento daquilo que ninguém havia perguntado se a mesma estava de acordo – a duplicação da BR. As atividades de Educação Ambiental nas escolas está prevista nos objetivos do Programa de Educação Ambiental da empresa STE. Segundo esta, a escola é um lugar privilegiado para a realização da Educação Ambiental:

Tendo em vista a ênfase nas atividades que trabalhem as questões ambientais no sentido de potencializar as ações de multiplicadores dos valores e dos conhecimentos que tenham como finalidade produzir uma relação equilibrada com a natureza, identificamos nas **escolas** a principal ferramenta para trabalhar e difundir as ações e os conceitos da Educação Ambiental previstos no programa. Pois, nas comunidades lindeiras às obras de duplicação da BR-116/392, percebemos que a escola, é uma referência para a maioria da comunidade, agregando um grande número de pessoas e também um espaço privilegiado para formar multiplicadores. (STE, Programa de Educação Ambiental, s/d).

Além da noção que busca “produzir uma relação equilibrada com a natureza”, apenas na população afetada, e não nos “empreendedores”, nos chama a atenção a contradição da Educação Ambiental empresarial, que em seus objetivos supervaloriza as escolas, mas, no entanto, na sua prática, nega a historicidade da Alfredo Rodrigues, seu valor para a comunidade escolar e a reação da mesma à derrubada do prédio. Compreendemos que a escola valorizada pela empresa, é a escola genérica, da qual lhes é útil a sua potencialidade para divulgar os objetivos empresariais.

As atividades da Educação Ambiental na Alfredo Rodrigues foram realizadas por meio de palestras, nas quais de acordo com os nossos entrevistados, os educadores ambientais empresariais buscavam transmitir ao público os cuidados que devem ser tomados com a fauna e flora da região. Nas atividades com as crianças menores, eram entregues livrinhos, jogos e desenhos para colorir⁵⁵, todos contendo o mesmo tema, fauna e flora.

⁵⁵ Anexos 1 e 2.

No mês de outubro de 2011, exatamente um ano antes da demolição do prédio escolar a equipe da Educação Ambiental da empresa STE esteve na escola Alfredo Rodrigues. Na ocasião foi realizado o transplante do butiazeiro que ficava perto da porta de entrada do prédio a ser demolido. De acordo com a assessoria de imprensa da empresa em um periódico regional

Além das palestras, que mostram os cuidados tomados pelas empresas envolvidas na duplicação com o meio ambiente, será realizado o **transplante de uma árvore nativa, o butiazeiro, hoje localizado em uma área da escola que será afetada pela duplicação.** [...] A Escola Alfredo Ferreira Rodrigues é uma das 30 escolas selecionadas pelo (Dnit) para trabalhar com atividades de educação ambiental, em razão da duplicação da BR-392. As atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental, executado pela STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A., tem o objetivo de **conscientizar os estudantes sobre as questões ambientais e o papel de cada um na preservação da natureza.** (CLICRBS, 2011, Grifos Nossos).

As atividades noticiadas consideram o transplante do butiazeiro como uma atividade que mostra os “cuidados tomados pelas empresas” com o meio ambiente, mas desconsidera o fato da destruição de parte do patrimônio do ambiente local, a escola. Na mesma fala dos empresários, apresentam os objetivos de “conscientizar os estudantes sobre as questões ambientais” e o seu papel na preservação da natureza, embora afirmem no livro produzido em 2013 que partem de

[...] uma perspectiva crítica da educação ambiental, o que significa afirmar a necessidade de superar a chamada “educação conservacionista”, a qual tem o foco no ambiente não humano a qual “aborda basicamente as ciências naturais como conteúdo a transmitir, e a sua principal mensagem é mostrar ao educando os impactos decorrentes das atividades humanas na natureza” (...). (CANABARRO et all, 2013, p. 25).

Ao anunciar o ato, afirmam que o “*Início da Primavera será marcado por conversas sobre meio ambiente e transplante de árvore*” (ClickRBS, 22 de setembro de 2011). As imagens a seguir mostram o butiazeiro em frente à escola (Figura 2) e a sua remoção (Figura 3).

Figura 2: O butiazeiro em frente ao antigo prédio da escola.



Fonte: STE, Divulgação.

Outro jornal da região abordou o ocorrido, um dia depois da atividade: “*Atividades ambientais marcam início da primavera na escola Alfredo Rodrigues*” (Jornal Agora, 25 de setembro de 2011).

Figura 3: O transplante do butiazeiro.



Fonte: Solano Ferreira/Divulgação/STE.

O caso foi noticiado pela empresa em forma de propaganda. O evento do transplante do butiazeiro foi nomeado no boletim da empresa como “*Primavera na Alfredo Rodrigues*” e o evento, tratado como uma benfeitoria sugerindo a ideia de que se tratou de uma celebração. (STE, outubro de 2011).

Para comemorar o início da estação das flores, o DNIT realizou atividades que incluíram palestras sobre meio ambiente e o transplante do butiazeiro que ficava na frente do prédio que será afetado pela duplicação da BR-392. (Ibdem).

O ato é divulgado como a “comemoração” do início da primavera, o que demonstra o caráter proposital da empresa para a acomodação da comunidade ao desviar a atenção local para a “proteção ao meio ambiente”. Agem na produção do esquecimento da causa da escola, uma vez que essa é a única publicação, ao menos nos boletins, que menciona a comunidade escolar da Alfredo Rodrigues, mesmo depois das diversas manifestações. Em entrevista realizada para a nossa pesquisa, Violeta comenta as notícias e questiona este fato com espanto: “*Toda a participação da escola foi o transplante de um butiazeiro?! Quer dizer, toda a coisa, **todo** esse processo de **toda** essa historia e a única coisa citada foi o transplante do butiazeiro?*”⁵⁶ (VIOLETA P. Entrevistada, 2015, Grifos Nossos).

O engenheiro do DNIT Henrique Coelho, presente no ato da mudança do local do butiazeiro informa no boletim da empresa: “*Em primeiro lugar é importante mostrar todos os cuidados que são tomados durante as obras em prol da natureza e explicar aos estudantes a necessidade desses cuidados em uma obra tão grande [...]*” (STE, outubro de 2011).

A fala do engenheiro na ação de Educação Ambiental, divulgada pela empresa, demonstra a intenção em apresentar os máximos cuidados que tiveram com a natureza, no entanto, o público pesquisado refuta essa afirmação explicitando a sua insuficiência. Para eles, ainda que não expressem literalmente que essas abordagens demonstram uma visão de natureza que não inclui os seres humanos, os entrevistados afirmam que “[...] *eles bateram muito nessa tecla aí, das árvores dos animais e acabaram não pensando muito na gente sabe, não que a gente não se preocupe com os animais!*” (MARISA, entrevistada, 2015). De acordo com Juçara, nas atividades de Educação Ambiental os empresários desenvolveram o que estava sendo feito na obra com relação à questão da fauna e da flora, mas “[...] *se pecou na questão da educação.*” (JUÇARA M. Entrevistada, 2015), pois

⁵⁶ Os grifos nesse caso buscam exprimir a tônica em algumas palavras que a entrevistada Violeta proferiu.

[...] antes de se pensar em mudar tinha que pensar em acomodar, de estruturar uma educação para que os alunos, os 500 alunos, não tivessem, assim, sido prejudicados. Os alunos foram prejudicados, toda uma comunidade foi prejudicada por causa disso. (Ibdem).

Ela também afirma que as atividades ambientais eram trazidas prontas, no entanto “[...] *não trouxeram as ansiedades que estavam presentes.*” (Ibdem), referindo-se às demandas da comunidade escolar.

Além desses relatos sobre as atividades de Educação Ambiental, os entrevistados também se referiram às outras atividades empresariais, as quais são citadas pelos agentes ambientais como as medidas em que “preservam a natureza”, ou que “protegem o meio ambiente” como observamos na fala da entrevistada Mercedes refutando essa “preocupação” empresarial:

As empresas são terríveis, elas são, essas empreiteiras são terríveis, terríveis. Eles não cumprem a lei, eles pagam a multa, [...] Havia aquelas pessoas ali das árvores, algumas vai ser replantadas, mas o motorista da máquina ele passa por cima e depois a empresa paga a multa que é melhor. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015)

Refutam também as produções empresarias que afirmam fazer a “preservação do patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul”. Muito embora os gestores/educadores ambientais nada tenham dito sobre a injustiça com a comunidade escolar da Alfredo Rodrigues, os mesmos produziram retóricas sobre a importância de preservar o patrimônio quando encontraram uma *paleotoca* nos arredores de Pelotas. A mesma foi preservada e transformada em um sítio de visitação. Sobre ela, tecem os empresários em um boletim informativo produzido especificamente para ao caso:

[...] Hoje estamos nos sentindo importantes por estarmos colaborando um pouco com a história do Rio Grande do sul [...] Numa sociedade em que o antigo não tem valor, que os idosos são entendidos são entendidos como estorvo, em que parece que o mundo começou depois que se inventou o tablet ou o celular, avaliar e preservar algo tão antigo durante a construção de uma estrada foi uma lição para todos nós. (STE, Boletim especial n. 4)

Há uma contraposição explícita com relação aos os argumentos retoricamente produzidos pelos empresários. O entrevistado Cartola, exprime as contradições empresarias, afirmando:

Bom saber que preservam as, coisas antigas e numa escola de 70 anos ele [DNIT] passou por cima como se não tivesse valor nenhum! [...] O DNIT acho tão engraçado, por que botou aí que gosta de preservar o antigo e a escola não preservou nada, infelizmente, as palavras deles não é bem o que se condiz com a realidade do que ele fez né, do que eles fizeram! (CARTOLA, Entrevistado, 2015).

Assim, os entrevistados, pertencentes à comunidade escolar colocam em xeque os discursos produzidos pela grande mídia e a empresa responsável pela Educação Ambiental. Esses casos, supracitados, recebem apoio nas afirmações semelhantes de Violeta, que alega que

Em relação à questão ambiental, eles fizeram uma, foi uma “patrola” na verdade que eles fizeram aqui. O que eles salvaram? O que é que foi feito? [...] Na 116 ali eu acho que a cada 10 coqueiros, um eles salvavam os outros eles passavam [...] tu via assim, a raiz o tronco, uns quantos enterrados assim, eles botavam aterro em cima [...] E outra coisa [...] todas as cercas que eles fizeram nessas áreas de proteção de animais como ali no capão seco, ali no banhado 25, fotografa aquilo ali! tu já viste como é que está a cerca ali? claro o que que eles fizeram? Sabe parece até piada! Os caras fizeram uns “postezinhos”, não sei se tu viste de concreto. Eles colocaram uma tela, essa tela grossa que tem aqui, naqueles “pilarzinhos” ali de concreto olha (...). E aí sobre aquele cipó que é uma trepadeira e pesa, tomba aquilo tudo (...). (VIOLETA P., Entrevistada, 2015).

As questões colocadas por Violeta vão de encontro às informações publicizadas pelos empresários. Ela, como moradora do local, demonstra a “consciência” e a “sensibilidade” as quais os empresários afirmam que a população não possui. A partir daí, aponta várias contradições presentes no processo de instalação da duplicação da BR-392. Na imagem a seguir (Figura 4), podemos visualizar as cercas sobre as quais ela falou na entrevista:

Figura 4: Cercas de proteção do DNIT na BR-392.

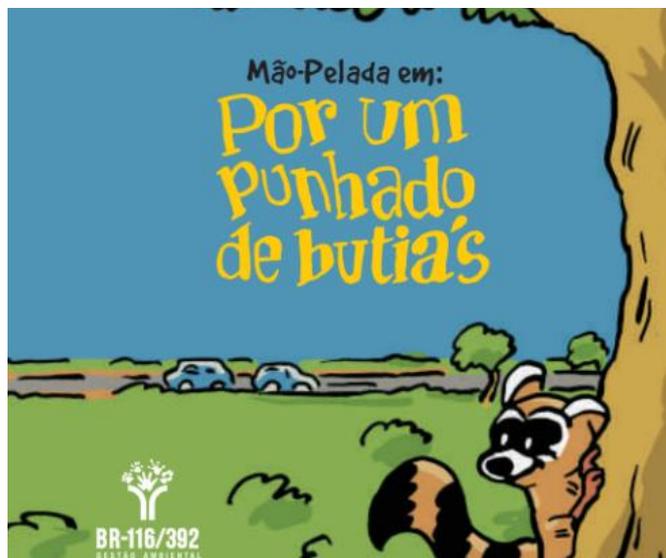


Fonte: Produzido pelo autor

No mesmo sentido a entrevistada Mercedes enfatiza a falta de cumprimento das questões ambientais divulgadas pela empresa [...] *eles não respeitaram nada das questões ambientais nada, [...] O negócio é fazer o negócio andar. Não importa!* (MERCEDES S. Entrevistada, 2015).

Destacamos assim, o importante papel que cumprem as atividades de Educação Ambiental no contexto da instalação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD's). A partir do desenvolvimento de noções genéricas sobre meio ambiente, as empresas buscam a “transmissão de conteúdos” ditos ambientais para a população com a finalidade única de tornar suas atividades simpáticas à população – inclusive com a utilização de “mascotes” do empreendimento. Inicialmente o animal mais utilizado era o *Mão Pelada* (Figura 5) e após a descoberta da *Paleotoca*, também passaram a utilizar a espécie de *Tatu Gigante* do período da Megafauna.

Figura 5: O mascote Mão Pelada



Fonte: DNIT/STE.

No caso da escola e Comunidade Escolar como vítimas da Injustiça Ambiental e Educacional, também nos ajuda a tecer essa análise as formas (como também o conteúdo) do movimento realizado para a comunidade de depósito de conteúdos ambientais, aquilo que Paulo Freire chama de *Educação Bancária* (FREIRE, 1987). Há nesse sentido a manutenção de injustiças, uma vez que o conhecimento que possui a população local é negado. Mais que isso, a partir do que podemos ler quando os empresários afirmam que querem “conscientizar” ou “[...] *incentivar formas de comportamento pessoal e social que levem ao crescimento do indivíduo, como cidadão e membro de uma comunidade*” (STE/DNIT, Programa de Educação Ambiental, s/d) ou “[...] *incentivar formas para a utilização correta dos recursos naturais*” (Ibidem), os conhecimentos da população local são entendidos por eles como “não conhecimentos”.

A empresa reconhece o empobrecimento dos impactados, e suas opções e formas de ação para com eles ratificam nossa análise. De acordo com ela, as “[...] *camadas mais pobres da população coincidem com a parcela mais exposta ao risco ambiental, além disso tem menores possibilidade de mobilidade para poder amortecer o impacto*” (CANABARRO et all, 2013, p. 28).

A Educação Ambiental, assim, pode ser uma ferramenta importante para por em prática a “resolução negociada” dos conflitos ambientais utilizando-se desses processos de “conscientização” dos grupos injustiçados para que aceitem a inevitabilidade da causa dos seus males, suas perdas materiais e simbólicas: a naturalização da Injustiça Ambiental. (SANTOS et all. 2013, p. 268). Os conflitos ambientais, por sua vez decorrem das sobreposições de diferentes práticas, significações e utilização do mesmo território, como no caso em que os empresários e a escola disputavam o mesmo espaço para a continuidade da sua forma de organização, no caso da Comunidade Escolar ou da utilização do mesmo para a construção da obra, no caso dos empresários.

De acordo com Henri Acselrad, “Uma razão utilitária e uma razão cultural disputavam, assim desde o início, a arena de construção da questão ambiental.” (ACSELRAD, 2010, p.108). Para a razão utilitária hegemônica o ambiente é uno e composto apenas por recursos naturais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciado, os riscos ambientais são iguais para todos os sujeitos e a culpa por sua degradação é democrática. As interrogações propostas por essa razão se destinam às formas e meios da apropriação social dos recursos do planeta e não à sua finalidade. Já uma razão cultural tece o questionamento sobre os fins da apropriação social dos recursos do planeta, o ambiente, que não existe sem sujeito, é diverso e tem significados diferentes para as diversas sociedades e culturas.

Nesta visão, em decorrência da diferente capacidade dos diversos grupos sociais escaparem dos riscos ambientais, esses riscos são também diferenciados e nela se considera a possibilidade da sobreposição de uma determinada forma social de apropriação e significação do meio sobre a de outro grupo com outras significações o que gera os conflitos ambientais. (Ibidem, p.108-109). A noção utilitária hegemônica é a visão que os empresários possuem sobre o local da Escola do Povo Novo.

O ambiente uno e genérico se faz presente nas produções e ações da Educação Ambiental empresarial. Precisa ser protegidos por todos, da mesma forma que a culpa pela degradação ambiental é democrática. Para Javier Taks e Guillermo Foladori (TAKS; FOLADORI, 2004), ao fazer essas generalizações se comete o equívoco de pensar uma ciência única, num conhecimento e consciência únicos atribuindo à ciência hegemônica o papel salvacionista de resolver os problemas

ambientais quando, ao contrário, existem múltiplas formas de conhecimentos, como os conhecimentos tácitos de populações e grupos que conhecem a partir da experiência, que acabam por ser suprimidos.

A estratégia das ações ambientais de se antecipar, mediar, ou conter os conflitos, tem também sua eficácia verificada em algumas falas da comunidade escolar. Elas apresentam, por vezes, uma dissociação das ações e retóricas empresariais, dos interesses daquele para quem prestam serviço, o DNIT.

[...] A empresa essa de educação ambiental, e pelo menos foi a, eu considero a parte mais importante e positiva pra mim. Porque quando foram lá é obrigação da empreiteira contratar essa empresa para trabalhar os impactos das comunidades adjacentes quando eles fazem uma grande obra, eles por isso foram trabalhar. Pra mim foi bom e ao mesmo tempo terrível nós descobrimos tudo tarde demais. (MERCEDDES S. Entrevistada, 2015)

Muito embora Mercedes faça duras críticas ao processo de duplicação, às ações das empreiteiras, com relação ao trabalho ambiental evolvido, há certa indulgência. O que as empresas, buscam, contudo, é justamente essa noção, que já apresentamos de que estão fazendo a coisa certa restando a comunidade a aceitação. De acordo com Raquel Giffoni Pinto,

[...] estão sendo nomeados de riscos sociais e, para gerir tais riscos, as consultorias, em conjunto com as empresas, elegem os projetos de responsabilidade social. Tais iniciativas poderiam cessar ou mesmo prevenir conflitos, ao permitirem uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas, investimentos em projetos sociais, etc. Desta maneira, as modificações nas formas de relacionamento da empresa para com as comunidades teriam o objetivo de neutralizar a crítica social e garantir o que no léxico corporativo denomina-se licença social para operar. (PINTO, 2013, p. 3)

A neutralização da crítica e dos “riscos sociais”, Cleyton Gerhardt (2014), afirma se tratarem de estratégias para evitar o que chamam também de “recusto”, no qual as manifestações contrárias aos empreendimentos, por parte das populações causariam prejuízos econômicos aos empresários.

3.1.2 O Novo Prédio

“Pra eles não fez nenhuma diferença se era um prédio histórico, se ia fazer falta para os estudantes, eles não fizeram nada disso! A parte deles eles fizeram, vieram aqui com uma máquina, derrubaram tudo, juntaram as coisas, estavam ganhando o dinheiro deles!”

CASSIA, Entrevistada, 2015.

Além dessas produções realizadas pela empresa STE, as quais, conforme mostramos anteriormente foram publicizadas nos livros, materiais pedagógicos, boletins informativos do programa de comunicação social, etc. o governo do estado, também se empenhou em amenizar os conflitos.

A partir de observações em inserções midiáticas encontramos diversas afirmações referentes à construção do novo prédio aguardado pela comunidade escolar desde a época da notificação da desapropriação. Além do noticiário televisivo, no periódico local Jornal Agora, há diversas edições que trazem reportagens garantindo a licitação e/ou início das obras. Compreendemos a partir da análise dessas notícias na mídia que relatavam os eventos e retóricas governamentais, bem como a partir das falas da população entrevistada, que as promessas da construção do novo prédio escolar foi mais uma das formas pensadas pelos interessados na duplicação da BR-392 para “facilitar” o processo de remoção do antigo prédio.

Essas promessas eram presente na comunidade escolar até mesmo em “[...] reuniões no pátio da escola, por que a escola não tem nenhum local que seja grande” (Elza S. Entrevistada, 2015). Nessa se chamava “[...] os pais, a comunidade escolar e tal e essas coisas sendo colocadas.” (Ibidem). De acordo com a entrevistada “(...) se chamava a população, a comunidade escolar para dar um retorno, estamos fazendo isso, ‘olha o projeto tá andando, vai ser legal, vai ficar bonito, vai ter conforto, vai ser legal!’ (Risos nervosos).” (Idem). A intencionalidade em facilitar a aceitação da comunidade escolar fica explícita em afirmações como esta:

O processo para construção do novo prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, do Rio Grande, está em andamento e a obra deverá ser realizada em 2013. **A garantia foi dada nesta terça, 18**, por representantes do Governo Estadual durante a audiência pública da Comissão de Educação. Odir Baccarin, representante da Secretaria Estadual de Obras, garante que até março de 2013 a obra já deve estar licitada. **A previsão de construção é de 120 a 280 dias.** (JORNAL AGORA, 2012a. Grifos nossos).

Neste caso, em uma audiência pública, os representantes do governo “garantem” a realização da obra do novo prédio. Como foi possível observar, em vários momentos, são fornecidas “informações” sobre quando seriam iniciadas as obras. Constatamos que foi a partir do ano de 2011, exatamente um ano antes de a escola ser destruída, que os representantes do governo estadual passaram a produzir essas argumentações. Isso pode ser observado nas reportagens veiculadas na mídia como neste trecho do Jornal Agora (2012b) em que a então coordenadora da 18ª CRE, Neila Gonçalves afirma que “[...] a intenção é que a obra seja iniciada ainda em 2012.” como também pode ser observado nos depoimentos dos participantes da pesquisa como na fala de Elza:

2007 foi a notificação por uns dois anos, três anos ficou meio parado, esquecido, aí o projeto veio foi ser mexido no início de 2011. Foi o ano que mais se trabalhou no projeto, parece que ele teve corpo, teve. (ELZA S. Entrevistada, 2015)

A partir desses relatos e notícias percebemos que houve um empenho para agilizar alguns processos necessários para a construção do prédio. Entre as produções se observa também que as projeções superestimam a obra como um prédio que ofereceria perfeitas condições às demandas da comunidade escolar. O prédio que custaria em torno de R\$ 2 milhões, teria “[...] três andares, com 15 salas de aula, sete salas de apoio, mais área administrativa” (JORNAL AGORA 2012b). Entretanto, como em aproximadamente quatro anos depois estas promessas ainda não houve a construção do mesmo, entendemos que tais iniciativas, conforme relatam os entrevistados, eram estratégias para facilitar a aceitação da comunidade. Compunham, como já afirmamos, as frentes de produção do consenso. Nesse mesmo sentido, a entrevistada Juçara afirma que:

Não tem prioridade nenhuma, **essas são as falácias**. É, eu vejo assim, quando tu vês **uma entrevista**, quando **tu assistes uma pessoa falar**, tu tem a **nítida impressão que vai ser a verdade**. Como eu tive a impressão quando fui no Ministério público o ano passado, eu e a [...] falar sobre a questão por que estavam questionando a questão do muro. **Aí eu vi que são falácias**, né, as crianças, a educação, não! O que está acima mesmo é a questão do poder. [...] Poder de ganhar. E ser né! (JUÇARA M. Entrevista, 2015.)

Ela, assim, exprime como se sentia a comunidade com as promessas do prédio. De acordo com ela, o efeito das afirmações era da “nítida impressão” de que o mesmo seria construído. Dado também, o momento determinado pelo qual passava a comunidade que acompanhava tantas obras de “desenvolvimento” ao lado da escola, as quais nunca haviam passado de boatos, não parecia haver motivos para se duvidar da construção do prédio escolar.

O depoimento do entrevistado Cartola, também nos apresenta essa perspectiva de que se tratam de “falácias” as argumentações sobre o prédio escolar. De acordo com ele, elas se deram no momento e que a comunidade mais demonstrou resistência ao projeto de duplicação:

Eles tão tentando fazer, amenizar as pessoas, aí as pessoas pensam assim: “Bah” vai sair. Ah! Não vamos fazer, por que esse daí foi bem na onda quando o pessoal estava muito revoltado e queria muitos protestos, e queria muito parar a faixa! Tudo era parar a faixa! [...] Porque funcionava assim: Na época era o pessoal da direção, a [...] gosta muito de trancar a faixa! A primeira vez foi ela e o pessoal da associação de moradores que trancou. (CARTOLA. Entrevistado, 2015)

No mesmo sentido, afirma a entrevistada Elza:

Eu penso assim, como o prédio ali as pessoas tinham um apego muito grande tinha uma coisa bem assim, um prédio antigo. Então, eles precisavam, tipo como vou te explicar. Vou tentar achar uma palavrinha assim oh! **Eles precisavam conformar as pessoas**. Eles precisavam dizer vai ser bem bonito, vai ser muito melhor. (ELZA S. Entrevistada, 2015, Grifos Nossos)

Estas promessas que discorriam sobre os trâmites licitatórios da construção, bem como da produção e ajustes de projetos e plantas do novo prédio eram amplamente divulgadas na comunidade escolar. Por meio dos boletins informativos, da presença de representantes governamentais como afirma Mercedes ao recordar

que *“Uma vez numa assembleia, foi no pátio da escola, foram vários políticos daqui da região”*. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015) conta como se davam o processo no qual as entidades falavam diretamente à população:

Não vocês tem que acreditar. Eles foram lá diziam minha mãe também foi professora, vinham com **uma conversa doce, bem doce**, sabe. Jamais brigavam, jamais iam para embate, tivemos momentos terríveis. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015, Grifo Nosso)

Esta presença das promessas é relatada também pelos alunos entrevistados. Quando perguntados na entrevista sobre como eram as promessas e como chegavam essas notícias até eles, responderam em coro contando que se tratava da promessa de um prédio de *“Três andares, quinze salas de aula, sete salas de apoio!”* (Julia; Marisa; Cássia; Rita; Naná; Tom. Grupo Focal, 2015). Eles contam também que *“antes de desmancharem o outro prédio, fizeram umas três plantas e daí, depois veio aquela escola linda. Ela ficava num mural assim.”* (JULIA. Grupo Focal, 2015). De acordo com eles ao olhar a planta do prédio eles pensavam: *“Ah, eles vão fazer o prédio! Até tal ano o prédio vai estar ali”* (JULIA. Grupo Focal, 2015), *“Ah! A gente vai estudar num prédio novo!”*. (MARISA. Grupo Focal, 2015).

Os alunos contam que depois que o prédio foi demolido as mobilizações para a construção do novo prédio tomaram outro seguimento. Foram sendo esquecidas. Como informa Julia, *“Viviam medindo, que iam fazer um monte de coisas! Saiu [a obra]. Desmancharam o prédio: Eu nunca mais vi eles!”* (JULIA. Grupo Focal, 2015), *“Aí a gente, depois, vendo as coisas realmente acontecendo que a gente foi percebendo pô!”* (MARISA. Grupo Focal, 2015). A partir dessas afirmações das entrevistadas, perguntamos a eles no momento da entrevista se eles julgavam terem sido enganados e então, eles respondem novamente em coro que “sim”, enfaticamente afirmando que sobre isso não restam dúvidas e concluem: *“Aquilo ali, só em tu olhar a planta tu vê que é uma baita ilusão”*. (CÁSSIA. Grupo Focal, 2015); *“Nós fomos feitos de palhaço!”* (JULIA. Grupo Focal, 2015); *“Vieram aqui e prometeram uma coisa e fizeram outra totalmente diferente!”* (TOM Grupo Focal, 2015); *“Vieram aqui e prometeram um prédio com várias salas!”* (MARISA Grupo Focal, 2015); *“Fizeram a gente de trouxa!”* (TOM. Grupo Focal, 2015).

A escola, então foi destruída em meio a pronunciamentos oficiais que garantiam a execução da obra de duplicação como é explicitado, também nesta reportagem de setembro de 2012, às vésperas da demolição. Com o processo de construção do novo prédio aparentemente em andamento, a construção da BR-392 no local, não encontrou maiores resistências, muito embora a comunidade escolar tenha se manifestado por diversas vezes. O prédio escolar ainda não “saiu do papel” como já afirmamos, muito embora o governo do estado tenha sido indenizado. De acordo com a reportagem a seguir:

A 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e a direção da escola foram informadas em 2007 sobre a necessidade de desapropriação da área. No ano seguinte, começaram a fazer o projeto para um novo prédio, mas não saiu do papel. O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) pagou, em juízo, R\$ 380 mil referentes à área. (ZERO HORA, 12 de setembro de 2012).

Chamamos a atenção, também para a disparidade entre o custo da nova construção, estimada em R\$ 2 milhões e o valor pago pelo DNIT. No entanto, compreendemos que houve também impasse quanto ao valor nos trâmites de desapropriação, nos quais para todos os fins o valor da construção do prédio foi subestimado. Segundo o presidente da Comissão de Desapropriação do DNIT o valor de 380 mil reais, pago pelo DNIT é apresentado como uma espécie de “cortesia” do mesmo uma vez que afirma que “[...] *somente parte da construção mais antiga será atingida pela duplicação da rodovia. Mas nós do Dnit entendemos que o ideal seria indenizar todo o prédio, o que foi feito.*” (JORNAL AGORA, 20 de julho de 2011).

Os empreendedores e governos se mobilizaram para enfatizar a imagem de que estão “preocupados” com garantia das boas condições para o processo educativo, e mais uma vez, para a concretude da nova obra. Há, neste mesmo sentido, várias outras publicações de promessas que enfatizam a superioridade do novo prédio em relação ao antigo, como nessa publicação de 03 de fevereiro de 2012

O diretor Administrativo da Secretaria de Educação (Seduc) do Estado, Cláudio Sommacal, entregou, quarta-feira, a 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e à direção da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues o projeto

arquitetônico e a planta do novo prédio dessa escola, já com as correções solicitadas. [...] Conforme a coordenadora da 18ª CRE, Neila Gonçalves da Silva, a Seduc deve fazer a licitação até o meio do ano e a intenção é que a obra seja iniciada ainda em 2012. Devido às obras de duplicação da BR-392, no trecho entre Rio Grande e Pelotas, a escola teve o muro recuado e duas salas de aula desativadas por medida de segurança. Outras duas salas, provisórias, foram construídas por meio de acordo entre a Procuradoria do Estado e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para que os estudantes não ficassem prejudicados até as novas instalações serem construídas. Neila informou que o projeto é de um prédio de três andares, com 15 salas de aula, sete salas de apoio, mais área administrativa. O custo está estimado em R\$ 2 milhões. (Jornal Agora, 2012b).

O novo prédio é apresentado como a solução para todos os problemas da comunidade escolar. Entretanto aliado a esse empenho, havia também um desmerecimento do antigo prédio como enfatiza Mercedes:

Em nenhum momento eu enxerguei a intencionalidade de alguém em preservar aquela escola, pelo contrário **ela era até desqualificada**. Não! Isso é um prédio comum, sempre desqualificando. Diziam: isso é pro bem da comunidade, isso é pro bem, e assim chamava tinha um engenheiro que volte e meia dizia. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015, Grifo Nosso)

Com o depoimento da professora compreendemos melhor as formas como eram feitas as abordagens sobre o prédio uma vez que na mídia manifestavam a preocupação com a comunidade escolar, com sua segurança e com a imediatividade das obras na escola. No entanto, para a comunidade escolar, além de utilizar esse discurso, também desqualificavam o antigo prédio. Na mesma reportagem, Sommacal ainda destacou que

(...) em virtude da proximidade com a BR-392, o antigo projeto foi modificado para minimizar os prejuízos aos alunos pelo excesso de ruídos vindos da referida rodovia. Ele reafirmou que os processos de construção da nova escola estão tramitando e que o Governo Estadual possui recursos para esta e para centenas de outras obras em escolas gaúchas. (...) Odir Baccarin, da Secretaria de Obras, explicou que parte dos projetos do novo prédio da escola já estão prontos e, por determinação do governador Tarso Genro e para dar rapidez ao processo, os projetos que ainda não estão prontos foram terceirizados. "**Até dezembro de 2012 deverão estar concluídos todos os projetos**". (Jornal Agora, 2012b)

Entretanto, há quatro anos desde essa publicação esta imediatividade se mostra apenas retórica. Ratificamos a partir dessa série de produções o entendimento de que essas argumentações compõem o corpo de estratégias para a produção da aceitação da população. Com as condições em que se encontrava a escola, em situações precárias de funcionamento, influenciando diretamente na qualidade da educação, somando-se aos discursos de desenvolvimento, maior segurança, e uma suposta melhoria nas condições dos processos educativos na escola, não é difícil entender a aceitação das promessas.

Atualmente as alusões ao novo prédio continuaram frequentes na mídia sob diversos títulos, apresentando novos prazos e perspectivas para o início das obras, sempre projetada para muito breve. Na reportagem de 10 de fevereiro de 2015 a licitação do novo prédio deve acontecer em 40 dias e entre outras informações, sobre a Escola Alfredo Rodrigues. De acordo com o periódico:

[...] segundo Janete, o secretário informou que está pendente para a abertura da licitação da obra, a aprovação do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), prevista para ocorrer em até 40 dias. O novo prédio será construído no mesmo local, no Povo Novo, às margens da BR-392, atendendo a demandas da instituição, que perdeu metade do imóvel com a duplicação da estrada. De acordo com o vereador Flávio Santos, na época (meados de 2011), o Dnit indenizou o Estado em R\$360 mil, pelos transtornos no prédio, no entanto, em função da exigência do PPCI, muito mais rigorosa desde a tragédia na Boate Kiss, em Santa Maria, a licitação para a obra vem sendo adiada. (Jornal Agora, 2015).

Elza, portanto, avalia que a promulgação da construção do novo prédio escolar é a estratégia no convencimento da comunidade. Segundo ela, “[...] *isso daí foi bem posto na cabeça das pessoas da comunidade, na Comunidade Escolar.*” (Elza S. Entrevistada, 2015).

Ao mesmo tempo em que se produziram as promessas do prédio, antes e depois da demolição da escola, a comunidade escolar se manifestou reivindicando entre outras coisas a segurança nos arredores da mesma e as melhores condições para desenvolver as aulas. Entretanto, sobre o que pensa a comunidade escolar, expresso nas suas diversas manifestações, nada falou a Educação Ambiental empresarial, mantendo-se em “silêncio”, negando a voz da comunidade.

3.2 A Resistência da Comunidade Escolar

Este item analisa como se deu a relação entre as produções de consenso desenvolvidas nos itens anteriores desse capítulo e a resistência da comunidade escolar. Buscamos aqui atender a mais uma dimensão pensada como objetivo desta pesquisa no que se refere à organização da Comunidade Escolar na resistência a este desdobramento do projeto neodesenvolvimentista. Compreendemos com a pesquisa que antes e depois da demolição, a comunidade escolar se manifestou das formas que encontrou para explicitar as injustiças e o descontentamento com o projeto na forma como se encontrava. A comunidade escolar organizou manifestações nas quais, de diferentes formas, buscou chamar a atenção da população e de autoridades sobre o caso da escola. De acordo com a entrevistada Elza:

[...] os professores se organizaram, se fez camisetas, se participou de alguns eventos onde estariam né, coordenadoria, escolas do município que estavam reunidas. Então mostrava em camisetas, sei lá, onde estavam juízes da infância. Quando tinha algumas representações políticas e tal a escola se mostrou. Acho que por duas ou três vezes. Lembro também que houve uma ocasião que o governo na época o Tarso veio a FEARG, nós, a escola estava organizada com camisetas, cartazes mostrando a problemática. Aqui, em nível de escola, desfile escolar, se desfilava de preto se fazia cartaz, se fazia, se mostrava. Os pais, comunidade, alunos trancaram a BR não sei acho que foi por duas vezes que aconteceu essa função pra chamar a atenção acho que protestos houveram muitos, a escola, ninguém ficou acomodado, a comunidade participou bastante alunos e tal [...] (ELZA S. Entrevistada, 2015)

Elza explicita a movimentação da comunidade que sem acomodação, utilizou diversos espaços para problematizar o caso da escola. Ainda que os relatos, de forma geral, não apresentem datas específicas de quando ocorreram os conflitos, a partir dos relatos entendemos que em sua maioria ocorreram antes da demolição do prédio escolar. Compreendemos a partir das falas e das notícias de jornais desenvolvidas no item anterior a pressão dos governos em produzir a ideia de que a construção do prédio era certa. Contudo, a medida em que a comunidade se mostrava mais insatisfeita, pedindo justiça para o caso, percebemos um acirramento dessas promessas.

O projeto que ficou “descansando” por aproximadamente quatro anos só foi começar a ganhar “corpo”, em suas palavras, quando faltava exatamente um ano para a demolição do antigo prédio. Em nossa análise, esse tempo foi devidamente pensado para gerar a antecipação ao desgosto que vinha sendo apresentado pela comunidade escolar. Ainda segundo Elza:

Exatamente do governo Yeda para governo Tarso. Daí o governo foi, o projeto estava praticamente finalizado em 2012 quando houve a demolição do prédio, daí ficou. Daí passa 2013 o governo acho que faltou agilidade também, tem toda a questão política novamente a questão política envolvida na questão educativa e aí muda o governo novamente e parece que sinceramente hoje não sei como está. (ELZA S. Entrevistada, 2015)

Há nitidamente uma grande preocupação para que os projetos estejam, todos “prontos” antes do início da demolição. A Comunidade Escolar, como já dissemos estava reagindo da forma que encontrou para ter seu ponto de vista reconhecido e atendido. Evidentemente, como em qualquer processo de busca por justiça a partir de mobilizações sociais, há, conforme as palavras da entrevistada Mercedes aqueles que se recusam a participar, “[...] *sim, e não todos, muitos disseram – Não! Isso é bobagem! Muitos colegas ali, não participaram!*” (MERCEDDES, S. Entrevistada, 2015). Entretanto, apesar destes, muitos outros se envolveram nas manifestações. Nelas, além da causa da escola também era problematizada a falta de segurança na rodovia. De acordo com Violeta:

[...] a gente fez manifestações, interditamos a rodovia, acho que duas ou três vezes! Eu lembro que uma vez a gente foi lá pra frente do posto [...], paramos, bloqueamos o lado de lá, bloqueamos o lado, as marginais, as vias de acesso, aqui que não estavam liberadas, mas o pessoal já desviava né, entregamos panfletinhos de conscientização pra motoristas e tudo, saiu o que a gente queria, que saísse na imprensa, saiu [...] (VIOLETA P. Entrevistada, 2015)

Violeta enfatiza o desejo da comunidade escolar em ter a sua voz sendo reverberada, deixando de ecoar apenas na localidade, para chegar até outros ouvidos. No entanto, ao mesmo tempo havia a expectativa da construção do novo prédio. De acordo com Elza:

Então, tu mostrar uma coisa tão bonita, tão, sabe. **É para amenizar mesmo a coisa sabe.** Talvez não tenha sido essa a intenção que a gente vê hoje, até fazendo uma análise mais a gente enxerga isso. Claro **no momento que a gente tá envolvido a gente também entra, tu acaba reproduzindo aquele discurso que estavam te fazendo.** (ELZA S. Entrevistada, 2015)

Elza comenta as contradições a partir daquilo que já apresentamos como “[...] *vendas de “ilusões” ou “utopias”, que têm como único objetivo provocar a aceitação e evitar manifestações contrárias*” (SANTOS; MACHADO, 2013. p.194). Elza relata que a reflexão posterior possibilita compreender as promessas do novo prédio como produções retóricas e a possibilidade de ter reproduzido o mesmo discurso como membro do corpo docente da escola. O entrevistado Cartola, em sentido próximo ao da reflexão de Elza, afirma que a produção retórica do novo prédio tem o caráter de amenizar a resistência que protagonizava a comunidade escolar. De acordo com ele, o intuito primeiro de tais produções era silenciar a comunidade: “*É pra amenizar! É, o pessoal! Calar a boca do pessoal! - Vamos mostrar o que estamos fazendo, aí o pessoal se cala!*” (CARTOLA. Entrevistado, 2015).

A entrevistada Violeta é uma das pessoas da comunidade escolar que ajudou a organizar algumas manifestações. De acordo com ela “[...] *a gente dizia, vamos fazer, vamos fazer?! E se comunicava! Eu era uma das que, né, acendia o estopim! E vamos, e vamos, e vamos! Eu sempre fui muito de vamos! Não pensa nas consequências vamos lá!*” (VIOLETA. Entrevistada, 2015). Segundo ela, a resistência escolar teve caráter contraditório, pois nem todos entendiam as promessas como retóricas que objetivavam enfraquecer a resistência da comunidade ao projeto que previa a derrubada da escola. De acordo com ela a comunidade escolar não deveria ter saído do antigo prédio antes que fosse construído um novo. Em suas palavras:

(...) eu sempre disse, na época a [...] era diretora, a [...] era vice (...) e as gurias diziam: Ah! E aí! vão demolir a escola, vão demolir a escola! Eu dizia: gurias, não deixa demolir! – Não, mas vai vir o projeto, veio a coordenadora da CRE ali, disse, subiu num banquinho ali na rua, pegou o microfone, deu a palavra de que, vieram vários outros políticos, que o prédio seria construído, que tinham a palavra deles que seria construído eles assumiram conosco frente a toda população. A gente chamou a comunidade escolar, os pais, os alunos, tudo, professores, funcionários, estavam todos ali no *hall* da escola ali. Até hoje a gente tá esperando e posso te dizer? Eu disse

pra [diretora]: não sai do prédio velho! No momento que a gente sair, não vem! A [diretora] disse: Não, porque vão fazer, eles se comprometeram! Não vem! Eu só acredito vendo! (VIOLETA. Entrevistada, 2015. Grifos nossos).

Compreendemos com a pesquisa, que haviam pessoas mais envolvidas que outras nas manifestações promovidas pela comunidade escolar. Ao analisarmos sua fala, junto a de outros entrevistados, também envolvidos, percebemos que quanto maior a participação nos conflitos, maiores as possibilidades de se fazer uma leitura da realidade, observando inclusive o que vinha sendo produzido como tentativa de convencimento.

[...] eu estudei aqui em 1975 [...] em 1975 eu fiz a 5ª série aqui! Eu estudei em salas provisórias na época que estavam até agora a demolição da escola! E posso te dizer, e foram demolidas agora, com a duplicação! [...] As salas essas que estão aqui vão ficar até quando? Com certeza, [...] não vem! [...] A coisa não, não, sabe! Não vão! Tu achas que vão fazer? Eu não acho! (Ibidem)

Ela como, moradora, ex-aluna e professora da Alfredo Rodrigues, se viu muito envolvida com a causa da escola. Sobre os processos que ocorrem com o sujeitos em conflito, nos apoiamos em Alice Poma, quando afirma que neste movimento de desacomodação há crescimentos significativos para aqueles os sujeitos envolvidos.

Para ela

“[...] los miembros de las comunidades locales en resistencia acusados por Estados y promotores de egoísmo, de ir contra del progreso o de ser ignorantes, empiezan a elaborar estrategias de lucha y nuevas ideas. De esta manera, estas resistencias, que surgen por la defensa de un lugar o una forma de vida, se transforman en momentos de ruptura en los que los miembros de las comunidades elaboran nuevos discursos y prácticas, empoderándose y convirtiéndose en nuevos sujetos políticos y sociales.” (POMA, 2014 p.1)

As contribuições de Violeta para a pesquisa nos ajudam a compreender de forma nítida o que afirma Alice Poma. Para Violeta enquanto moradora do Povo novo e ex-aluna e professora da escola da localidade, a defesa do prédio da escola, ou mesmo de um novo prédio em condições próprias para educação, exprimem o desejo da continuidade das formas de vida no local. De acordo com a leitura de

Violeta a obra toda foi repleta de situações que objetivavam produzir as condições da garantia de sua execução, seja pela gestão/Educação Ambiental, seja pelas retóricas da construção do novo prédio.

[...] essa obra foi feita, enrolaram todo mundo, mentiram, enganaram, na época em que estavam construindo, eu mesma morando ali na esquina, vinham, esses folhetinhos, eu nunca vi tanto boletim informativo! Tanta coisa e vinham nas casas, questionavam, na minha casa tiraram fotografia! Fotografaram todos os cantos da casa quando vinha aquele bate estaca pra depois ver se ia ter rachaduras, se não ia, sabe! Aquilo foi uma coisa assim... iam dar toda atenção pra todo mundo e na verdade não foi feito nada disso entendesse, eles nunca foram saber se havia rachado se não havia, entendesse. (VIOLETA P. Entrevistada, 2015)

Portanto, consideramos que a partir do movimento e desacomodação daqueles que se envolvem nos processos de resistência, há processos de empoderamento que os convertem nos novos sujeitos políticos e sociais, como afirma Poma. Os envolvidos nas manifestações em prol da causa escolar apresentavam o desejo de se mobilizar para ver garantidas as suas formas de vida.

[...] uma vez a gente interditou a rodovia e estavam, até pra me prender ali, veio uma viatura da brigada, com o mandado [...] pra mim e pro presidente da associação! [...] A gente quis fazer um movimento todo ordeiro, a gente comunicou a Ecosul, a policia rodoviária, tudo bonitinho, entregamos documento e tudo dizendo o que a gente ia fazer. Eles vieram. Vieram com o mandado de prisão! Aí o que que aconteceu? Eles, quando eles disseram que iam prender, o pessoal que estava ali, claro a gente era conhecido, se dava bem com todo mundo, se juntaram acho que 20 ou 30 mulheres, pessoas na minha volta e disseram não! Se eles vão te levar eles vão ter que levar nós junto, sozinha tu não vais! Claro e não tinha lugar pra todo mundo! Aí eles disseram: tu tens 10 minutos pra acabar com a manifestação! (VIOLETA P. Entrevistada, 2015)

Entretanto, como na fala da participante da pesquisa, Violeta, observamos que a tentativa de fazer um movimento “ordeiro”, não considerou que a ordem estabelecida é a que prioriza a acumulação da riqueza pelos grandes capitalistas. Essa prioridade, contudo aparece na fala de outros sujeitos. De acordo com a entrevistada Elza, *“A coisa aí vem mais priorizando, favorecendo a questão econômica do que o bem estar social da comunidade, das pessoas [...]”* (ELZA S. Entrevistada, 2015). Cartola e Juçara, os quais também foram muito envolvidos nos

conflitos observam os objetivos da duplicação: “*Só fizeram isso dai por causa do dinheiro, por que olha quantos caminhões vão para o Porto, quanto dinheiro em torno disso!*” (CARTOLA. Entrevistado, 2015), “*E, a gente tem essa ilusão de que seria sempre posta a educação em primeiro lugar [...]*” (JUÇARA M. Entrevistada, 2015).

Segundo a lógica dessa prioridade, qualquer iniciativa que ameace essa ordem, deve ser punida de forma a se tornar exemplo para outros que tentem agir de maneira semelhante. A comunidade escolar, no caso, teve apenas 10 minutos para desmobilizar a manifestação sobre a qual nos contou Violeta, sob ameaça de prisão a ela e outro membro da comunidade.

A Comunidade Escolar, não contou no momento com outro apoio se não o da própria comunidade do Povo Novo para manifestar seu descontentamento. Atualmente, a partir das entrevistas, compreendemos que a comunidade vê a sua causa sendo esquecida. De acordo com a entrevistada Juçara:

[...] é o descaso, a gente saiu às ruas fez protestos, fechamos a BR, saímos para ser notados. Mas assim, o que sinto é que a gente é uma massa manipulada, por mais que a gente faça isso e dê numa mídia, ela é esquecida em seguida. (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

Conforme observamos, os conflitos foram pautados no objetivo da repercussão midiática para que houvesse notoriedade sobre o caso. O descaso tangido por Juçara é agravado com o passar do tempo, quando a causa da escola não chama mais a atenção midiática, em parte, sem dúvida, por não ser mais motivo de ameaça do atraso das obras.

Outras populações de outras localidades que se encontram ao longo da BR-392, como os moradores da Vila Santa Rosa, também realizaram manifestações nas quais bloquearam a rodovia em protestos, sobretudo reivindicando segurança na localidade⁵⁷ devido a morte de três pessoas em menos de um mês em 2013. A

⁵⁷ “Este mês [abril], em somente quatro dias três pessoas morreram próxima ao trecho. O resultado da interrupção, que durou aproximadamente 40 minutos, se prolongou por mais de uma hora ocasionando em um congestionamento quilométrico nos pontos estreitos da estrada. [...] Segundo o pároco da Catedral São Pedro, Raphael Pinto, o objetivo não era o de atrapalhar o trânsito e sim ter solidariedade com as vítimas pedindo providências. As reivindicações são a colocação de iluminação, controladores e redutores de velocidade, passarelas, faixas de segurança, construção de muretas divisórias das pistas e limite de velocidade de 20 quilômetros por hora em perímetros urbanos.” (DIÁRIO POPULAR, 26 de abril de 2013).

exemplo desta manifestação, os moradores do Povo Novo também realizaram outras mobilizações com pautas semelhantes em decorrência de mortes na BR-392.

A aluna Julia, participante da pesquisa discorre sobre as pautas e as causas dos protestos:

Que eram as passarelas e a iluminação aqui de novo, porque era uma coisa que não tinha, daí claro, deu 30 dias da morte daquele homem e, estava a mesma coisa, tipo o Povo Novo estava esquecido! Aí fizeram de novo, só que nós trancamos tudo, tipo as faixas por cima e lá por dentro que tem como passar, aí deu essa confusão com eles, né que eles queriam ir embora. (JULIA. Grupo Focal, 2015)

A causa que gerou o primeiro protesto foi midiaticizada conforme o periódico a seguir:

Moradores da vila Povo Novo, em **Rio Grande**, na Região Sul do **Rio Grande do Sul**, fizeram um protesto na BR-392 na noite deste domingo (30) depois de um jovem de 23 anos morrer ao ser atropelado enquanto atravessava a rodovia. Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, a vítima trabalhava em uma empresa de engenharia e estava indo jantar em um restaurante do outro lado da estrada que corta a vila. Cerca de 100 pessoas participaram do protesto e bloquearam a BR-392 por 2h para pedir mais segurança. Os manifestantes reclamam que a rodovia foi duplicada, mas não recebeu uma passarela para garantir que os moradores possam atravessar a pista sem correr riscos. (G1, 30 de março de 2014. Grifo do autor)⁵⁸

De acordo com a entrevistada Julia, ocorreram duas manifestações. Na primeira delas o corpo do jovem morto ainda estava no meio da rodovia. A segunda manifestação ocorreu em torno de um mês depois, nenhuma das reivindicações havia sido atendidas. No início do mesmo mês a comunidade escolar já havia realizado outra manifestação quando completou cem dias da derrubada do prédio da escola⁵⁹.

⁵⁸Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/moradores-fazem-protesto-apos-atropelamento-na-br-392-no-rs.html>> Acesso em: 10 de abril de 2015.

⁵⁹ “Um protesto ocorrido na manhã desta quarta-feira (3) no Povo Novo, em Rio Grande, reivindicou melhorias na estrutura da Escola Estadual Alfredo Ferreira Rodrigues. O movimento foi organizado por alunos, pais e pessoas da comunidade. Durante o ato, os manifestantes trancaram por meia hora a BR-392. A obstrução da faixa ocorreu entre às 8h30min e às 9h. Parte do prédio do educandário foi derrubado em outubro do ano passado para possibilitar a duplicação do trecho. Desde então, o

Por fim, nesta parte que dedicamos aos conflitos socioambientais que ocorreram na região do nosso estudo, trazemos novamente um dos itens anteriores em que perguntamos “Desenvolvimento e qualidade de vida para quem?”, que desenvolvemos os discursos da Educação Ambiental empresarial e sobre o novo prédio da escola. A partir disso retomamos as reflexões na qual afirmamos haver uma “elite especializada” (CHOMSKY, 2013) que por meio da sua produção intelectual, age para a produção do consenso daqueles que tratam como “rebanho desorientado”.

A partir da pesquisa, entendemos no processo de Educação Ambiental realizado pela equipe da gestão ambiental (STE) e no caso específico da construção do novo prédio, houve a tentativa da mediação dos conflitos. A comunidade escolar apresentou por diversas vezes a sua insatisfação, reivindicando justiça para os processos dos quais estavam sendo vítimas.

A pesquisa nos ajuda a compreender as práticas coloniais dos poderosos, representados pelos governos, órgãos públicos como o DNIT, e empresários a quem mais interessa os projetos de integração latino americana, para a manutenção ou diríamos, “sustentabilidade” dos seus negócios. Para isso, passam literalmente por cima de comunidades como no caso do Povo novo. Por não encontrar outras formas de resistir e por acreditar na possibilidade do novo prédio devido à conjuntura do momento, os participantes da pesquisa se viram na condição de ter de abrir mão daquilo que para eles tinha valor histórico, social e simbólico.

3.3 As injustiças decorrentes da duplicação a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente: a escola, os ruídos, os assédios e a insegurança na estrada.

*Mesmo que construam o prédio, tá vieram aqui e
construíram o prédio! Tá, a escola vai estar boa! Mas
e outros problemas que, sei lá, tem muita coisa! O
caso das passarelas, não é só o prédio!
MARISA. Grupo Focal, 2015.*

(...) eles não se preocuparam com a gente, eles se preocuparam em fazer a obra, demolir tudo que tinha por cima e deu e fazer a obra que eles eram pagos para isso, o pessoal em si da comunidade eles não se preocuparam, não se preocuparam em momento algum.

CARTOLA. Entrevistado, 2015.

Fazemos menção às epígrafes deste item na qual Marisa afirma que a injustiça para com a comunidade escolar não se faz apenas pela falta da escola. Junto a ela, enfatizamos que são diversos os impactos gerados pela duplicação. No grupo focal realizado com alunos da escola, dentre os quais se encontra Marisa, muitas foram as contribuições daqueles que, para a Educação Ambiental Empresarial, nada sabem sobre o seu ambiente de vida, o seu lugar. Entre o que tem afetado a população, exposto pelo grupo, tanto como pelos professores e ex-aluno, entrevistados individualmente, se encontra a superexposição da comunidade escolar, conseqüentemente o excesso de ruídos e os assédios sofridos pelas meninas na escola por parte de homens transeuntes; a insegurança na rodovia pela ausência de alternativas para atravessá-la, mesmo nas vias de acesso ao Povo Novo, causa, entre outras coisas, da inacessibilidade à escola e mortes na estrada; os impactos na economia e no modo de vida local, etc.

Entendemos que existem contradições entre os discursos já apresentados nos itens anteriores - entendidos aqui como retóricas estratégicas para a produção do consenso da comunidade escolar, sobre aquilo que não estão totalmente de acordo – e o que a comunidade escolar apresenta como experiência vivida. Com o desenvolvimento dessa etapa do trabalho, respaldamos os objetivos da pesquisa, com os quais nos propomos entender essas contradições. A comunidade, portanto foi, e ainda é, vítima de injustiças decorrentes do processo de duplicação da BR-392.

A seguir, abordamos as injustiças por meio dos descasos com a Escola, a qual já carecia de manutenção, não apresentando condições necessárias para o seu funcionamento. Em um segundo momento, tratamos de outras injustiças referentes à superexposição da comunidade escolar: os ruídos durante e depois da obra e os

frequentes assédios às meninas, causadores inclusive da punição das mesmas com a censura do seu modo de vestir. Por fim, explicitamos outras injustiças relatadas pela Comunidade a respeito da insegurança na rodovia, mesmo após a conclusão da obra, a qual segundo os empreendedores traria mais “segurança e qualidade de vida”.

A escola é entendida por nós como lugar de pertencimento e relações. Se por um lado essas relações e a permanência na escola não garantem necessariamente a emancipação e empoderamento dos sujeitos contra a hegemonia capitalista, por outro, certamente a ignorância das classes populares é um terreno fértil para a dominação econômica e ideológica.

A duplicação da estrada avançou nos arredores da escola restando apenas ela no meio do caminho, esvaziando simbólica e materialmente as possibilidades de que a população local agisse efetivamente contra a demolição. Esse fato nos inspirou para a produção da primeira versão dessa pesquisa: *No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental em decorrência da duplicação da BR-392 (Rio Grande/Pelotas)*. Nas imagens a seguir, é possível perceber a escola antes da estrada (Figura 6) e o avanço das obras, com a escola “no meio do caminho” (Figura 7) até o período pós demolição (Figura 8):

Figura 6: A escola antes da demolição



Fonte: Jornal Agora

Figura 7: A escola no meio do caminho.



Fonte: Zero Hora

Figura 8: Viaduto e via de acesso no local do antigo prédio escolar.



Fonte: Zero Hora

A partir da análise feita sob o escopo do nosso referencial teórico, os participantes da pesquisa revelam as contradições entre os discursos dos empresários, gestores e governantes e a realidade sentida pela população, ajudando-nos a compreender os processos de injustiça sofridos por ela ao longo da duplicação da BR-392.

A comunidade escolar foi vítima, durante o processo da duplicação daquilo que chamamos de Injustiça Ambiental e Educacional. De acordo com o referencial que utilizamos para analisar o caso, a injustiça ambiental tem seus desdobramentos no “[...] fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais [...]”. (ACSELRAD, 2009, p. 9). O caso da duplicação como já dissemos, gerou ainda na fase das obras riscos à população que, em contrapartida, se mobilizou saindo às ruas, bloqueando as BR-392 como nos diz a aluna Marisa (2015), em alguns desses protestos, “(...) a escola pediu pra ir com a camiseta com a frase justiça, e a justiça era pelo prédio novo né!”.

A pesquisa nos revela que à população do Povo Novo foi direcionada somente os riscos ambientais derivados da construção da estrada, a qual também produz riqueza, esta, no entanto, com ela não foi e não é partilhada da mesma forma. Ao contrário, identificamos que há vários impactos econômicos na região, mas, sobretudo há negligência de pelo menos três governos Estaduais⁶⁰ que, com a escola destruída, produziram apenas promessas de um prédio novo, o qual, de acordo com os atuais representantes governamentais ainda se encontra em fase de estudos.

O caso chamou a atenção dos pesquisadores do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul, pela explicitação do conflito na mídia local a partir do texto da professora Mercedes o qual reportava a situação da escola e arredores em decorrência do avanço da duplicação, ainda que o conflito não tenha início somente com a execução da obra. Para Andréa Zhouri:

Os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, **tais conflitos não se restringem apenas a situações em que**

⁶⁰ Yeda Crusius – PSDB (2007-2010), Tarso Genro – PT (2011-2014) e, por último, Ivo Sartori – PMDB (2015 até a atualidade).

determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial. (Apud SANTOS; MACHADO, 2013, p. 187).

A entrevistada Mercedes fez referência a um texto denominado “*Violentamente Pacífico*”, que produzido a partir de uma frase pichada na parede de um Banco, no trajeto que realizava. O texto foi escrito já na fase final da duplicação, às vésperas da demolição do prédio escolar. Mercedes recorda do texto ao relacioná-lo com a demolição da escola, afirma: “*Já tinham demolido algumas coisas. (...) Violentamente pacífico que nem a música dos racionais. Porque é pacífico, é tão violento*” (Mercedes. Entrevistada, 2015).

Na histórica comunidade do Povo Novo, vemos casas sem portas e sem janelas, como corpos sem vida aguardando o enterro final, outras já desapareceram da paisagem dando lugar à nova estrada. E seus moradores, alguns apenas recuaram em seus próprios terrenos, resistindo, porém terão como vizinhos bem próximos o ruído e os riscos do trânsito às suas janelas. Outros tentarão se adaptar em nova cultura, provavelmente irão morar na região urbana da cidade. [...] Pois é, Escola Alfredo, precisas sair do caminho, pois a estrada vem aí. Tua nova casa será construída, com arquitetura moderna e com muitos espaços para continuares tua missão no Povo Novo, a de educar teus filhos. (COSTA, 2011, p. 3).

O texto da autora exprime alguns impactos os quais as produções hegemônicas nunca mencionaram, tais como a remoção de moradores da localidade e o convívio de outros como o constante ruído produzido pelo fluxo de veículos na estrada.

A pesquisa nos permite compreender que a comunidade não se posiciona contrária à duplicação. Contudo, sente a injustiça ambiental e educacional decorrente da produção da estrada uma vez que para o governo:

[...] a duplicação da rodovia é definida como prioridade para o governo Federal, é uma obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem recursos garantidos. Segundo o ministro [dos transportes, Paulo Sérgio Passos], não há nenhum tipo de restrição orçamentária ou financeira para essa obra, que terá um custo total de R\$ 1,6 bilhão [...] (JORNAL AGORA, 16 de dezembro de 2010).

Assim aconteceu, a duplicação foi feita sob a garantia de recursos. O mesmo não aconteceu com a obra do prédio novo o qual para a entrevistada Elza “[...] *é sonho de qualquer instituição e ensino*”. (ELZA S. Entrevistada, 2015). Ela denuncia o que interpretamos com injustiça educacional:

Fomos desalojados né. Saímos de um lugar que tinha toda uma história. Um prédio que tinha toda uma história sim e se perdeu aquela questão. Como se trata de uma instituição de educação né, ligada a educação, da educação houve, posso dizer, que descaso por que até hoje já a quanto tempo já né, três anos, dois, três anos da duplicação [...] e é isso as pessoas ficam lesadas na sua integridade moral na sua questão humana [...]. (ELZA S. Entrevistada, 2015).

Apesar de o órgão Federal, DNIT ter realizado, com já afirmamos anteriormente, a indenização no valor de trezentos e oitenta mil reais ao governo do Estado, a construção do novo prédio, segundo a 13ª Coordenadoria Regional de Educação, teria à época um “[...] *custo está estimado em R\$ 2 milhões.*” (JORNAL AGORA, 03 de fevereiro de 2012b). Assim, a professora Elza relata a improbabilidade de que atualmente a construção do novo prédio da Alfredo Rodrigues seja realizada, de acordo com ela, “*Diante do momento atual, com salário cancelados a gente não tem como pensar num prédio para uma escola desse nível.*” (ELZA S. Entrevistada, 2015).

Em 2011 houve um impasse sobre a construção do novo prédio, que já havia sido indenizado ao Estado, mas ainda não construído. Em uma produção da mídia local intitulada “DNIT tranquiliza comunidade escolar do Povo Novo”, Vladimir Roberto Casa, superintendente regional do DNIT “tranquiliza” a comunidade escolar explicando que

[...] nenhuma criança será prejudicada ou terá o ano letivo afetado. “Estamos negociando com o Governo para construir salas de aula provisórias até que a Secretaria da Educação construa o novo prédio. **Sob hipótese alguma as crianças ficarão sem escola, sem conforto e sem segurança.** Mas precisamos encontrar uma solução para que a obra da BR-392 possa ter continuidade também (JORNAL AGORA, 20 de julho de 2011. Grifo nosso).

O DNIT então constrói algumas salas provisórias. As condições de infraestrutura, como demonstra o trecho do periódico abaixo, somadas aos danos

que sofreu a comunidade escolar, sintetizam a nossa leitura sobre o caso de injustiça ambiental e educacional.

A aula ao ar livre tornou-se necessária para escapar do calor e do apertado espaço nas salas construídas provisoriamente, para substituir o prédio desapropriado do colégio, devido à duplicação da rodovia Rio Grande-Pelotas (BR-392). Com paredes caindo aos pedaços, feitas de um material fino e empoeirado, as salas adaptadas – uma contrapartida do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) ao impacto da obra na estrada – são menores do que o necessário. Para comportar os alunos, as mesas foram aproximadas, transformando quase tudo em trabalho em grupo. Nos corredores, mesmo no outono, a temperatura é alta, como se fosse verão. Além disso, na estrada ao lado das janelas das salas, cada veículo de grande porte que passa faz as estruturas trepidarem, atrapalhando as aulas. (ZERO HORA, 24 de abril de 2013)

A escola, que de acordo com o aluno Tom, “[...] já era composta, em grande parte por salas provisórias.” (Grupo Focal, 2015), nas quais a professora e ex-aluna da escola, Violeta estudou no ano de 1975, eram “[...] salas provisórias na época que estavam até agora a demolição da escola. [...] e foram demolidas agora, com a duplicação!” (VIOLETA P. Entrevistada, 2015). Em 2013 a situação da escola se agrava, pois uma árvore cai sobre as salas que “Curiosamente, [...] deveriam ser provisórias, mas já estavam sendo usadas há mais de 30 anos.” (ZERO HORA, 24 de abril de 2013).

Em uma manifestação, em 2013, a comunidade tranca o trânsito da BR-392 por aproximadamente uma hora. Na manifestação, reivindicavam as condições da escola, bem como a falta segurança, pois a escola não tinha um muro que a separasse da rodovia, e a falta de sinalização de que ali havia uma instituição de ensino⁶¹. Até o presente momento a escola fica separada da rodovia através de uma “tela de proteção” que não oferece as condições de segurança e “proteção”, de acordo com a opinião da comunidade:

⁶¹ Como mostra reportagem do dia 03 de abril de 2013. No entanto há um fato curioso, pois apesar da alegação da comunidade de ter bloqueado a rodovia por aproximadamente uma hora, a reportagem afirma que o bloqueio durou apenas 30 minutos. Outro fato que nos chama a atenção é que ao final da notícia a repórter diz que a escola foi demolida, pois já se encontrava no traçado da duplicação, frase que também foi dita pela mesma equipe de reportagem quando cobriu o caso da demolição da escola. Disponível em: <http://globov.globo.com/rbs-rs/jornal-do-almoco/v/protesto-envolve-professores-pais-e-alunos-da-escola-alfredo-rodrigues-em-rio-grande-rs/2500874/>

[...] o pátio é bem ali na frente onde a gente entrou. Ali de tarde é cercado de crianças, entendeu? E o muro, não tem! Tem uma tela, o que eles tem ali que segura um pouco de coisas, mas um caminhão não vai segurar nunca, entendeu? Então cadê o muro que eles prometeram para a escola? Não tem! Nada do que eles prometeram eles cumpriram, até hoje! (CARTOLA. Entrevistado, 2015)

A duplicação da BR-392 se deu em um andamento acelerado. Para a qual, conforme já afirmamos, havia recursos disponíveis, sendo prioridade do Governo Federal. A mesma imediatividade não ocorreu com o caso da escola, como é percebido pela falta do prédio prometido. Contudo, o mesmo pode ser afirmado devido a impasses para “pequenos detalhes” como a construção de um muro em volta da escola.

O conjunto de prédios que constituíam a Alfredo Rodrigues já não suportava os mais de 550 alunos da escola. A falta de estrutura física ainda impossibilita os serviços que a escola presta a população. Como afirma Julia, a direção vem buscando a implementação da Educação de Jovens e Adultos, contudo “*Não tem estrutura!*” (JULIA. Grupo Focal, 2015). A escola já vinha passando por uma série de problemas antes mesmo da demolição.

[...] ela já estava muito sucateada porque ela só tinha esse prédio aqui, que a gente chama de permanente o resto tudo era, até o prédio antigo que foi demolido era um prédio que foi, que tinha a fiação totalmente exposta, era um prédio que tinha que ter todo um reparo [...] (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

Já era sentida há muito a negação do estado para a melhoria da qualidade de infraestrutura para atender as demandas educativas da escola. O sucateamento é também denunciado pela professora Mercedes. De acordo com ela:

[...] com o passar dos anos ai já estava detonada e os governos, principalmente os governos estaduais eles não dão conta de manter as escolas estaduais na minha visão porque eu fiquei 12 anos naquela escola e para se colocar uma janela naquela escola [...] os pais colocam. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015)

A pesquisa nos revela a eficácia da retórica da construção do novo prédio, pois muitos foram os que compreenderam que a escola nova seria erguida imediatamente. Em virtude dos anos transcorridos após a demolição sem a

construção do mesmo, constatamos a perversidade das estratégias de ação dos empreendedores, empresas e governos, para “tirar a pedra do caminho” se utilizando do desejo de professores, alunos, pais e moradores de melhores condições para a escola do Povo Novo.

Outro aspecto da falta de estrutura escolar é a superexposição da Comunidade aos ruídos provenientes da estrada. Como expressa a entrevistada Rita (2015), “*Quando os caminhões passam tremem as portas!*”. Os impactos sonoros causados pelo fluxo de veículos na estrada, sobretudo dos caminhões em trânsito ao Porto de Rio Grande, já eram sentido pela comunidade antes da duplicação.

Embora alguns relatos revelem que os ruídos causavam muito mais incomodo antes da duplicação, como expressa uma aluna em trabalho escolar da disciplina de arte/música: “[...] *a paisagem sonora melhorou muito, pois antes a BR 392 passava ao lado da escola e tinha uma mão só*”, os sons na rodovia ainda incomodam muito, o que constatamos durante nossas observações na escola, como também nas conversas com professores e a partir de um vídeo fornecido pela professora de artes, na qual os alunos realizavam uma prova sob o barulho constante da rodovia duplicada. Contudo, completa uma aluna em seu trabalho:

Não posso dizer que hoje em dia não há barulho, pois iria estar mentindo, barulho ainda há porque as salas estão coladas umas nas outras, mas agora não se ouve tanto barulho da faixa como antigamente. (Aluna da Escola)

Apesar dos ruídos da rodovia, entendendo aqui ruídos conforme a definição do músico e estudioso canadense das relações música – ambiente, Murray Schafer, na qual “*Ruídos são os sons que aprendemos a ignorar.*” (2001, p.18).

Nas entrevistas que realizamos, sobretudo no grupo focal com seis alunos, os mesmos teceram muitas críticas nas quais falam sobre os impactos decorrentes dos sons. Há alguns diálogos, os quais preferimos apresentar na íntegra, pois expressam a forma com que a comunidade escolar sentiu esse aspecto da injustiça durante as obras. No primeiro a aluna Julia inicia dizendo: “*E era uma coisa insuportável também porque eles passavam a tarde toda lá só trazendo areia. Quinze para às seis da tarde, eles começavam um bate estaca!*” (JULIA. Grupo Focal, 2015)

A entrevistada Marisa diz que *“A construção aqui foi horrível! Dias de prova assim sabe, a gente tentava se concentrar e aí começava”* (MARISA, 2015). Na continuidade da sua fala, antes que pudesse concluir imitando os sons do *“bate estaca”*, os seus colegas endossam o que ela estava dizendo pronunciando todos juntos a seguinte onomatopeia: *“TAC, TAC, TAC!”*. - Era horrível! (JULIA). - E aquilo virava o dia todo né! (RITA. Grupo Focal, 2015), afirmam as alunas.

Marisa retoma a fala e afirma: *“E era o dia inteiro aquilo ali, e era um bate estaca e a gente aqui, estudando né! Aí tinha que ter uma concentração, e não, eram caminhões, as caçambas com areia, tudo!”* (Grupo Focal, 2015). A entrevistada Julia, por fim, complementa a ideia exposta por Marisa:

Em pleno verão! Era o dia todo, mas de noite continuava aqui, até umas dez. Depois, a gente saía da aula e aquilo parava! Parece que era implicância, sei lá! *“- Vamos começar!”* E assim, também, quando fizeram isso aqui, não tinha iluminação! (JULIA. Grupo Focal, 2015)

O presente diálogo expressa o incômodo sofrido pela Comunidade Escolar durante os vários meses⁶² em que foi construído o viaduto. Em outro diálogo seguinte expressam: *“Aquele som do bate estaca, se alguém gravou, porque era muito emocionante (riso)!”* (MARISA, 2015); *“Chegava em casa com aquele zunido no ouvido!”* (CASSIA, 2015); *“Eu estudava de manhã e passava a tarde e a noite com aquilo “TEC, TEC, TEC!” na minha cabeça!”* (MARISA, ibidem); *“Eu deitava e aquilo começava “TAC TAC TAC!””* (JULIA, 2015); *“É!”* (MARISA, idem). No seguimento desse diálogo, Cássia, afirma que os agentes da Gestão/Educação Ambiental, em uma palestra afirmaram: *“Não! Eles vieram fazer a palestra que eles estavam fazendo o mínimo de barulho possível pra não atrapalhar os animais, porque era uma poluição sonora né!”* (CASSIA, ibidem). Marisa expõe também, as medidas com as quais alunos e professores buscavam a diminuição dos ruídos: *“Os professores pediam pra gente fechar a janela, só que não adiantava nada!”* (riso) *Até tremia tudo! A escola, a escola tremia!”* (MARISA, idem) e Julia conclui: *“Era um calor, um calor infernal!”*. (JULIA, ibidem).

⁶² De acordo com o boletim da empresa: As obras para construção do viaduto do Povo Novo levarão no mínimo seis meses para serem concluídas, e durante esse período o trânsito será desviado para uma rua lateral à rodovia, entre os quilômetros 42,2 e 43. (STE, boletim Informativo, agosto de 2011, p.04). Apesar de não constarmos o período exato da construção do mesmo, sabemos que as obras do viaduto duraram pelo menos meio ano em 2012.

O grupo entrevistado relata alguns dos impactos ocorridos pelos barulhos das máquinas na época da duplicação. A escola, não parou de funcionar durante o período das obras e ainda assim, os agentes da Gestão/Educação Ambiental que supostamente monitoravam esses ruídos, alegaram já estarem operando com o mínimo de ruídos possíveis em razão de não causar impactos aos animais. Outra vez se utilizam de uma noção de natureza que exclui os seres humanos, tratando ambiente como fauna e flora, para legitimar as suas ações.

A situação descrita pelo grupo, também aparece nas falas de outros dois entrevistados. Para a professora entrevistada Mercedes,

[...] o bate-estaca mesmo, o bate-estaca foi uma coisa horrível na nossa vida. A minha cabeça já quase destruída com aquilo, pela lei eles só poderiam trabalhar nuns horários porque eles estavam muito próximos a escola existe uma distância mínima de decibéis, eles iam com a maquininha lá. E nós olhávamos a maquininha acima. A nossa cabeça! As crianças faziam música daquilo [...] nós também. Faziam musiquinha, “bate bate na canela”, pra disfarçar o dano mental que aquilo nos fazia e não conseguimos nunca. (MERCEDES S. Entrevistada, 2015)

Tanto o grupo em seus diálogos, quanto a professora supracitada, enfatizam os “danos mentais”, causados pela exposição contínua aos fortes ruídos. A professora afirma ainda que apesar do monitoramento, as obras seguiram mesmo eles estando acima dos limites legais. A situação “infernai” vivida pela comunidade escolar, também é descrita pelo entrevistado Cartola. Ele também comenta sobre a retórica dos agentes ambientais, os quais de acordo com ele prometeram cessar o barulho em período de aula.

Na época da construção era um inferno estudar. Na época da construção tu acha que eles pensavam como disseram, vieram aqui na palestra e disseram que iriam parar com o barulho que iriam trabalhar só de noite, que iriam trabalhar nos horários que não tinha aula, só que todo o horário tinha aula, só se eles trabalhassem pela madrugada, tu acha que parou? Não! Tinha uma porcaria de uma marreta que batia, bate-estaca, sabe aquele? Aquilo dali era um inferno! Eu estudava bem na ponta e nós não nos concentrávamos eu saia daqui com dor de cabeça. [...] Bá, eu acho que esse bate-estaca durou uns três meses, pra mais e foi ele que colocou os ferros pra segurar a base do viaduto, aquela parte tudo ali tem ferro. (CARTOLA. Entrevistado, 2015)

As falas dos entrevistados aqui presentes, sem exceção, tecem o horror vivenciado por eles no período da duplicação. Os impactos aqui citados não foram considerados pela equipe ambiental, muito embora a mesma afirme a constante presença e diálogo com os impactados.

A Comunidade Escolar já está acostumada aos sons decorrentes do trânsito na rodovia, impactos praticamente ininterruptos sobre o ambiente. Ainda assim, no período da duplicação, recebem uma sobrecarga de ruídos provenientes das obras os quais são motivo de “dor de cabeça”, tornando praticamente insuportável quaisquer atividades escolares e o convívio com o barulho.

Os impactos sonoros podem, muitas vezes, não ser considerados como impactos ambientais, pois até mesmo a “paisagem sonora” não é por vezes compreendida (SCHAFER, 2001) como uma dimensão do ambiente. Alinhados a Schafer, no entanto, fazemos uma analogia entre as relações de poder e a permissão para fazer barulho, a possibilidade legal de produzir ruídos. De acordo com o autor, da mesma forma que os sons da natureza e, posteriormente, os sinos das igrejas eram autorizados à emissão do “Ruído Sagrado”, agora, o modelo produtivo a partir da revolução industrial, herdou esse poder, pois pode fazê-lo sem censura. Sobre isto o autor afirma que *“Onde quer que o Ruído seja imune à intervenção humana, ali se encontrará um centro de poder.”* (2001, p.113-4). Este, nos ajuda, juntamente com os entrevistados, a compreender que as práticas neodesenvolvimentistas não objetivam o bem estar e a qualidade de vida das populações às quais destinam tais retóricas.

Outro importante aspecto relatado pela Comunidade Escolar como injustiça decorrente da duplicação da BR-392, são os frequentes assédios sofridos pelas meninas da escola nos momentos em que frequentam o pátio escolar. A escola não possui um muro, mesmo apesar das promessas dos empreendedores, como explica a entrevistada Violeta

[...] a escola, tinha um muro aqui botaram uma tela, depois ficaram na promessa de fazer o muro aí ficou o empurra, é o DNIT que tem que fazer, não, é a construtora? É o DNIT, não é? É o estado. E ninguém fez e até hoje a gente continua com os alunos expostos. (VIOLETA P, Entrevistada, 2015).

A falta do muro causa tanto a insegurança da Comunidade Escolar com os possíveis acidentes devido à proximidade com a estrada, como revela o despreparo da Escola e a falta de interesse dos empreendedores em preparar seus trabalhadores. Os assédios decorrentes das ações machistas dos homens transeuntes para com as meninas, entre eles os trabalhadores da obra, como expressa o seguinte diálogo do grupo focal (2015): *“As vezes mexiam também! Derrubaram o muro aqui e botaram uma tela, os trabalhadores ali “mexiam” com as gurias!”* (MARISA. Grupo Focal, 2015); *“Educação física às vezes as gurias fossem se mexer eles paravam de trabalhar e ficavam “mexendo”. Lá em cima do viaduto né, porque a gente fazia educação física lá né!”* (RITA. Grupo Focal, 2015)); *“Ficavam acenando, ficavam chamando!”* (CASSIA. Grupo Focal, 2015)).

O relato presente no diálogo mostra outros impactos não “contabilizados” pela equipe ambiental. Há um silêncio também sobre essa questão nas produções da Gestão/Educação ambiental. A escola, no entanto, agiu de acordo com as formas que encontrou, punindo, como expressam as próprias meninas nas falas que trataremos a seguir. A ação da escola é justificada, de acordo com explicação da professora entrevistada Juçara:

A escola fica a mercê. Fica aberta, teve um tempo que tiravam fotos das meninas da tarde, caminhoneiros e coisas, a gente não, então proibiu de andar de shorts, não é questão que a gente queira ser machista ou não, a questão agora é de segurança. É uma das questões que a gente tem que fazer. Porque senão daqui a pouco expõe uma menina, sai daqui de noite no final do turno e a gente não sabe né. Então a gente fica, espera os ônibus chegarem, os alunos irem embora [...]⁶³. (JUÇARA M. Entrevista, 2015)

⁶³ Ao dialogar sobre este ponto com colegas de estudo, recebemos contribuições que nos ajudaram a entender que muito embora não tenhamos fôlego para desenvolver com maior profundidade esta questão, tendo em vista o tempo limitado, considerando os prazos para entrega de nossa dissertação, entendemos este ponto como de extrema importância, uma vez que ele revela um conjunto de relações sociais, historicamente constituídas em que as mulheres são avaliadas, controladas, vigiadas e punidas em virtude do comportamento machista dos homens, além de culpabilizadas pelas violências que sofrem. A escola, ainda que em sua “boa” intenção de “proteger” as meninas, não fez mais do que reafirmar a cultura patriarcal presente em nossa sociedade. Ao controlar as roupas das meninas, perdeu a oportunidade de realizar um movimento de intervenção para problematizar essa questão, mobilizando toda a comunidade escolar a discutir as questões de gênero – tão fundamentais, tão temidas pela estrutura patriarcal. Cabe indicar alguns estudos de feministas que tem contribuído no processo de reconhecimento da mulher como sujeito de direito: Simone de Beauvir; Heleieth Saffioti; Cecília Toledo; Márcia Tiburi; Regina Navarro, entre outras.

As meninas discorrem em diálogo sobre o ocorrido: “*Até uma vez a escola pediu pras meninas não vir de certos, sei lá...*” (MARISA, 2015), “*De short, de saia!*” (TOM, 2015), “*De short muito curto ou coisa assim, por causa disso, por causa de muita gente que a gente não sabe nem de onde é que saiu, que vinha trabalhar aqui, ficar “mexendo”.*” (MARISA, ibidem),

E outra, porque também é perigoso né, porque eles ficaram instalados bem ali perto da praça e o pessoal que mora todo daquele lado e soltava de noite, mesmo, já tinha medo de ir embora né! Eles ficavam o tempo todo ali! (RITA, 2015)

“*E aqui mesmo, não tinha iluminação nenhuma aqui do lado.*” (JULIA, 2005). Perguntamos então às meninas então, qual foi e o que as mesmas pensam sobre a orientação da escola. Elas respondem: a escola orientou para que “*Não viessem de roupa curta!*” (JULIA, 2005), “*Até assim, de preferência no calorão de básica até aqui [pescoço] pra ninguém [...]*” (MARISA, 2015), “*Melhor era vir de calça e às vezes até de ‘legging⁶⁴’, evitava vim de ‘legging!’*” (JULIA, 2015), “*Evitar vir de leggin!*” (MARISA, 2015),

Às vezes eles pedem pra gente evitar vir de short, no verão, vir de calça, porque, ali não tem muro, tem tela. Tantos caminhoneiros quando passam aqui, mesmo assim ficam mexendo, se tu vir de short! Deu né, aí tá feito! (CASSIA, 2015)

Tom complementa: “*Se tu viesse de short tem que voltar pra casa*”. (TOM).
Cássia então, expressa

E aí a gente tá pagando por uma coisa assim, a gente tá pagando por uma coisa que a gente não tem culpa nenhuma, porque, eles mexiam com a gente, o problema não era nosso, o problema era deles que não tem respeito nenhum! (CASSIA, 2015)

A questão que se coloca então, é que as meninas, a exemplo da fala de Cassia, exprimem a “consciência” que os promotores das ações ambientais decorrentes da obra, afirmam as populações afetadas não possuírem, quando anunciam a conscientização da mesma. A partir da perspectiva da Decolonialidade,

⁶⁴ Um tipo de calça justa ao corpo.

podemos compreender que há, nesse caso, o interesse na dominação das populações, a partir de um saber científico, o qual é superior por parte daqueles que possuíam a chancela ambiental. No entanto, as noções ambientais desenvolvidas na prática por eles, não consideram esse tipo de assédio como impacto ambiental, por não considerar a ação humana como parte do mesmo. As falas explicitam o comportamento dos trabalhadores da obra, o qual não aparece como alvo de problematização por parte da empresa, como tampouco da escola. Às meninas, então cabe a dupla punição: além dos atos de assédio, são proibidas de vestirem-se como desejarem. Na imagem a seguir, verifica-se a proximidade entre o viaduto e estrada de acesso à BR-392 e a escola:

Figura 9: Proximidade entre a estrada e a escola.



Fonte: Produzido pelo autor.

Por fim, abordamos as reclamações da comunidade escolar, que apontam as incoerências das retóricas empresariais por meio da Gestão/Educação Ambiental conforme desenvolvemos no item 3.1 desta dissertação. De acordo com as estratégias de convencimento haveria “mais segurança e qualidade de vida” para todos com a duplicação da BR.

Os entrevistados afirmaram que a construção da BR, mesmo recente, já não recebe manutenção, de acordo com a entrevistada Rita, “[...] *fizeram a rodovia uma vez só né! Porque reformar não precisa! Ali do outro lado tá um buraco!*” (RITA, Grupo Focal, 2015). Essa parte da rodovia à qual ela se refere, se trata das vias de acesso ao Povo Novo, construídas paralelamente ao viaduto. Em nossa análise, há uma discrepância entre as condições das vias principais, que passam por cima do viaduto e as vias de acesso, de uso da população local. Isso ratifica o que já afirmamos o que compreendemos como o grande objetivo da duplicação, então: Desenvolvimento para quem? Para o modo capitalista neodesenvolvimentista e seu objetivo em interligar territórios para o fluxo de exportações fruto da exploração do território e trabalho latino-americanos.

A qualidade das vias de acesso não é o único ponto sobre o qual falam os entrevistados. A falta de sinalização e a alta velocidade dos veículos também causam a inconformidade com a situação. Como explicita a entrevistada Marisa,

Porque todo o caminhão vem de lá e aí vem, “bah” a toda né! Bem rápido! **Por essa aqui, pela de baixo e a escola está a um passo da rodovia**, e os caminhões vem muito rápido e aí não tem como as pessoas cuidar! (MARISA, Grupo Focal, 2015. Grifo nosso).

A proximidade da escola com a rodovia, além do barulho também causa a exposição dos alunos à acidentes. De acordo com Cássia, “*Fizeram uma faixa de pedestre, mas não adianta nada porque se um carro vem de lá, os pedestres não tem chance!*”. (CASSIA. 2015). Ela afirma que o que acontece geralmente, é ao invés de os carros pararem na faixa, “[...] *a gente tem que esperar o carro passar pra depois atravessar!*” (Ibidem).

O risco apresentado nas falas dos alunos, também é exposto por outros entrevistados que afirmam que os carros e caminhões no local, não respeitam o limite de velocidade. Como explica Juçara sobre a duplicação:

(...) só não atravessamos mais a faixa, em compensação, não atravessamos, mas existem duas vias que os carros passam a 100Km/h, sem um tipo de referência, como na Quinta, tem um pardal, aqui não tem nada. Às vezes a gente tá aqui e o carro passou assim nas vias laterais, 100Km, 110Km/h, pra que? Passando caminhão toda hora, sem segurança! Outra vez mesmo passou um carro aí, simplesmente, o cara estava drogado e ele caiu na faixa do

outro lado! Se fosse desse lado teria atingido o pátio da escola! (JUÇARA M. Entrevistada, 2015)

A alta velocidade é, portanto motivo de preocupação constante da Comunidade Escolar. Cartola explica que “*Já foi flagrado carro a 180km pela própria polícia rodoviária.*” (Entrevistado, 2015). O acesso à escola e às moradias locais é prejudicado pelo trânsito na estrada, que agora passa às margens destas, mas não só. O acesso à vida é prejudicado. Nesse sentido perguntamos, “qualidade de vida para quem?” Para a população impactada? Um periódico local relata o que também é expresso pelos entrevistados. Segundo o Jornal Agora,

De acordo com estatística da Polícia Rodoviária Federal (PRF), desde o início de 2010, até o mês de fevereiro último, 15 pessoas morreram atropeladas na BR-392, no trecho que compreende o quilômetro zero (região portuária do Rio Grande) até o quilômetro 60 (ponte do Canal São Gonçalo). Além da estatística, ainda foi contabilizada mais uma morte por atropelamento, na noite de 30 de março, quando um jovem de 24 anos tentava atravessar a rodovia. O acidente ocorreu no quilômetro 42, no Povo Novo. A estatística aponta ainda que outros 20 atropelamentos ocorreram no trecho, ocasionando ferimentos graves e leves às vítimas que tentavam atravessar a estrada. Ao todo, foram contabilizados 35 atropelamentos no período. (JORNAL AGORA, 10 de abril de 2014)

A entrevistada Mercedes explicita o que as propagandas dos interessados causaram na população impactada pelas obras, ela afirma que “*A comunidade em si queria a duplicação pelas mortes*” (MERCEDES, 2015). Ela deixa nítido que a população entendeu que após a duplicação as mortes cessariam, porém, em seguida avalia: “[...] *só que continuaram tendo, só que já perdemos dois alunos depois da duplicação.*” (Ibidem). Cartola faz uma afirmação no mesmo sentido, e a partir do vivido coloca em xeque as afirmações dos promotores da obra: “*Também, já morreu quanta gente depois da BR duplicada? Antes morria gente, mas não com tanta brutalidade de quando morre o pessoal!*” (CARTOLA. Entrevistado, 2015).

Compreendemos então que o processo de duplicação da BR-392, além de causar a demolição do prédio histórico escolar do Povo Novo, tem imposto riscos à população local. No sentido oposto ao que anunciavam as retóricas ambientais/desenvolvimentistas esta, tem acessado menos às benéficas do empreendimento, que os impactos negativos por ele causados levando-nos a

compreender com a pesquisa o caso de Injustiça Ambiental decorrente da duplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos anteriores buscamos responder à nossa questão de pesquisa, destinando-se a sistematização para alcançar nossos objetivos, no que diz respeito ao levantamento e análise das formas que os empresários se direcionaram à comunidade escolar por meio das suas produções, da Educação Ambiental e das promessas do novo prédio da Escola. Estas estratégias, entendidas por nós como produção do consenso, como alternativas de convencimento da comunidade. Como resultado, a pesquisa revelou que a comunidade não esteve passiva a tudo isso.

Buscamos analisar as relações do que foi dito pelos empresários e do que foi vivenciado pela comunidade escolar, bem como o seu processo de resistência. Fez-se necessário, portanto, trazer a voz dos entrevistados para expressar as demais injustiças vivenciadas por eles, mostrando por fim, outros impactos sentidos e apresentados pela comunidade escolar.

Compreendemos com a realização deste trabalho de dissertação a ocorrência de processos de injustiça ambiental e educacional sobre a comunidade da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues a qual nos referimos como Comunidade Escolar. Esta, a partir da notificação de desapropriação e demolição do seu prédio histórico tentou reverter a situação por meio de manifestações, recebendo em troca promessas frequentes da construção de uma nova sede. Sem sucesso na reversão do caso, ou mesmo da construção de outro prédio antes da demolição, teve um curto período de tempo para abandonar as dependências da antiga escola e a assistiu ser demolida praticamente sobre suas cabeças.

Esta mesma comunidade em uma das suas manifestações em que bloquearam a BR-392, a qual conforme relatos da entrevistada Violeta P. (2015) foi devidamente anunciada às autoridades, teve na ocasião apenas 10 minutos desde a chegada da polícia para desobstruir a rodovia. No entanto, até hoje, início do ano de 2016, não saíram do papel as dezenas de promessas que lhes foram feitas à época da demolição sobre construção do novo prédio. Também, ainda não são reais as passarelas anunciadas pela empresa STE na mesma época.

Deste modo, compreendemos que há pressa para o desenvolvimento das condições necessárias à exportação de *commodities* através do Porto de Rio Grande, o qual vem batendo frequentes recordes de exportação após a duplicação.

O processo de estudo do material empírico à luz do referencial teórico que nos orienta, possibilitou compreender que o projeto desenvolvimentista de Educação Ambiental apresenta uma perspectiva tradicional de ambiente, na qual as relações sociais de produção são ignoradas. A falácia da salvação e proteção dos animais é modo pelo qual essas práticas encontram argumentos de convencimento, ocultando como com uma cortina de fumaça as relações políticas e econômicas concretas presentes nas práticas de exploração.

A realização das atividades relacionadas ao ambiente, geralmente sob o aspecto da fauna e da flora é parte da planificação dos empresários para o amaciamento, ou amortecimento da sensação dos impactados sobre as opções de desenvolvimento com efeitos duros sentidos pela população. A empresa, por meio das ações de compromisso social e Educação Ambiental almeja com essas iniciativas de mediação e antecipação aos conflitos, que a percepção da população seja de que a obra, na realidade trará benefícios para ela e para os ecossistemas locais.

Assim, a população, mesmo sentindo as penalizações decorrentes da grande obra, compreende que aquilo que lhe causa os problemas é a solução para os mesmos, ou, pelo menos são a produção das condições necessárias para a garantia da sua superação. Cleyton Gehrardt (2015) faz uma comparação de ocorrências semelhantes a esta, com um processo em que se convence a oferenda a se tornar sacrifício⁶⁵. É o que entendemos como a produção do consenso na comunidade sobre aquilo que a mesma não está totalmente de acordo.

A Educação Ambiental, como as demais áreas do conhecimento, não se faz a partir de concepções homogêneas, ainda que possamos encontrar terminologias adjetivas que se repetem com bastante frequência, como por exemplo, o uso da adjetivação “crítica” para qualificar as práticas de EA. Existem perspectivas e diferentes apropriações do termo (EA Crítica), e, em nossa compreensão é fundamental que possamos compreender esses diferentes movimentos para que as injustiças ambientais sejam enfrentadas com práticas que não se reduzam a *slogans* motivacionais que seguem o modismo de nossa época.

Constatamos que ainda são muitos os problemas que se somam sobre a comunidade do Povo Novo, o que nos faz analisar o caso como injustiça ambiental,

⁶⁵Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Não há registros publicados da fala do Professor Cleyton. (GERHARD).

uma vez que a comunidade escolar perdeu o seu território para os planos de desenvolvimento econômico, do qual a mesma não partilha dos frutos da riqueza produzida, porém a ela são impostos os impactos negativos decorrentes desse processo.

As informações coletadas nas entrevistas, analisadas à luz dos conceitos que estudamos nos permitem afirmar que ocorre uma precarização das condições da educação e do ensino da comunidade escolar referida. A marginalização e vulnerabilização desta comunidade constituída em sua maioria pela juventude do campo, vai de encontro às retóricas produzidas a partir daqueles que desfrutam dos produtos do desenvolvimento priorizado, os quais afirmam que os benefícios serão da sociedade como um todo. O Estado em sua organização articulada ao modo capitalista de produção financia a implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) e garante às empresas privadas os lucros e riqueza gerada a partir da apropriação desigual dos resultados da transformação da natureza.

Identificamos com esse processo de pesquisa aquilo que chamamos de **injustiça ambiental e educacional** para com a população atingida pela duplicação da estrada. Nesse caso, os atingidos não se resumem à população lindeira, o povoado às margens da BR-392. Os impactos da duplicação se estendem a toda população que de alguma forma acessa a escola Alfredo Rodrigues, como alunos e professores.

Nossa análise sobre a justiça ambiental e educacional ocorre pela negação do direito a essa escola, tanto como patrimônio que ajudava a contar a história do lugar, como pela não priorização da mesma que é a única escola possível para a juventude do campo que vive nessa comunidade, em detrimento da duplicação da estrada. Denunciamos esse caso de injustiça ambiental e educacional em que apesar de alternâncias entre governos, nada foi feito para o acesso da população à escola com uma estrutura que superasse as condições objetivas de “provisoriedade pedagógica” e, menos ainda, para a melhoria das condições precárias em que já se encontrava a escola, caso que foi agravado com a duplicação da estrada.

Também nos referimos à injustiça educacional, pois o “aparato” educativo foi utilizado para justificar as injustiças, nesse caso, agravado pelo fato dessas serem contra o próprio aparato com a destruição do antigo prédio escolar, justamente o que possibilitou as ações chamadas educativas. A Educação Ambiental nesse caso, ao

se chamar educação, colabora para o oposto das relações educativas promovendo a inevitabilidade da obra, a naturalização dos alunos sem escola.

A população rural do município de Rio Grande, especificamente no entorno do Povo Novo, já sofre com a falta de iluminação, de transporte, com esgoto a céu aberto, com o risco de cheias como aconteceu recentemente com a região da Torotama. Partindo da perspectiva de totalidade entendemos que, pela falta de estrutura, ou pela opção de desenvolvimento que tem sido priorizado na região, tem se produzido a marginalização dessa população. Essa, que se localiza distante dos centros urbanos de Rio Grande e Pelotas, tem sido privada também do acesso às condições para a sua formação intelectual, o que nos ajuda na leitura sobre a injustiça ambiental e educacional.

Os projetos de Educação Ambiental da empresa STE, conforme anunciado nos próprios objetivos do programa de Educação Ambiental da mesma, tem seu foco nas escolas. No entanto, agem no ocultamento das injustiças sofridas pela própria escola em que desenvolvem suas ações. Mesmo que, conforme relatos dos entrevistados, ela tenha manifestado alguns impactos que a população sofreria, nada se falou em suas publicações sobre o caso da escola. Pelo contrário, se utilizou da derrubada da mesma para a produção do marketing da empresa que, ao transplantar o butiazeiro, realizou um evento para celebrar a chegada da primavera, conforme já abordamos no corpo do trabalho. Nesse processo, a insatisfação da comunidade escolar não foi mencionada oficialmente. Em outro sentido, ajuda a construir a sua própria imagem como agentes de proteção ambiental, a partir do simbolismo do butiazeiro e dos cuidados que afirmam ter para com o ambiente, apresentado por eles como fauna e flora.

Os princípios que embasam a aceitação da população se encontram na crença de que esta, se desviada dos focos dos seus problemas, não apresentarão maiores resistências aos processos e impactos negativos decorrentes da duplicação da BR-392. A proposta colonizadora dos empreendedores visa à aceitação do projeto desenvolvimentista por parte da comunidade escolar, utilizando para isso a *colonialidade do saber* com fins na apropriação do território. Nesta, a comunidade é levada a acreditar, a partir da dominação pelo conhecimento científico, naquilo que é apresentado à ela por aqueles que demonstram saber o que estão fazendo para garantir a proteção ambiental, e que para isso possuem especialidade. Contudo,

quando entrevistadas individualmente ou no grupo focal, muitas pessoas indicam às agressões com essa natureza a qual os empreendedores afirmam proteger.

Os empreendedores a partir do seu aparato simbólico e material de convencimento, com a produção de retóricas de desenvolvimento, como a própria construção da estrada, quando esta deixa de ser apenas um boato que rondava a comunidade há décadas para se tornar realidade, ganham credibilidade. Em nossa leitura são eles uma elite especializada a quem, por meio da colonialidade, é garantida a habilitação de “ser pensante”. Aqueles que, mais do que ninguém sabem como conduzir as questões ambientais e econômicas. Aos demais membros da sociedade, à “população comum”, cabe a “consciência” de que estes são os melhores caminhos. Cabe a estes “seres comuns” endossar o grupo daqueles que “não sabem caminhar sozinhos”.

Compreendemos que em outra possibilidade de Educação Ambiental, que caminhe no sentido da justiça ambiental, é justamente dos injustiçados e das injustiças, presentes e impostas a determinado grupo social que deveria se compreender como foco do processo educativo. Estas condicionam a forma de apropriação, uso e direito ao ambiente desses grupos. As injustiças socioambientais são a destinação dos riscos ambientais em decorrência da desigualdade ambiental material na sociedade. Elas tanto marginalizam as populações empobrecidas quanto negam o direito destas de desenvolver a vida em meios mais seguros.

Uma vez que a noção de natureza seja abstrata, seja definida por um conceito idealizado, a Educação Ambiental imersa nesta perspectiva, mesmo a autodenominada crítica, reproduz a separação entre sujeitos e natureza, como se fosse possível. Ao contrário, partindo das injustiças socioambientais, se verifica que a natureza não é de fato direito de todos, pois a exclusão e a “higienização” social tem como destino os mais empobrecidos.

Uma EA para a Justiça Ambiental traz em sua denominação o seu caminho – em direção à Justiça Ambiental - e pistas sobre o seu método. Diferente de uma forma idealizada, de uma concepção de natureza que pretenda dar conta de todas as formas como os humanos vivenciam a mesma, esta parte de casos materiais com suas determinadas peculiaridades. No entanto, na raiz dessas particularidades está a hegemonia capitalista forjada no modo de produção, de espoliação da terra, de exploração dos empobrecidos.

Para o desenvolvimento dessa EA é fundamental o processo feito com os sujeitos injustiçados do conhecimento das injustiças que lhe são materiais e cotidianas. Como convivem com elas, “já possuem” sensibilidade e consciência suficientes para o seu reconhecimento, pois constroem suas vidas a partir dessas condições. Essa afirmação se confirma ao analisarmos a experiência dessa dissertação. Compreendemos a importância de avançarmos juntos na direção do conhecimento das causas das injustiças e, por conseguinte, das suas formas de enfrentamento.

Nesta pesquisa, os participantes, sobretudo os professores, demonstraram uma visão que divergia sobre as práticas empresariais. Para uns, a possibilidade de construção de um novo prédio, ainda que com a demolição do prédio original, se apresentou como uma proposta sedutora e aderindo a ela. Para outros, a demolição representava uma perda, e assim se posicionaram de modo a duvidar que o prédio seria de fato construído conforme o que foi prometido. A Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Rodrigues foi demolida no dia 20 de outubro de 2012 para desocupar a área onde foi construído um entroncamento na rodovia. Foi construído um viaduto no local com a duplicação das vias principais, e vias laterais que dão acesso ao Povo Novo. Uma dessas, exatamente sobre o antigo lugar em que se encontrava a escola.

Este estudo, no entanto, possibilitou revogar as noções embrutecidas que construímos sobre o saber. As relações sociais, imersas na colonialidade costumam tratar as diferentes inteligências como desiguais. Nesse processo, somente aos “cultos” é habilitado o exercício do pensar. Nos processos educativos que nos acompanham ao longo da vida, não são raras as vezes que ouvimos e internalizamos não sermos capazes de caminhar segundo a própria razão. Da mesma forma, reproduzimos essa noção que, de tão enraizada, nem percebemos buscando subalternizar os diferentes, “depositando” neles o nosso conhecimento.

A pesquisa, em seu caráter estético, promoveu ao mesmo tempo o rompimento com o que se afirmou sobre a comunidade pesquisada no que diz respeito a sua inconsciência, insensibilidade e incapacidade, como a possibilidade de ruptura de discursos semelhantes na história de vida do pesquisador. Concomitantemente com a realização da pesquisa, este passou a compreender sua capacidade de realizar a mesma.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2a ed. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Editora DP&A/Lamparina, 2009.

_____. **A crítica do “ambiente” e o ambiente da crítica**. pp. 27-47. Revista Antrpolítica, n. 36, Niterói, 2014.

_____. **Ambientalização das lutas sociais** – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançado 24 (68), 2010.

_____. Et al. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação**: o que está em jogo na questão ambiental? e-cadernos CES 17, pp. 164-183, 2012. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>> Acesso em: 20 de abril de 2015.

_____; PINTO, Raquel Giffoni. **A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica**. Revista Praia Vermelha, V.19, nº2. pp.51-64, Rio de Janeiro, Julho – Dezembro de 2009.

_____. **"A Re-volta da Ecologia Política" Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez; RODRIGUES, Eron da Silva; MACHADO, Carlos Roberto da Silva **'Contradição nos discursos de educação ambiental**: uma escola partida ao meio . In: 3º Workshop Internacional de História do Ambiente e Educação Ambiental, 2013, Florianópolis. 3º Workshop Internacional de História do Ambiente: HISTÓRIA DO AMBIENTE EDUCAÇÃO, 2013. p. 53-67.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. E. Pindorama. 1930.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 10 de dezembro de 2015.

BRASIL. **Lei: 11769/08 – Obrigatoriedade da música como conteúdo da educação básica**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93321/lei-11769-08>> Acesso em 29 de maio de 2013.

CANABARRO, Cauê Lima et al. **Educação Ambiental no processo de licenciamento: uma experiência na gestão ambiental das obras de duplicação da BR-116/392**. pp. 22-31. In: BAZZO, Giordano Campos; CANABARRO, Cauê Lima; FREITAS, Renata Ayres de (Orgs) A Experiência dos Programa de Educação Ambiental do DNIT. STE/DNIT, Junho de 2013.

_____. **Os limites e as possibilidades de articulação entre os programas de educação ambiental e comunicação social no processo de Gestão Ambiental pública**. pp. 8-20. In: BAZZO, Giordano Campos; CANABARRO,

Cauê Lima; FREITAS, Renata Ayres de (Orgs) A Experiência dos Programa de Educação Ambiental do DNIT. STE/DNIT, Junho de 2013

CARTOLA. **Entrevista semi-estruturada [out, 2015]**. Entrevistador: OLIVEIRA, C. L. F. de. Cidade de Rio Grande, RS. Áudio digital 1h13min45seg. Entrevista concedida à pesquisa “No meio do caminho tinha uma Escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392” no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. FURG: PPGEA, 2016.

CAVALIERI, Cecília França. **Ecos: educação musica e meio ambiente.** ; Música na educação básica, v.3, N.3, p. 28-41, 2011.

CENEÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. pp. 35-55. *In*: CENEÑA, Ana EstheR (Org). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2005.

CHAGAS, P. & CARVALHO, C. **Os reflexos das contradições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na questão habitacional na cidade de Rio Grande**, pp.55-70. *In* : MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre. Evangraf, 2015.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CIPRIANO, Diego Mendes. **O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 1970 (Rio Grande-RS):** remoção de moradias, destruição de histórias das pessoas e a produção da desigualdade ambiental, pp.25-40. *In*: MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre. Evangraf, 2015.

CLICRBS. **Início da Primavera será marcado por conversas sobre meio ambiente e transplante de árvore**. Publicado em 22 de setembro de 2011. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/09/22/inicio-da-primavera-sera-marcado-por-conversas-sobre-meio-ambiente-e-transplante-de-arvore/>> Acesso em 11 de agosto de 2014.

CONAMA. RESOLUÇÃO Nº 237 , DE 19 DE dezembro DE 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em: 20 de setembro de 2015.

CORREIO DO POVO. **Avançam as obras de duplicação da BR 392**. Ano 115, n.108. Porto Alegre, 16 de Janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=108&Caderno=9&Noticia=85931>> Acesso em: 07 de maio de 2015.

COSTA, Arlete. **Violentamente pacífico**. A VOZ DE PONGONDÓ, Edição 1, julho de 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59696105/JORNAL-A-VOZ-DE-PONGONDO>> Acesso em: 12 de junho de 2014

COUSIN, Cláudia da Silva. **Pertencimento ao lugar e a formação de educadores ambientais**: um diálogo necessário. VII EPEA. Rio Claro, São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0130-1.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

DIÁRIO POPULAR. **Manifestantes pedem atenção a escola do povo novo**. Publicado em 03 de abril de 2013. Disponível em <http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NjM0MA==&id_area=OA==> Acesso em: 10 de agosto de 2014.

_____. **População realiza protesto na BR-392 por mais segurança**. 26 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=Njc0MjM=&id_area=Mg==> Acessado em: 24 de maio de 2014.

DIAS, Eugênia Antunes. **Desculpe o transtorno, estamos em obras para melhor servi-lo! A educação ambiental no contexto da apropriação privada da natureza no licenciamento ambiental**. 03 de outubro de 2014. 256p. Tese – Universidade Federal do Rio Grande – FURG – 2014. Disponível em <http://www.argo.furg.br/>. Acesso em 22 de maio de 2015.

_____. **Desculpe o transtorno, estamos em obras para melhor servi-lo! A educação ambiental no contexto da apropriação privada da natureza no licenciamento ambiental**. Tese de Doutorado. FURG: PPGEA. Rio Grande, 2014.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Apresentação**. Publicado em 9 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/aceso-a-informacao/insitucional>> Acesso em 10 de dezembro de 2014.

ELZA S, **Entrevista semi-estruturada [set, 2015]**. Entrevistador: OLIVEIRA, C. L. F. de. Cidade de Rio Grande, RS. Áudio digital 54min54seg. Entrevista concedida à pesquisa “No meio do caminho tinha uma Escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392” no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. FURG: PPGEA, 2016.

FOLADORI; Guillermo; TAKS; Javier. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. Mana V.10, N.2. Rio de Janeiro, Outubro de 2004

FREIRE, Paulo. **A Escola**. Poesia. Disponível em: < <http://www.rizoma-freireano.org/index.php/a-escola-paulo-freire>> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Pedagogia da Autonomia: mais saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Angélica. **Nossos bichos**: guia dos animais da região de Pelotas e Rio Grande-RS. STE/DNIT. 2015.

G1. **Moradores fazem protesto após atropelamento na BR-392, no RS.** 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/moradores-fazem-protesto-apos-atropelamento-na-br-392-no-rs.html>> Acesso em: 10 de abril de 2015.

_____. **Reportagem sobre a Demolição da Escola.** Publicada dia 07 de dezembro de 2012. Pode ser vista integralmente em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/mp-espera-decisao-sobre-obras-na-escola-alfredo-ferreira-rodrigues/2283283/> Acesso em 20 de abril de 2014.

_____. **Reportagem sobre a reclamação dos moradores quanto às dificuldades de travessia.** Publicada no dia 14 de novembro de 2012, disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/moradores-reclamam-das-obras-na-br-392-em-rio-grande/2244193/> Acesso em 20 de abril de 2014.

GADOTTI, Moacyr; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: Diálogo e Conflito.** São Paulo: Cortez, 1985.

GERHARDT, Cleyton. **A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas.** pp. 268-309, Revista Sociedade e Agricultura, v.15, n.2, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Grandes Projetos de Desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: da macroécticas e suas justificações às “entidades-satélite”.** p. 54-89. RURIS, Vol. 8, n. 2, 2014.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; PALUDO, Conceição; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **Extensão Universitária no Contexto de Crise do Capital: Uma crítica a partir da educação ambiental e popular.** Revista Históriae. Rio Grande, 6 (2): pp. 281-307, 2015.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** pp. 149-161. 12(24). Paidéia, 2003. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

GROSGOUEL, R. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial.** p. 337-362. Contemporânea, v. 2, n. 2, 2012.

IIRSA. Iniciativa para a Interligação Regional Sul Americana. **Ficha de Proyecto.** Disponível em <http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=270> Acesso em 3 de abril de 2015.

JORNAL AGORA. **Atividades ambientais marcam início da primavera na escola Alfredo Rodrigues.** Publicado em 25 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=17823>> Acesso em 10 de agosto de 2014.

_____. **BR-392, entre Rio Grande e Pelotas, registra 16 mortes por atropelamento desde 2010.** 10 de abril de 2014. Disponível em: <

<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=57247>>

Acesso em: 02 de outubro de 2014.

_____. **Comissão de Educação da AL discute situação de escola do Povo Novo.** 18 de setembro de 2012a. Disponível em:

<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=33654>>

Acesso em 14 de setembro de 2014.

_____. **DNIT tranquiliza comunidade escolar do Povo Novo.**

Publicado em 20 de julho de 2011. Disponível em: <

<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=14857>>

Acesso em 10 de agosto de 2014.

_____. **Licitação para novo prédio deve ocorrer até o meio do ano.**

03 de fevereiro de 2012b. Disponível em:

<<http://jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=23694>> Acesso

em: 15 de setembro de 2014.

_____. **Ministro dos Transportes vistoria obras de duplicação da BR-**

392. 16 de dezembro de 2010. Disponível em:

<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=5207>> Acesso em:

07 de março de 2015.

_____. **Moradores do Povo Novo sofrem a cada período de chuva.**

Publicado em 30 de maio de 2011. Disponível em:

<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=12408>>

Acesso em 24 de março de 2015.

_____. **Queda das vendas em barracas nas margens da BR-392 prejudica também pequenos produtores da região.** 1º de fevereiro de 2015.

Disponível em:

<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=68803#comentario>> Acesso em: 13 de abril de 2015.

JUÇARA M. **Entrevista semi-estruturada [set, 2015].** Entrevistador: OLIVEIRA, C. L. F. de. Cidade de Rio Grande, RS. Áudio digital 1h29min. Entrevista concedida à pesquisa “No meio do caminho tinha uma Escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392” no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. FURG: PPGEA, 2016.

JULIA; TOM; NANA; MARISA; CASSIA; RITA. [Nov, 2015]. **Entrevista Grupo Focal.** Entrevistador: OLIVEIRA, C. L. F. de. Cidade de Rio Grande, RS. áudio visual e áudio digital 1h03min21seg. Entrevista concedida à pesquisa “No meio do caminho tinha uma Escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392” no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. FURG: PPGEA, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: ArtMed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÉFÈBRVE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva; LEITE, Ivonaldo. **A ruptura da hegemonia: o caso do segundo turno das eleições 2014 no Brasil**. Publicado em 12 de novembro de 2014. Disponível em: < <http://ongcea.eco.br/?p=41219> > Acesso em 30 de junho de 2015.

_____ ; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre. Evangraf, 2015.

MACHADO, Carlos. **Drummond: 100 anos**. Publicado em 13 de set, 2002. Disponível em: < <http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond04.htm> > Acesso em 12 de junho de 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MASCARELLO, Marcela Avellar; SANTOS, Caio Floriano . **Rio Grande (RS): entre a expansão portuária e a invisibilidade social programada** . In: MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre. Evangraf, 2015.

_____ ; SANTOS, Caio Floriano dos. **Rio Grande (RS): entre a expansão portuária e a invisibilidade social programada**. In: PUGGIAN, Cleonice; SANTOS, Caio Floriano dos; RAULINO, Sebastião Fernandes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **IV Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação**. Anais. Agosto, 2014.

MERCEDES S. **Entrevista semi-estruturada**. [Nov, 2015]. Entrevistador: OLIVEIRA, C. L. F. de. Cidade de Rio Grande, RS. Áudio digital 1h02min34seg. Entrevista concedida à pesquisa “No meio do caminho tinha uma Escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392” no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. FURG: PPGEA, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal**. pp.145-161. *Novos estudos*, nº 98, março, 2014.

OLIVEIRA Cleiton Luis Freitas de; RODRIGUES Eron da Silva; AGUIERRE, Kathleen Kate Dominguez. **No meio do caminho havia uma escola: a injustiça socioambiental no caso da BR-392**. pp. 193-204. In: PUGGIAN, Cleonice; SANTOS, Caio Floriano dos; RAULINO, Sebastião Fernandes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **IV Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação**. Anais. Agosto, 2014.

_____ ; MACHADO, Carlos Roberto da Silva.. **Educação Ambiental e educação musical: partindo dos e com os atores em conflito**. 1-2 In: RENEIA. **Rede Nacional de Educação Ambiental**, Anais. 2014.

OLIVEIRA, Livia de. **O sentido do Lugar**. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werter; OLIVEIRA, Livia de. Qual o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PAIM, Elisangela Soldatelli. **IIRSA: É esta a integração que nós queremos?** Núcleo Amigos da Terra, Brasil, Dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/arquivos/2118962134.pdf>> Acessado em: 10 Agosto de 2015.

PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>> acessado em: 30 de setembro de 2015.

PINTO, Raquel Giffoni. **O poder da crítica**: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. Estud. Sociol. v.18 n.35 pp.307-324. Araraquara, julho.- dezembro de 2013.

POMA, Alice. **De la oposición a la emancipación. um análisis de los conflictos ambientales desde abajo**. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVII, n 1, p.41-58. Jan – mar. 2014.

PUCCINELLI, Vinicius Ramos. **Educação ambiental em áreas protegidas: quem está autorizado a falar (e agir) em nome do meio ambiente?** PP. 265-275. In: Anais do VII Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental. Os desafios da Educação Ambiental: Quem faz, como, para quê e para quem? Rio Grande: FURG, PPGEA, 2015.

QUIJANO, Anibal. **Cuestiones y horizontes De la dependencia Histórico-estructural a la colonialidade/descolonialidade del poder**. 1ª ed. Buenos Aires: Gráfica Laf, 2014.

_____. **Bien Vivir?** Entre el desarrollo y la descolonialidad del poder. Contrapunto - Bienes comunes. Saqueos y resistencias. Montevideo. pp.83 – 93. 2013,. Disponível em: <http://www.contrapunto.edu.uy/images/pdf/contrapuntos/contrapunto_numero_2_ju_nio_todo.pdf> acessado em 20 de maio de 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins fontes. 2012.

RELPH, Edward. **Reflexões sobre a emergência, aspectos e essências de lugar**. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werter; OLIVEIRA, Livia de. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. In: MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SANTOS, Caio Floriano dos Santos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: Debates, Lutas e Desafios**. Porto Alegre. Evangraf, 2013b.

_____. **Tese de doutorado** (ainda não concluída). Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA). 2016.

_____; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **Extremo sul do Brasil: Uma grande “Zona de Sacrifício” ou “Paraíso de Poluição”**. In: MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SANTOS, Caio Floriano dos Santos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos. (Orgs). *Conflitos Ambientais e Urbanos: Debates, Lutas e Desafios*. Porto Alegre. Evangraf, 2013

SBABO. **Artestação nos trilhos da cultura**. Ano 2, n.2. Dez 2011. Disponível em: < <http://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fgeribandafurg.blogspot.com.br%2F2012%2F03%2Fponto-de-cultura-artestacao-lancamento.html&h=nAQH1ZpBX> > Acesso em: 22 de setembro de 2015.

SCHAFER, R. Murray. **A Afiinação do Mundo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

SILVA, Michel Gustavo de Almeida. **Uma interpretação do eminente poema de Drummond: No meio do caminho**. Publicado em 13 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://filosofiaeliteraturacomvinhotinto.blogspot.com.br/2012/08/uma-interpretacao-do-eminente-poema-de.html>> Acesso em 12 junho de 2015.

STE. Disponível em <http://www.br116-392.com.br/secao_1/geral.php> Acesso em 30 de setembro de 2014.

_____. **Programa de comunicação Social**. Disponível em: <http://www.br116-392.com.br/secao_1/conteudo_links.php?id=19> Acesso em 18 de junho de 2014.

_____. **Programa de Educação Ambiental**. s/d. Disponível em: <http://www.br116-392.com.br/secao_1/conteudo_links.php?id=18> Acessado em 16 de junho de 2014.

_____/DNIT. **Boletim especial n. 4** s/d. Disponível em: < http://www.br116-392.com.br/secao_1/baixar.php> 15 de junho de 2014.

_____/DNIT. **Boletim**. Especial Povo Novo. Agosto de 2011. Disponível em: < http://www.br116-392.com.br/secao_1/baixar.php> 15 de junho de 2014.

_____/DNIT. **Boletim**. Publicado em dezembro de 2011, n. 4. Disponível em: < http://www.br116-392.com.br/secao_1/baixar.php> 15 de junho de 2014.

_____/DNIT. **Boletim**. publicado em janeiro de 2012, n. 5. Disponível em: < http://www.br116-392.com.br/secao_1/baixar.php> 15 de junho de 2014.

_____/DNIT. **Boletim**. Publicado em novembro de 2011, n. 3. Disponível em: < http://www.br116-392.com.br/secao_1/baixar.php> 15 de junho de 2014.

_____/DNIT. **Boletim**. Publicado em outubro de 2011, n. 2. Disponível em: < http://www.br116-392.com.br/secao_1/baixar.php> 15 de junho de 2014.

SVAMPA, Maristela. «**Consenso de los Commodities**» y lenguajes de valoración em América Latina Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 244, marzo-abril de 2013. Disponível em <www.nuso.org> Acesso em 15 de abril de 2015.

_____. «**Consenso de los Commodities**» y lenguajes de valoración em América Latina Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 244, marzo-abril de 2013.

TAKS. FOLADORI. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental.** In: Mana 10(2):323-348, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIOLETA P. **Entrevista semi-estruturada [Nov, 2015].** Entrevistador: OLIVEIRA, C. L. F. de. Cidade de Rio Grande, RS. Áudio digital 37min06seg. Entrevista concedida à pesquisa “No meio do caminho tinha uma Escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392” no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. FURG: PPGEA, 2016.

ZERO HORA. **Escola estadual que deu lugar a obra improvisa aulas em Rio Grande.** 24 de abril de 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/escola-estadual-que-deu-lugar-a-obra-improvisa-aulas-em-rio-grande-4116146.html>> Acesso em: 25 de outubro de 2014

_____. **Escola usa salas provisórias durante duplicação de rodovia no Sul.** 12 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/09/escola-usa-salas-provisorias-durante-duplicacao-de-rodovia-no-sul-3883082.html>> Acesso em: 25 de abril junho de 2015.

ZHOURI, Andréa (org.). **As Tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** Belo Horizonte: ed. UFMG, 2011.

_____.; OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização.** In: UFMG; Desenvolvimento e conflitos ambientais. p.445, 2010. Belo Horizonte.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y Emancipaciones.** América Latina en movimiento. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Perú, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental em decorrência da duplicação da BR-392 (Rio Grande – Pelotas).

Pesquisador Responsável: Cleiton Luiz Freitas de Oliveira

Telefone para contato do pesquisador: 53 81219134

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa da injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 é conhecer e dar visibilidade aos conflitos que envolveram/envolvem uma das comunidades atingidas pelo empreendimento, produzindo junto a ela a sua visão sobre o ocorrido e sobre uma outra possibilidade de educação ambiental, construída a partir dela.

A pesquisa se justifica por colocar em debate as formas e conteúdos dos projetos de educação ambiental, sobretudo quando vinculados a grandes projetos de desenvolvimento, como no caso da duplicação de uma rodovia cujo objetivo é o acesso a um Porto de grande importância econômica para o Brasil.

Os procedimentos de coleta de dados serão feitos a partir de conversas e entrevistas, podendo ser o entrevistado solicitado outras vezes, de acordo com a necessidade.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental em decorrência da duplicação da BR-392 (Rio Grande – Pelotas). Fui informado(a) pelo pesquisador Cleiton Luiz Freitas de Oliveira dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a utilização do meu nome na dissertação, e/ou de referências que possibilitem ao público reconhecer que eu sou.

Local e data: _____ / _____ / _____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Av. Itália, km 8, s/nº - Campus Carreiros - Rio Grande/RS - Caixa Postal: 474
CEP 96201-900 - Tel: (53) 3233.6615 - E-mail: mea@furg.br

APÊNDICE 2

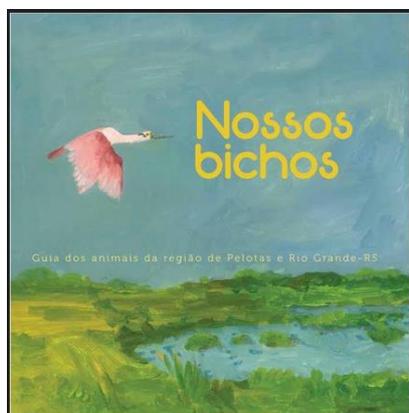
Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas e Grupo Focal

- 1) Breve explanação da pesquisa e do pesquisador.
- 2) Apresentação do material selecionado como disparadores: trechos de jornais, publicações da STE/DNIT, materiais pedagógicos utilizados pela Educação Ambiental empresarial nas escolas.
- 3) Os entrevistados/grupo focal são convidados a discorrer sobre o que lhes chama a atenção. Assim que começam a falar em alguns dos assuntos, são questionados sobre algumas afirmações, como por exemplo, quando o entrevistado x fala sobre as promessas feitas da construção do novo prédio, perguntamos se essas promessas chegavam até a escola. A resposta sendo “sim” perguntamos como chegavam, quem as fazia, se presencialmente ou por outros meios, etc.
- 4) À medida em que os entrevistados falam mais sobre determinado assunto, são convidados a olhar/ler outros materiais. Se, falam sobre um determinado assunto, o qual não viram na apresentação dos materiais no início da entrevista/grupo focal, apresentamos os materiais que possuímos sobre o mesmo assunto a fim de possibilitar o aprofundamento do mesmo.
- 5) Quando as falas dos entrevistados apresentam assuntos que desconhecemos ou temos menos acesso, pedimos para falar mais sobre a questão, por vezes abandonando o que previmos nos materiais.
- 6) Quando a fala de um mesmo entrevistado começa a se repetir, buscamos o trânsito para outros assuntos relacionados à pesquisa chegando gradativamente ao fim da entrevista/grupo focal.
- 7) Perguntas que fizemos a todos os entrevistados:
 - a. Sobre os conflitos/manifestações: como ocorreram? Qual sua participação neles? O que reivindicava a Comunidade Escolar?
 - b. Sobre a escola: o que pensam sobre o antigo prédio? Como souberam e o que ouviram sobre a construção das novas instalações escolares?
 - c. Sobre a Educação Ambiental da empresa STE/DNIT: como era realizada? O que diziam? O que pensam sobre os temas abordados?
 - d. Sobre os impactos: o que mudou na vida durante e após a duplicação? Como vocês avaliam a construção da estrada?

ANEXOS

ANEXO 1

Materiais Pedagógicos – STE - DNIT



Livro Nossos Bichos – DNIT/STE

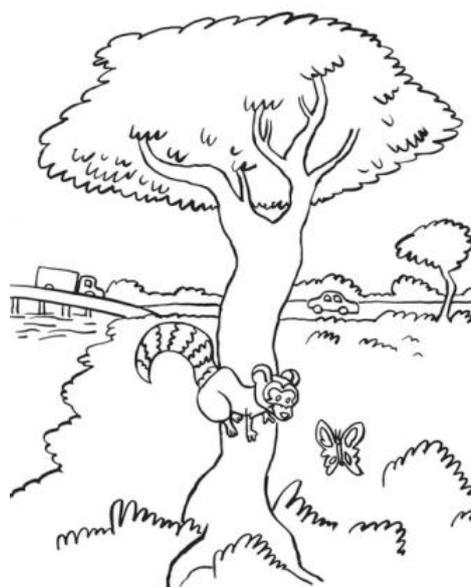
“(…) resultado do programa de Monitoramento de Faunada

BR-116/392, uma rodovia que atravessa a região sul do Rio Grande do Sul e que está sendo duplicada para melhorar oTráfego de veículos até o Porto de Rio Grande, um dos maisImportantes do Brasil (...) A equipe decidiu apresentar nesseLivro algumas das grandes estrelas do projeto. São mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes anuais, alguns ainda abundantes, outros já ameaçados de extinção.

Desenhos para colorir nas atividades de Educação Ambiental

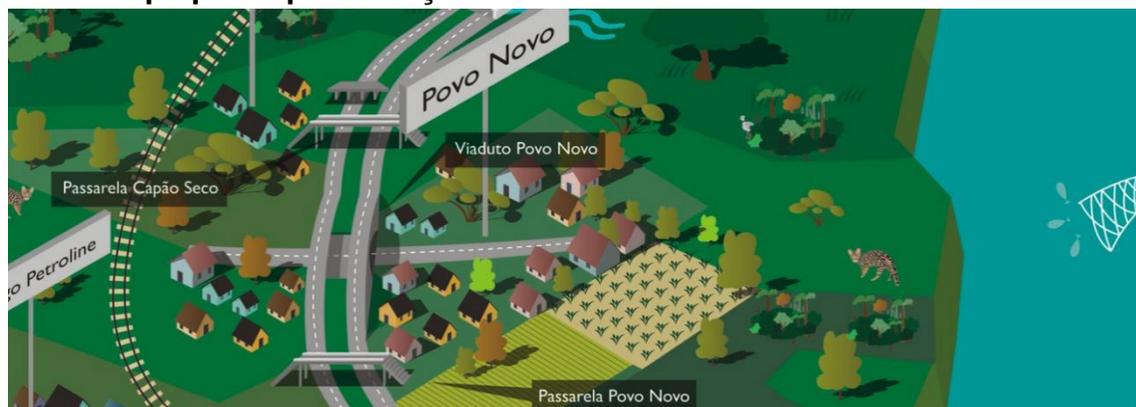


BR-116/392
STE DNIT BRASIL



BR-116/392
STE DNIT BRASIL

Mapa para apresentação às comunidades



Anexo 2 – Jogo do Passa-Bicho

Apresentação

O Jogo do Passa-Bicho é simples e fácil de jogar. O tabuleiro apresenta ilustrações que representam a BR-116/392 e os diferentes ambientes do Bioma Pampa na região sul do Rio Grande do Sul, como os banhados, matas e cursos de água, e algumas espécies de fauna que compõem a biodiversidade local. O nome do jogo se refere às passagens de fauna, que são estruturas construídas para evitar o atropelamento das animais na rodovia, como se fossem túneis por onde os bichos passam por baixo da pista, sem ter contato com o tráfego.

Quantos de jogar:
O jogo do Passa-Bicho pode ser jogado por duas ou três pessoas, podendo ser jogado em duas rodadas de rodadas, alternando a vez para a apresentação de animais das rodadas em relação ao mais recente sobre as passagens.

Participantes:
2 a 4 jogadores

Componentes:
1 tabuleiro - BR-116/392 e os ambientes Por Selo Surti, 1 dado e 4 cartas representando animais do região.

Idade recomendada:
A partir dos 6 anos.

Captivara



Tartaruga



Mão Pelada



Gato-do-Mato



Como jogar? PREPARAÇÃO:
Recolha o dado e o dado e as cartas com os animais das respectivas a tabuleiro. Coloque as na mesa do jogo. Cada jogador, antes de jogar, deve tirar o dado e jogar o dado no jogo. Cada jogador deve jogar o dado no jogo. Cada jogador deve jogar o dado no jogo. Cada jogador deve jogar o dado no jogo.

O Jogo: O jogador que tirar o maior número no dado começa o jogo. O primeiro a jogar será o jogador e sua rodada. Após jogar o dado, cada jogador terá uma a rodada para jogar, com o dado e as cartas. O jogador que tirar o maior número no dado começa o jogo. O primeiro a jogar será o jogador e sua rodada. Após jogar o dado, cada jogador terá uma a rodada para jogar, com o dado e as cartas. O jogador que tirar o maior número no dado começa o jogo. O primeiro a jogar será o jogador e sua rodada. Após jogar o dado, cada jogador terá uma a rodada para jogar, com o dado e as cartas.



Jogo do Passa-Bicho

Caro Professor(a),

Este jogo é projetado para ser utilizado em sala de aula, com o intuito de proporcionar aos alunos uma experiência de aprendizagem, também é possível utilizá-lo para a educação ambiental, através de atividades que envolvam o conhecimento sobre o bioma Pampa, seus animais, as atividades e de campo. Também contribui para a aprendizagem de habilidades de comunicação oral e escrita, bem como a aprendizagem de habilidades de matemática e de ciências, como a compreensão de medidas de comprimento, área e volume. Além disso, o jogo também é possível utilizar para a aprendizagem de habilidades de comunicação oral e escrita, bem como a aprendizagem de habilidades de matemática e de ciências, como a compreensão de medidas de comprimento, área e volume.

A realização do Jogo do Passa-Bicho é uma medida de mitigação aceita pelo licenciamento ambiental federal, conforme pelo IBAMA.



